revista SINTEPS

Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo

Dezembro de 2013

Sinteps, 20 anos de história e de lutas

Artigos

- PNE e CONAEs – há lógica nas ações dos governos?
- A Guerra: solução possível para a crise?
- A carreira dos trabalhadores do Ceeteps: Luta central da categoria depois da greve de 2011

O VII Congresso dos Trabalhadores do Centro e as lutas que virão

Confira as teses, debates, palestras e plano de lutas aprovado

Apresentação

20 anos de história e de lutas

*É com muito orgulho que escrevo a apresentação desta nova edição da **Revista Sinteps**. As duas edições anteriores foram publicadas em comemoração a datas especiais: os 10 anos de criação da entidade, em 2003, e o aniversário de 18 anos, em 2011.*

A presente edição marca os 20 anos do surgimento do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, o nosso Sinteps. A luta pelos direitos da categoria, dos específicos aos mais gerais, pela democratização das estruturas de poder do Centro Paula Souza e contra o projeto neoliberal na educação, tão em voga no final do século passado e no início deste, deu o tom nestas duas décadas de existência da entidade, completadas em 13 de dezembro de 2013.

*A categoria acaba de realizar seu **VII Congresso**, entre os dias 23 e 28 de outubro de 2013, na cidade de Nazaré Paulista. Por isso, além de resgatar aspectos da nossa história, a edição dos 20 anos tem como tarefa, igualmente importante, divulgar os resultados dos produtivos debates feitos durante o Congresso, descrevendo os temas abordados, as teses norteadoras, o plano de lutas e as moções aprovadas. O crescimento político e pessoal dos participantes soma-se aos indicativos aprovados para nos fortalecer nas lutas do próximo período.*

A primeira parte da revista traz um breve apanhado dos principais momentos da história da categoria nestes 20 anos. Para conhecê-la em detalhes, é possível consultar as revistas anteriores – dos 10 anos e dos 18 anos -, que se encontram à disposição no site da entidade, no item "Publicações".

A parte seguinte é dedicada à cobertura do VII Congresso. Temas relevantes – como a conjuntura nacional e internacional, financiamento da educação pública e assédio moral – foram abordados durante as palestras. Cada um dos temas é tratado em matéria específica. Também nesta parte estão as teses aprovadas, o plano de lutas e uma lista das moções.

Fechando a revista, temos uma seção de artigos, abordando: "A Guerra: solução possível para a crise?", "PNE e CONAEs – há lógica nas ações dos governos?" e "A carreira dos trabalhadores do Ceeteps: Luta central da categoria depois da greve de 2011".

Boa leitura! Que estejamos juntos, na luta, nos anos que virão!

Silvia Elena de Lima – Presidente do Sinteps

A edições especiais da ***Revista Sinteps*** dos 10 anos (2003), dos 18 anos (2011) e dos 20 anos (2013) registram a história da entidade. Para os que chegaram há pouco no Ceeteps, a dica é ler e conhecer, para entender o presente e fazer o futuro acontecer.
As três podem conferidas em www.sinteps.org.br, no item 'Publicações'

Sumário

Apresentação..... 1

PARTE 1 - FRAGMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA

Trajetória da categoria tem a marca da resistência contra a longa era tucana no poder 3
1993, o ano em que nasceu o Sinteps..... 4
Nova carreira é fruto da greve de 2011..... 5
Categoria realizou sete congressos..... 7

PARTE 2 - COBERTURA DO VII CONGRESSO

As lutas que virão..... 9
Conflitos, protestos e democracia. Para onde vamos?..... 10
O financiamento da educação pública no Brasil..... 11
A Guerra: solução possível ara a crise?..... 14
Assédio moral, o mal que adoece a alma..... 15
O debate entre as teses no VII Congresso..... 17
A tese “Resistência e Luta”..... 19
O Plano de Lutas aprovado no VII Congresso..... 35

ARTIGOS

A Guerra: solução possível para a crise?
Por Celso Luís Sá Carvalho..... 40

PNE e CONAEs - há lógica nas ações dos governos?
Por Lighia B. Horodynski-Matsushigue e Otaviano Helene..... 45

A carreira dos trabalhadores do Ceeteps, luta central da categoria depois da greve de 2011
Por Silvia Elena de Lima..... 54

Sinteps *revista*

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo.

Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro
Cep 01124-060 - São Paulo - SP
Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385

Endereço para correspondência: Caixa Postal 13.850,
Cep 01216-970, SP/SP

E-mail: sinteps@uol.com.br
Site: http://www.sinteps.org.br

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (bah0609@bol.com.br)

Tiragem: 2.800 exemplares

Impressão: Grafilar

PARTE 1
Fragmentos da nossa história

Trajetória da categoria tem a marca da resistência contra a longa era tucana no poder

A chegada do PSDB ao poder, em 1996, deu início ao sistemático projeto de sucateamento da educação pública paulista. No Ceeteps, vieram os ataques à democracia, aos salários e às condições de trabalho, em paralelo a uma acelerada e precária expansão do número de ETECs e FATECs

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps) foi criado em 1969, como relata em detalhes a ***Revista Sinteps*** 10 anos, que pode ser conferida em www.sinteps.org.br. Desde então, muitos fatos importantes chacoalharam a instituição, entre eles a escolha do primeiro superintendente eleito pela comunidade. Em 1991, quando o Sinteps ainda não existia, as entidades representativas de servidores (ASPS), dos docentes (Adeteps e Adfatec) e dos estudantes (CA XXIII) – cansadas dos processos sucessórios de cartas marcadas e listas de apoio a candidatos pouco comprometidos com o ensino público – trouxeram à discussão a necessidade de participação no processo sucessório e iniciaram uma consulta paralela. O período foi marcado por ameaças, perseguições e até demissões. Ao final de um conturbado processo, em setembro de 1992, o professor Elias Horani tomou posse como primeiro e único superintendente eleito diretamente pela comunidade.

O professor Horani não chegou ao final de seu mandato, que deveria terminar em 1996. Ainda em 1995, Mário Covas, primeiro governador da longa jornada tucana à frente do governo paulista, que se estende até hoje, afastou-o do cargo. Em lugar do superintendente eleito, entrou o superintendente interventor, Marcos Monteiro.

Passeata contra o grupo interventor, em 1995

O Sinteps, à época com pouco mais de dois anos de vida, realizou o seu primeiro congresso no final de 1995 e deliberou pela deflagração de uma grande campanha contra o grupo interventor e as propostas de reformas que sopravam da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que previam corte de verbas, fechamento de cursos e de algumas escolas, mudanças curriculares. A pressão da comunidade, que realizou passeatas e manifestações, forçou o governo Covas a recuar... ao menos naquele momento.

Muitos outros ataques viriam nos anos seguintes: seguidas tentativas de quebrar o vínculo do

Manifestação de apoio à greve dos trabalhadores do Centro em 2000

Ceeteps à Unesp, como forma de abrir o caminho para a privatização das ETECs e FATECs; a suspensão do repasse dos reajustes do Cruesp aos trabalhadores do Centro, embora previsto na legislação do vínculo; as reformas do ensino técnico e tecnológico, promovidas pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso; a acelerada criação de novas ETECs e FATECs por todo o estado de São Paulo, sem verbas e infraestrutura adequada, entre outros.

O saldo da política neoliberal da era tucana trouxe estragos expressivos nas condições de trabalho e nos salários de funcionários e professores do Ceeteps, além de significar um duro golpe na qualidade até então incontestável do ensino oferecido pela instituição.

A comunidade reagiu e até mesmo freou muitos destes ataques.

De garra e de luta

Estes 20 anos de história do Sinteps são ricos em mobilizações dos trabalhadores e, também, dos estudantes. Muitas são as greves, passeatas, atos públicos, manifestações e outras formas de luta, em São Paulo e nas cidades que sediam as ETECs e FATECs.

Históricas greves, como as de 2000, 2004 e 2011, trouxeram conquistas significativas: forçaram a concessão de reajustes salariais, evitaram a quebra do vínculo entre Ceeteps e Unesp, abriram caminho para a negociação de uma nova carreira.

Não é o propósito desta matéria reproduzir todos estes fatos. As revistas dos 10 anos e dos 18 anos já se encarregaram disso. Para os trabalhadores que ainda não conhecem a trajetória da categoria, a dica é acessar ambas as publicações no site do Sinteps e fazer a leitura com carinho. Conhecer a própria história, saber das conquistas e também das derrotas da caminhada... isso ajuda a compreender quem somos e qual é o nosso papel como educadores de uma das maiores instituições públicas de educação deste país, e nos fortalece para novas lutas.

A posse da primeira diretoria do Sinteps, em 1994

1993, o ano em que nasceu o Sinteps

O Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza – Sinteps nasceu em 1993. Antes disso, funcionários e professores da instituição já se organizavam em outras entidades e foi da junção de duas delas – a Associação dos Servidores do Ceeteps (ASPS) e a Associação dos Docentes das Escolas Técnicas do Ceeteps (Adeteps) – que surgiu o Sindicato. A ASPS havia sido fundada em 1979, enquanto a Adeteps é de 1984.

A assembleia de fundação do Sinteps aconteceu no dia 7 dezembro de 1993. No dia 13 de dezembro, uma solenidade marcou a criação da nova entidade, dando posse a uma diretoria colegiada, constituída pelas diretorias das duas entidades que deram origem ao Sindicato.

A história de antes, durante e depois da criação está nas revistas dos 10 anos e dos 18 anos, que podem ser conferidas em www.sinteps.org.br - Item 'Publicações'.

Nova carreira é fruto da greve de 2011

Em 2011, quando da realização da greve da categoria, o governo de São Paulo comprometeu-se a apresentar uma nova carreira para os trabalhadores do Ceeteps. Depois de muita pressão, o documento base elaborado pela Fundação Instituto de Administração (FIA), órgão contratado pelo Centro, foi divulgado à comunidade em julho de 2012.

Em paralelo, o Sinteps promoveu discussões entre os trabalhadores e incentivou o envio de propostas sobre a carreira. As sugestões vindas das unidades e as discussões feitas nos últimos congressos da categoria foram a base para o projeto de carreira elaborado pelo Sindicato.

A partir daí, o Sinteps promoveu um amplo debate com a categoria, apresentando aos trabalhadores ambas as propostas: a sua e a do Centro.

Novas sugestões foram apresentadas durante o debate e, no final de 2012, a proposta de plano de carreira com as contribuições dos trabalhadores foi aprovada em reunião do Conselho de Diretores de Base (CDB), Diretoria Regional e Diretoria Executiva do Sinteps.

Em fevereiro de 2013, a proposta do Sinteps foi apresentada formalmente à Superintendência do Centro; à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (a quem o Centro se submete); à Secretaria de Gestão Pública (a quem cabe encaminhar todas as propostas de carreiras e salários da administração pública estadual) e ao governador do Estado (a quem cabe decidir se haverá ou não a implantação da carreira).

Para todas as instâncias encaminhadas, o Sinteps reivindicou um cronograma de reuniões, para que pudesse defender as propostas apresentadas.

Durante a campanha salarial deste ano, o Sindicato destacou a carreira como um dos eixos da mobilização, junto com o reajuste salarial e a recomposição das perdas. No entanto, instada a deliberar sobre uma greve em dois momentos (início em 19 de abril e início em 19 de agosto), a categoria entendeu que o momento não era propício a isso.

Ainda assim, tendo viva na memória a forte greve de 2011, o Centro viu-se forçado a envolver o Sindicato na negociação e uma proposta melhor foi elaborada, ainda que não seja a ideal, prevendo itens importantes, como a sexta parte, a licença maternidade de 180 dias para as celetistas, a recuperação das perdas salariais, os três níveis para todos, o enquadramento automático para o quadro atual, a criação de benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-transporte, plano de saúde).

Dias de paralisação (19/4 e 30/8) e várias manifestações em frente ao Centro e às secretarias de governo foram realizadas em 2013.

No momento de fechamento da Revista Sinteps 20 anos, em 3/12/2013, o projeto negociado entre Ceeteps e Sindicato ainda se encontra tramitando nas secretarias de governo, à espera de ser enviado ao governador, que deverá despachá-lo para a Assembleia Legislativa na forma de projeto de lei. Neste trâmite, as ameaças de corte de itens no projeto vêm sendo constantes. O Sinteps acompanha o processo de perto, forçando a realização de reuniões nas várias secretárias e conclamando a categoria a manter a mobilização.

Nas páginas 54 a 62, no artigo intitulado "A carreira dos trabalhadores do Ceeteps: Luta central da categoria depois da greve de 2011", Silvia Elena de Lima, presidente do Sinteps, aborda em detalhes as venturas e desventuras da nova carreira dos trabalhadores do Centro.

Manifestação no vão livre do MASP, em São Paulo, durante a greve de 2011

Categoria realizou sete congressos

Principal instância de discussão e deliberação dos trabalhadores do Centro, os sete congressos realizados pelo Sinteps desde a sua criação, em 1993, foram importantes na consolidação da entidade e na construção das mobilizações.

Os congressos do Sinteps preparam as lutas dos anos seguintes: Instância máxima da categoria

Foi assim em 1995, com a realização do I Congresso da categoria, em abril, na cidade de Nazaré Paulista. No Congresso, a entidade consolidou-se. Os delegados presentes deliberaram pela filiação à CUT – Central Única dos Trabalhadores e à Fasubra – Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, e, também, pela deflagração de uma grande campanha contra o Grupo de Trabalho Interventor, instituído pelo governo tucano recém-empossado, visando a reestruturação da organização administrativa, didático-pedagógica, do quadro de pessoal, carreiras e cursos ofertados pelo Ceeteps. Começavam os tempos bicudos do governo tucano.

O II Congresso, realizado em abril de 1998, em Louveira, teve a finalidade de discutir e deliberar os rumos das lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores e do ensino técnico e tecnológico em meio às reformas tucanas. Também estava em discussão o projeto de carreira que o Centro queria implantar naquele ano. Apesar da campanha contrária do Sindicato, que entendia ser a proposta prejudicial à categoria, a maior parte dos trabalhadores disse sim no plebiscito organizado pela administração do Centro. "Foi este congresso que lançou as bases para a forte greve de 2000, que conseguiu impedir a quebra do vínculo entre Unesp e Centro, como desejava o governo", lembra Denise Rykala, diretora do Sinteps. "Muito combativa, a greve teve como ponto alto a ocupação da Assembleia Legislativa pelos trabalhadores, com o apoio dos estudantes", prossegue.

O III Congresso, em setembro de 2001, ocorreu novamente em Nazaré Paulista. Entre outros temas relevantes, discutiu e aprovou propostas para um plano de carreira dos trabalhadores do Centro. "Dali, foram fincados os eixos das nossas lutas nos anos seguintes, que eram a manutenção do vínculo à Unesp, a volta da política salarial do Cruesp e o estabelecimento de uma jornada para os docentes", destaca Silvia Elena de Lima, presidente do Sinteps. Estas foram as reivindicações que levaram à deflagração da greve de 2004, que durou 80 dias.

Em dezembro de 2004, em Serra Negra, aconteceu o IV Congresso, que teve como pauta a situação nacional e internacional, passando pelas reformas do governo Lula, a reforma do ensino técnico e tecnológico, estatuto e carreira dos trabalhadores. A avaliação da greve de 2004, com seus avanços e limitações, também foi ponto de pauta. "O IV Congresso também definiu nossas reivindicações para o financiamento do Centro", comenta Neusa Santana Alves, diretora da entidade, referindo-se à luta pela dotação orçamentária de 2,1% da arrecadação do ICMS para o Ceeteps.

Em dezembro de 2007, aconteceu o V Congresso, na cidade de Caraguatatuba. Além de discussões gerais sobre a conjuntura política e sindical, com destaque para o primeiro ano de mandato de José Serra à frente do governo paulista, foram feitos balanços da atuação da entidade e traçados planos de luta para o período seguinte.

No final de 2010, em dezembro, em Nazaré Paulista, os delegados presentes ao VI Congresso aprovaram a realização de uma marcha em defesa da educação técnica e tecnológica, ao estilo do que fazem os sem-terra pelas estradas do pais. A marcha não saiu, mas em seu lugar brotou a greve de 2011.

O VII Congresso, também na cidade de Nazaré Paulista, em outubro de 2013, registrou o maior número de participantes entre todos, com cerca de 100 presentes, e é assunto central nesta edição da Revista Sinteps.

OS CONGRESSOS

PARTE 2

Debates, palestras, plano de lutas, moções

O VII Congresso dos Trabalhadores do Centro e as lutas que virão

Delegados e observadores de unidades de várias partes do estado debateram temas da conjuntura e definiram o plano de lutas para o próximo período

De 23 a 28 de outubro de 2013, aconteceu em Nazaré Paulista o VII Congresso dos Trabalhadores do Centro Paula Souza. Foi um momento importante na organização da nossa categoria, que culminou com a aprovação do plano de lutas que deverá nortear a ação do Sinteps no próximo período. Os congressos são a instância máxima de discussão e deliberação do nosso Sindicato.

Esta revista, que comemora os 20 anos da nossa entidade sindical, tem como uma de suas funções principais divulgar os debates realizados, o plano de lutas e as moções aprovadas.

O VII Congresso contou com a presença de cerca de 100 pessoas, entre delegados, observadores e convidados. Foram realizadas palestras, com temas sobre a conjuntura nacional e internacional, financiamento da educação pública e assédio moral.

Entidades irmãs

A abertura do VII Congresso contou com representantes de entidades irmãs do Sinteps, entre elas as que fazem parte do Fórum das Seis: Cecília Cardoso Benatti representou a Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp); Antônio Luís de Andrade (Tato), da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp); Francisco Miraglia, da Associação dos Docentes da USP (Adusp); Celso Luís Sá Carvalho, da Universidade Federal do Rio Grande e ex-diretor da Fasubra; Regina Leal, servidora da USP e membro do Núcleo de Pesquisa em Assédio Moral. Todos saudaram os trabalhadores do Centro, destacando a importância da participação do Sinteps no Fórum das Seis, que reúne as representações sindicais e estudantis das universidades estaduais paulistas. "A luta de vocês pela manutenção do vínculo entre o Centro e a Unesp tem sido vital para barrar a intenção deste governo de sucatear e privatizar as ETECs e FATECs", pontuou Tato.

Também compareceram ao VII Congresso, fazendo uma saudação aos delegados, o presidente do recém-criado DCE das FATECs e diretor da UNE, Artur Miranda, que é estudante da FATEC de Mauá, e Gibran Jordão, servidor da Universidade Federal de Goiás e diretor da Fasubra.

A mesa de abertura do VII Congresso: Entidades irmãs do Sinteps presentes

PALESTRAS | Conjuntura nacional

Conflitos, protestos e democracia. Para onde vamos?

Nogueira, da Unesp: Avaliação sobre as jornadas de junho

Marco Aurélio Nogueira, professor de Teoria Política da Unesp, foi um dos palestrantes do VII Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps. Colunista do jornal O Estado de S. Paulo, é autor, dentre outros, dos livros Em defesa da política (São Paulo, Editora Senac, 2001), Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática (São Paulo, Cortez, 2004), Potência, limites e seduções do poder (São Paulo, Editora UNESP, 2008). O mais recente é 'As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo', lançado pela Editora Unesp.

Nogueira iniciou sua exposição caracterizando a sociedade atual como moderna, capitalista e pós-industrial, combinação que propicia tensões, protestos e manifestações. "Não existem sociedades calmas no século XXI", assinalou. A economia do Brasil, calcada no tripé produção, competição e consumo, é potencialmente geradora de conflitos. "A maior parte das nossas relações é dada fortemente pelo trabalho, pelo nosso padrão de consumo, de posse ou ausência de posse."

Para o professor, o combustível para boa parte das manifestações que assolaram o Brasil em junho de 2013 foi o desencontro de expectativas da sociedade em relação às formas de ascensão social e não uma onda de conscientização.

"As ruas de junho surpreenderam, mas as razões de sua efervescência estão entranhadas na estrutura das sociedades contemporâneas, inscritas na realidade do capitalismo globalizado, na história nacional e na conjuntura política", frisou.

Para Nogueira, as "jornadas de junho" evidenciaram a face mais visível de uma crise da política que vem de longe. Ele considera que as vozes da revolta verbalizaram demandas reais, disseram muitas coisas, mas não forneceram soluções. Despertaram consciências e tiraram a política da letargia, mas não anunciaram uma revolução. "É impossível saber se continuarão mobilizadas, mas pode-se dizer que é improvável que cheguem muito longe, a ponto de impor mudanças substantivas. Mesmo assim, seu efeito positivo não pode ser desprezado. Depois de junho, a vida política não será mais a mesma, ainda que demore a mudar."

Ele constata que houve poucos resultados práticos. "As manifestações provocaram um choque no sistema político tradicional, mas o sistema se recompôs", disse. O palestrante visualiza à frente novas "bombas" com potencial com potencial de explosão para novos protestos, entre elas as eleições de 2014 e os gastos da Copa do Mundo.

PALESTRAS | Conjuntura nacional

O financiamento da educação pública no Brasil

Questão decisiva para a educação pública, o financiamento foi tema de duas exposições durante o VII Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps, ministradas por Francisco Miraglia, ex-presidente e atual diretor da Associação dos Docentes da USP (Adusp), e Otaviano Helene, ex-presidente da Adusp e do INEP/MEC.

Otaviano (esq.) e Miraglia, da USP: O financiamento como questão central para a educação pública

Financiamento e tributação

Miraglia situou a questão do ponto de vista da origem dos recursos. Para iniciar, ele destacou duas vertentes de pensamento na sociedade: de um lado, os que pensam a educação como direito social e inalienável; de outro, os quem consideram a educação como serviço.

A diferença parece sutil, mas não é. "Se não houver recursos, um serviço pode ser cancelado, mas um direito não", explicou.

Neste quadro, a luta das entidades representativas da educação pública paulista é muito importante. O Fórum das Seis, que agrupa as entidades representativas das universidades estaduais paulistas e o Sinteps, defendem a vinculação orçamentária dos recursos destinados à educação: para o conjunto da educação pública, a reivindicação é de 33% de todos os impostos, aí inseridos 11,6% do ICMS para as universidades estaduais (USP, Unesp e Unicamp) e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza.

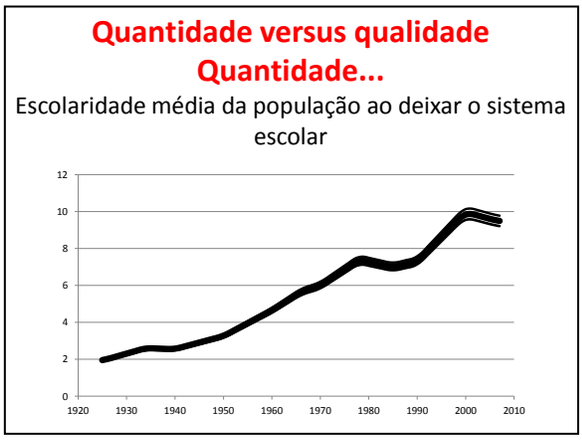
As universidades estão em situação melhor do que o Ceeteps, pois já contam com recursos vinculados (9,57% do ICMS). Já para as ETECs e FATECs, a decisão de quanto será repassado em recursos é decidido pelo governo, ano a ano. "A luta do Sinteps pela dotação orçamentária para o Centro é muito importante", assinala Miraglia.

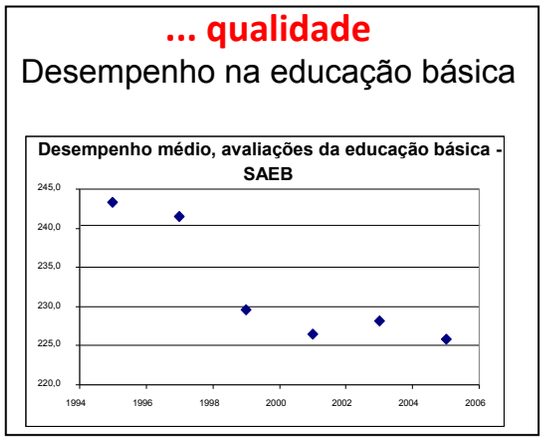
Relacionando diretamente o financiamento da educação ao sistema tributário, ele defende uma reforma que estabeleça impostos progressivos e distributivos. "Imposto deve ser progressivo, porque você se apropria mais da capacidade instalada de trabalho e riqueza de quem ganha mais".

Citando estudos e propostas feitos pela Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes/SN, Miraglia

PALESTRAS | Conjuntura nacional

reafirma a necessidade de transformação radical da estrutura tributária brasileira, hoje baseada em contribuições e impostos indiretos e não-distributivos – que oneram os mais pobres, substituindo-a por uma por mais justa, essencialmente baseada em impostos progressivos e distributivos, que incidam significativamente sobre a renda da parcela abastada da população, do lucro de empresas e rentistas, bem como da transferência de propriedades e capitais, de forma a contemplar as obrigações do Estado com políticas públicas que diminuam a imensa injustiça social à qual tem sido submetida a sociedade brasileira.





Diagnóstico da educação

Em sua palestra, Otaviano Helene apresentou um diagnóstico da educação brasileira a partir de alguns dados, como a realidade educacional de outros países e a evolução dos nossos indicadores escolares ao longo de várias décadas. A exposição teve como base o recém-lançado livro de sua autoria: "Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento", pela Editora Autores Associados.

O primeiro comparativo traz a taxa de alfabetização no Brasil, entre jovens de 15 a 24 anos, e a taxa de matrículas no ensino superior, como mostra o quadro I.

Nos quadros acima, números comprovam que quantidade não é sinônimo de qualidade: a escolaridade média da população mantém-se em crescimento, mas o desempenho médio em avaliações da educação básica, em acentuada queda.

Ao contrário do que dizem os críticos, o percentual da força de trabalho no setor público do Brasil é bem menor do que países como Estados Unidos, França, Alemanha, Argentina, Uruguai e outros, como atestam os quadros na página a seguir.

O palestrante lançou três problemas relacionados diretamente à educação: Como melhorar a educação com um setor público tão pequeno? Como melhorar a distribuição de renda se a distribuição da educação é desigual? Como melhorar a educação se a desigualdade de renda entra nas salas de aula?

As estatísticas decorrentes destes problemas são dramáticas: uma em cada três crianças abandona o ensino fundamental antes de concluí-lo; de cada duas pessoas, uma não conclui o ensino médio; o Brasil é um dos países com menores taxas de inclusão no ensino superior.

Para superar estes problemas, Otaviano propõe:

a) Investir cerca de 30% da renda per capita por criança e jovem na educação básica

b) Investir cerca de 80% a 90% da RPC por estudante no ES

c) Universalizar a conclusão do ensino fundamental

d) Inclusão no ensino superior pelo menos igual ao de outros países equivalentes

e) Melhores salários dos educadores (duplicar)

f) Menores cargas de trabalho e menos alunos por sala ou por educador

I – Como estamos

País	Taxa de alfabetização (%) entre 15 e 24 anos.	Taxa bruta de matrícula (%) no ensino superior
Argentina	99,2	71
Bolívia	99,4	39
Brasil	98,1	33
Chile	98,9	59
Colômbia	98,1	37
Equador	98,7	40
Guiana	...	11
Paraguai	98,6	37
Peru	97,4	35
Suriname	99,4	12
Uruguai	98,9	63
Venezuela	98,5	78

PALESTRAS | Conjuntura nacional

g) Maior permanência nas escolas
h) Instrumentos de gratuidade ativa
i) Escolas equipadas e com pessoal disponível

"Isso só será conseguido com a aplicação de 10% do PIB na educação, pelo menos, até superarmos os atrasos acumulados", aponta Otaviano.

Mais no "blogolitica"

Otaviano Helene mantém um blog (http://blogolitica.blogspot.com.br/) especialmente dedicado a artigos sobre financiamento e política educacional em geral. O blog traz artigos sobre "petróleo e educação", "recursos do pré-sal", "privatização do ensino superior", "educação e reforma tributária", entre outros.

Artigo na revista

Nas páginas 45 a 53, confira o artigo "PNE e CONAEs – há lógica nas ações dos governos?", escrito por Otaviano Helene Lighia B. Horodynski-Matsushigue.

II – Política de estado mínimo

Porcentagem da força de trabalho no setor público			
Alemanha	15	EUA*	15
Bélgica	20	Venezuela	17
Dinamarca	39	Uruguai	16
França	25	Argentina	16
Brasil	11	Suécia	31

	Trabalhadores setor público (milhões)	População (milhões)	Trabalhadores por mil habitantes
Brasil (PME IBGE)	7,8	195	40
EUA (Bureau censo)	24	316	76
França	4,7	66	71

Não é surpreendente, portanto: professores sobrecarregados, classes superlotadas, saúde pública insuficiente, segurança e justiça excludentes...

PALESTRAS | Conjuntura internacional

A Guerra: solução possível para a crise?

Para Celso Luís Sá Carvalho, um dos palestrantes do VII Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps, a conjuntura internacional tem como elemento central a crise capitalista, que se estabeleceu mais nitidamente a partir do final de 2007 e durante 2008, com a quebra do mercado imobiliário nos Estados Unidos.

Carvalho é servidor público na Universidade Federal de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e sindicalista do movimento dos técnicos administrativos em educação das universidades públicas brasileiras.

Celso Luís Sá Carvalho: Avaliação sobre conjuntura internacional durante o VII Congresso

Em sua exposição, ele destacou que o projeto neoliberal, como programa proposto para a recuperação das taxas de acumulação (taxas de lucratividade), derrubadas a partir da crise dos anos 1970, se mostrou inviável. "O projeto neoliberal, por exemplo, na América Latina só produziu miséria para os povos envolvidos", assinalou. Do ponto de vista econômico, tornou-se um fracasso, abrindo um campo de disputa para a ascensão de diversos governos posicionados no centro do espectro político. Alguns com inclinações à direita, e outros à esquerda. No entanto, todos com corte desenvolvimentista, ainda que com características bem diversas.

Os países asiáticos, especialmente a China, mantiveram um controle sobre os seus fluxos financeiros e aumentaram brutalmente seus investimentos em produção real. "Os dados em relação ao PIB demonstram claramente isso", destacou Carvalho. "Só a China vem crescendo nas duas últimas décadas a taxas médias da ordem de 7 a 9% ao ano", exemplificou. Na contramão, no centro capitalista e como consequência das políticas neoliberais das décadas de 80 e 90, monstruosos volumes de capitais financeiros criavam "bolhas" especulativas, produzindo "riquezas" sem lastro na economia real. Não tardou para a crise no setor financeiro estourar e contaminar a economia planetária.

Para Carvalho, a crise de hegemonia do centro do capitalismo do atual período ameaça produzir deslocamentos ainda mais radicais, alterando a correlação de forças entre os Estados nações. "O futuro esta em aberto do ponto de vista da hegemonia", afirmou o palestrante, lembrando que a guerra está posta, novamente, como alternativa de resolução da crise capitalista.

Artigo

Quer saber mais sobre o assunto? Confira artigo de Celso Luís Sá Carvalho nas págs. 40 a 44. A pedido da ***Revista Sinteps***, ele aprofundou a análise feita durante o Congresso, citando autores e evidências que apontam as possíveis saídas que os países imperialistas vislumbram para sair da crise atual.

PALESTRAS | Assédio moral

O mal que adoece a alma

"O assédio moral pode matar". A frase é de Regina Leal, servidora da USP de Ribeirão Preto e integrante da Rede Nacional de Combate ao Assédio Moral, do Núcleo de Pesquisa em Assédio Moral, dita durante uma das palestras do VII Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps. A exposição emocionou os presentes.

Técnica de laboratório, Regina foi vítima de assédio moral no local de trabalho durante anos seguidos. Em agosto de 2011, a USP foi condenada a lhe pagar uma indenização de R$ 70 mil por danos morais, referente a uma acusação de assédio moral por parte do seu superior hierárquico, o professor Heitor Franco de Andrade, da Faculdade de Medicina de capital, no final de 2000. A decisão foi proferida pela 74ª Vara do Trabalho de São Paulo. Além de tratá-la de modo diferenciado, com brincadeiras de mau gosto e humilhações de todo tipo, o superior chegou a acusá-la de roubo de um microscópio que, posteriormente, foi encontrado em outro laboratório.

Regina Leal: Da amarga experiência à militância contra o assédio moral

Regina chegou a entrar em depressão e foi afastada pelo INSS. Ela foi a primeira trabalhadora do país a ter o CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho) por assédio moral reconhecido por órgão federal. A ação foi impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).

A amarga experiência trouxe-lhe amadurecimento e consciência de que o assédio moral não é um problema individual de alguns trabalhadores, mas sim parte das relações de trabalho no capitalismo. Essa compreensão levou-a a iniciar a militância contra o assédio moral nas relações de trabalho. "A partir daí, nunca mais parei de lutar e de me indignar contra as injustiças", disse Regina.

Conceituando

Em sua exposição, Regina procurou conceituar o assédio moral. Citando Leymann (1996), ela explicou que se trata de "uma forma de terrorismo psicológico que se manifesta pelo encadeamento, num período bastante longo, de propósitos e de atuações hostis que, tomados separadamente, podem parecer insignificantes, mas cujas repetições constantes têm efeitos perniciosos."

Segundo a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2002), "é um comportamento repetido, que coloca em risco a saúde e segurança no trabalho".

Para Marie-France Hirigoyen (2002), é "qualquer conduta abusiva que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando o seu emprego ou degradando o clima de trabalho."

Ainda segundo Marie-France, o assédio moral tem as características a seguir:

PALESTRAS | Assédio moral

1- Deterioração proposital das condições de trabalho

• Retirar da vítima a autonomia.
• Não lhe transmitir mais as informações úteis à realização de tarefas.
• Contestar sistematicamente todas as suas decisões.
• Criticar seu trabalho de forma injusta ou exagerada.
• Privá-lo do acesso aos instrumentos de trabalho: telefone, fax, computador...
• Retirar o trabalho que normalmente lhe compete.
• Dar-lhe permanentemente novas tarefas.
• Atribuir-lhe proposital e sistematicamente tarefas inferiores ou superiores às suas competências.
• Pressioná-la para que não faça valer seus direitos (férias, horários, prêmios).
• Agir de modo a impedir que obtenha promoção.
• Atribuir à vítima, contra a vontade dela, trabalhos perigosos.
• Atribuir à vítima tarefas incompatíveis com sua saúde.
• Causar danos em seu local de trabalho.
• Dar-lhe deliberadamente instruções impossíveis de executar.
• Não levar em conta recomendações de ordem médica indicadas pelo médico do trabalho.
• Induzir a vítima ao erro.

2- Isolamento e recusa de comunicação

• A vítima é interrompida constantemente.
• Superiores hierárquicos ou colegas não dialogam com a vítima.
• A comunicação com ela é unicamente por escrito.
• Recusam todo o contato com ela, mesmo o visual.
• É posta separada dos outros.
• Ignoram sua presença, dirigindo-se apenas aos outros.
• Proíbem o colega de lhe falar.
• Não a deixam falar com ninguém.
• A direção recusa qualquer pedido de entrevista.

3 - Atentado contra a dignidade

• Utilizam insinuações desdenhosas para qualificá-la.
• Fazem gestos de desprezo diante dela (suspiros, olhares desdenhosos, levantar de ombros).
• É desacreditada diante de colegas, superiores ou subordinados.
• Espalham rumores a seu respeito.
• Atribuem-lhe problemas psicológicos (dizem que é doente mental).
• Zombam de suas deficiências físicas ou de seu aspecto físico; é imitada ou caricaturada.
• Criticam sua vida privada.
• Zombam de sua origem e de sua nacionalidade.
• Implicam com suas crenças religiosas ou convicções políticas.
• Atribuem-lhes tarefas humilhantes.
• É injuriada com termos obscenos ou degradantes.

Delegados e observadores com a palestrante: Emoção e agradecimentos pela riqueza do debate

Indicação de leitura

Para os que desejam saber mais sobre o tema, Regina Leal indica a leitura do livro "Do assédio moral à morte em si", de autoria de Margarida Barreto, Nilson Berenchtein Netto e Lourival Batista Pereira.

Contatos da palestrante

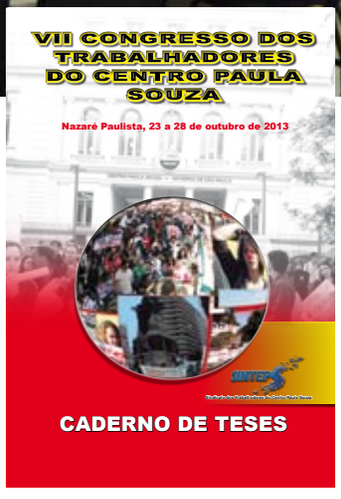
Escreva para Regina Leal pelo e-mail: rleal@usp.br. Para saber mais sobre o tema: assediomoral.org.br

Encaminhamentos do VII Congresso

Considerando o assédio moral como um problema grave, o VII Congresso indicou ao Sinteps a constituição de uma comissão para tratar do assunto, propor iniciativas e campanhas.

ENCAMINHAMENTOS

Debate entre as teses



O caderno de teses pode ser acessado no *site* da entidade

Para organizar e subsidiar os debates durante o VII Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps, o temário geral foi dividido em tópicos. Nos meses que antecederam o evento, os interessados puderam apresentar teses, moções e contribuições.

As teses foram compostas dos seguintes temas:
- I - Conjuntura Internacional
- II - Conjuntura Nacional
- III - Conjuntura estadual
- IV - Reformulações estatutárias
- Plano de lutas

Contemplando estes temas, inscreveram-se duas teses ao VII Congresso: "Resistência e Luta", assinada por Neusa Santana Alves, Salvador dos Santos Filho, Renato de Menezes Quintino, Denise Rykala, Silvia Elena de Lima, Gilberto Arantes de Freitas, Rafic Nassin Filho, Gertrudes Aparecida Lopes Pereira, Margarete Maria Moisés Angeli e Mauro Machado de Oliveira (da Diretoria Executiva do Sinteps), e "Muda Sinteps - Em defesa da organização de base e por um sindicato classista, independente e combativo", assinada por Sirlene Maciel, Taiz Santos, Márcia Alves (ETEC Prof. Aprígio Gonzaga); Michel Torres, Glória, Fernando S., Júlio Floriano, Vera, Priscilla (ETEC de São Paulo); Enéias Belan, Francisco (ETEC Tereza Nunes); Juliano (FATEC Carapicuíba); Roberto Nicolosi (FATEC Ipiranga, FATEC Santo André e ETEC Zona Leste); Manoel Francisco (FATEC Ipiranga) e Deli Silva (ETEC Zona Leste).

As teses foram apresentadas ao plenário do Congresso por seus autores e, na sequência, amplamente discutidas nos grupos. Na plenária final, submetidas à votação para se definir qual seria a tese geral do Congresso, foi vencedora a "Resistência e Luta", que pode ser conferida a seguir.

Ambas as teses foram divulgadas no Caderno de Teses que, juntamente com os demais tópicos relacionados ao VII Congresso (moções, plano de lutas, fotos), pode ser conferido no site da entidade (www.sinteps.org.br).

DEBATE ENTRE AS TESES

A plenária das teses abriu espaço para a defesa de cada tema, contribuindo para a definição do plano de lutas aprovado ao final do VII Congresso

A TESE APROVADA

Resistência e Luta

TEMA I – CONJUNTURA INTERNACIONAL

(Autoria de Salvador dos Santos Filho e Renato de Menezes Quintino)

Reeleito em dezembro de 2012, Barack Obama reiniciou, no dia 20 de janeiro de 2013, mais um mandato nos Estados Unidos da América do Norte, dando prosseguimento à política norte-americana de interferência na governabilidade dos países africanos, asiáticos, europeus e latino-americanos, geralmente pobres ou em via de desenvolvimento.

Os Estados Unidos e a União Europeia vêm enfrentando uma série de dificuldades para manter os sete grandes (Espanha, Portugal, Itália, França, Alemanha e o Canadá) unidos. A dificuldade é manter a União Europeia e, principalmente, países como a Grécia e a Irlanda dentro de padrões que não comprometam a unidade do bloco. Para tanto, aprovam pacotes de ajuda de milhões de dólares, exigindo em troca uma política de austeridade que inclui metas a serem atingidas na questão da redução de direitos dos trabalhadores e da população em geral.

Por outro lado, a Guerra na Síria adquiriu um cenário de barbárie que mexeu com os brios dos países ricos, que agora ameaçam invadir o país. Enquanto isso, Mali também sofrerá a interferência ianque caso não entre nos eixos suportáveis de governabilidade.

As Nações Unidas ainda não foram acionadas para a interferência nestas guerras civis, mas dão apoio velado à política norte-americana para o mundo. As Coreias do Norte e do Sul assinaram um novo acordo de convivência e, possivelmente, o respeitarão até que novas interferências norte-americanas reacendam os conflitos regionais.

Uma crise atrás de outra

A crise financeira e econômica global nos EUA, iniciada em meados de dezembro de 2007, a partir de uma onda de calotes no mercado imobiliário norte-americano, atingindo em seguida o sistema financeiro e se espalhando rapidamente para todos os setores da economia daquele país, não acabou. Ao contrário, ainda está perturbando países como a França, Itália, Portugal, Espanha e Grécia. Se não fosse o apoio financeiro da Alemanha, a Zona do Euro estaria seriamente comprometida e países como Grécia, Espanha e Portugal estariam fora do bloco. A Alemanha continua sustentando a Zona do Euro para que o bloco econômico enfrente novas crises.

A deterioração do mercado de trabalho

As crises financeiras e econômicas mundiais, além dos efeitos perversos que causam, abrem novas oportunidades para alguns segmentos. No sistema capitalista, em geral, quem paga a conta são os trabalhadores, com o agravamento das condições de empregabilidade e/ou o aumento dos subempregos. As desigualdades sociais se agravam e o caos se instala nos países que não têm um mercado interno suficientemente equilibrado para garantir o consumo diante do aumento de uma demanda. Projeções feitas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estimam que o número de desempregados nos países que integram a organização poderá aumentar em 8 milhões nos próximos dois anos. O desemprego poderá subir dos atuais 34 milhões para 42 milhões ate o final de 2010 e em escala ascendente para os anos de 2012/2013.

No Brasil, segundo dados do IBGE, o país foi o último entrar em crise e o primeiro a sair dela. Isso graças às medidas que o governo brasileiro tomou para que o povo brasileiro e a indústria nacional não fossem afetados como aconteceu nos EUA.

Desde 2008, Dilma Rousseff

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

governa o Brasil seguindo a política do Governo Lula, mas aperfeiçoando onde ela apresenta brechas que colocam em risco a governabilidade. A sua política é elogiada no mundo todo e, hoje, Dilma é uma das mulheres mais reconhecidas no planeta, ficando somente atrás da primeira-ministra da Alemanha e de Hillary Clinton, dos EUA.

Enquanto isso, na América Latina, após a morte de Hugo Chávez, a Venezuela é governada pelo seu vice, Maduro. Embora tenha deixado um buraco na economia venezuelana, Chavez incluiu os mais pobres e zerou o analfabetismo no país.

Em meados de agosto, o caso do senador boliviano abriu nova crise no bloco sul americano, causando a queda do ministro das Relações Exteriores brasileiro. Até o fechamento da tese, o Brasil estava tentando solucionar esta crise, que, em suma, foi uma interferência do nosso país nos assuntos da Bolívia, sem, contudo, haver a aprovação do governo brasileiro na questão.

Nosso vizinho do Sul, o Uruguai, tem uma estabilidade econômica invejável, passando desapercebido no cenário das crises internacionais, assemelhando-se à Suíça, no bloco do Mercosul.

Em síntese, os países da Comunidade Europeia enfrentam crises financeiras que afetam inicialmente os mais pobres do continente (Grécia, Polônia, Eslovênia etc) e também a economia da Comunidade como um todo. Por isso, é necessária a injeção de recursos do Tesouro Europeu para amenizar o sofrimento do povo daqueles países, que sofrem toda a sorte de perdas em se tratando de emprego e nível de qualidade de vida.

Na França, a insatisfação gerada pela aprovação da reforma da Previdência pelo Senado, que aumenta a idade mínima de 60 para 62 anos, levou o país a uma greve geral à época e, atualmente, o povo francês continua se manifestando para defender os seus empregos e sua condição de vida.

A crise global, iniciada nos EUA em dezembro de 2007, a partir de uma onda de calotes no mercado imobiliário, ainda não acabou.

O povo francês tem plena consciência de sua cidadania e reage imediatamente toda vez que ataques são direcionados aos seus direitos. Não é a primeira vez que o povo francês vai à luta pelos seus direitos e, certamente, não será a última, nestes tempos de neoliberalismo capenga.

A crise financeira e econômica mundial expôs a ineficiência da regulação da economia pelos mercados, defendida com veemência pelos neoliberais. A ineficiência deste sistema econômico já provou que não há como governar sem a retirada dos direitos dos trabalhadores destes países.

Assim, o socialismo sempre será o sistema alternativo ao capitalismo neoliberal, que não cumpre as suas promessas de uma melhora na vida dos trabalhadores no mundo inteiro.

O meio ambiente

É hora de rever a doutrina neoliberal em todos os seus aspectos, inclusive quanto às privatizações. Em especial, é hora de eliminar uma das metas do Consenso de Washington, sobre a privatização do sistema de infraestrutura da água, que vê a água como mercadoria e não patrimônio público de todos os seres vivos.

No Brasil, em especial no estado de São Paulo, o processo de privatização da água está em franco desenvolvimento. A Sabesp foi privatizada no governo do PSDB e a situação do saneamento básico é dramática. A maior parte do estado de São Paulo não tem saneamento básico.

A privatização da água implica na exclusão de quem não pode pagar, e tem impedido o acesso a este recurso principalmente nos países pobres. Em poucos anos, quem for dono da água terá amplo poder econômico e político, com poder de decisão sobre a vida humana, visto que o planeta necessita da água para sobreviver.

Ora, se a água é uma necessidade básica do ser humano, um direito humano fundamental, sua propriedade não pode ser entregue a alguém ou a um grupo de empresários, cujo único propósito é a maximização de lucros. Se isso ocorrer, cada ser vivo será diretamente prejudicado e sujeito à morte.

Os resultados das privatizações em outros setores já são conhecidos: os prejuízos econômicos, sociais e ambientais são enormes. É urgente promover um amplo debate e combater esta política nefasta a um recurso natural e público.

Devemos ter em mente que, assim como o petróleo foi o estopim para muitas guerras no século passado, a propriedade da água doce e potável, será em breve razão para a disputa pelos países que não a possuem. Novas guerras podem surgir

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

e o Brasil precisa estar atento para a defesa de seu patrimônio.

Outra preocupação mundial é o crescente aquecimento global, que pode provocar consequências catastróficas. O aquecimento da Terra pode levar ao derretimento das calotas polares e de geleiras, elevando o nível das águas dos oceanos e dos lagos, submergindo ilhas, amplas áreas litorâneas, mangues. O superaquecimento das regiões tropicais e subtropicais contribuiria para intensificar o processo de desertificação e de proliferação de insetos nocivos à saúde humana e animal. A destruição de habitats naturais provocaria o desaparecimento de espécies vegetais e animais.

O mundo está pensando em soluções menos agressivas ao meio ambiente para garantir o crescimento econômico, a tal da sustentabilidade. Porém, são iniciativas isoladas e sem acordo das grandes potências mundiais. O protocolo de Kyoto ainda não foi assinado pelos EUA e China, por exemplo, que são os maiores poluidores globais.

O Brasil, que está em "boa" colocação no ranking e que tem mantido um índice de desenvolvimento humano nos mesmos parâmetros anteriores, tem buscado alternativas para amenizar os efeitos do desmatamento da Amazônia. Os níveis têm diminuído, mas em ritmo mais lento do que o desejado. No pior cenário, a Amazônia pode se tornar cerrado até o final do século XXI, devido ao aumento na concentração de gases de efeito estufa. São necessárias novas medidas punitivas aos que desmatam a floresta amazônica.

A aprovação do novo Código Florestal pelo Congresso Nacional, segundo os defensores das florestas, favorece a continuidade do desmatamento e do latifúndio. Já segundo o governo, foi uma maneira encontrada para controlar o desmatamento.

Analisando o aspecto científico, percebemos que já existem várias formas de resolver o problema e cada vez mais cientistas propõem novas opções. Como, por exemplo, a troca de matrizes energéticas por outras mais limpas, manutenção de grandes absorvedores de C02, como a floresta amazônica. Ou seja, cientificamente o problema é perfeitamente solucionável. No entanto, ainda existe uma falta de vontade política de governos e grupos empresariais, pois ainda priorizam o lucro acima de tudo. Ainda não perceberam que o agravamento do problema pode trazer sérios prejuízos econômicos, como, por exemplo, fortes quebras de safras agrícolas.

O planeta é capaz de absorver até certa quantidade dos gases do efeito estufa. Assim, a humanidade precisa aprender a viver dentro destes limites impostos pela natureza. Esta, grosso modo, seria a solução definitiva. De acordo com relatórios de agências internacionais e mesmo do Greenpeace, a geração de eletricidade por painéis solares torna-se mais competitiva a cada ano e existe a estimativa de que o mercado desta tecnologia alcance 300 bilhões de euros por ano em 2030 e a criação de 6,5 milhões empregos, suprindo 9,4% da demanda mundial por eletricidade.

Os geradores solares logo estarão competindo com centrais elétricas, já que produzem eletricidade a preços competitivos exatamente onde ela é necessária, sem a necessidade de grandes investimentos em sistemas de transmissão.

O mundo está pronto para uma revolução energética, mas os governos têm que apoiar sua retórica contra o aquecimento global em ações concretas para o desenvolvimento das energias renováveis.

A humanidade tem hoje recursos tecnológicos para resolver esta situação, mas os governantes dos países que compõem o G 7 colocam a questão como prioridade?

Recomendações aprovadas pelo Congresso

1) Intensificar o apoio aos movimentos dos trabalhadores do mundo. Em defesa dos seus direitos;

2) Defender um modelo econômico que garanta um mundo melhor para todos, sem discriminação de classe;

3) Ser contra a retirada dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo;

4) Ser contra a interferência dos países imperialistas na soberania de qualquer povo;

5) Ser contra os conflitos armados, que nada mais são do que o financiamento da indústria armamentista;

6) Defender formas limpas e renováveis de energia;

7) Ser contra o projeto neoliberal, lutando contra a precarização do trabalho, as privatizações e o Estado mínimo;

8) Ser contra a privatização e a internacionalização da Amazônia e da água do planeta;

9) Lutar pela preservação do planeta;

10) Defender o socialismo para a melhoria de vida da classe trabalhadora mundial, por uma sociedade justa e igualitária.

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

TEMA II – CONJUNTURA NACIONAL

(Autoria de Denise Rykala)

A democracia não foi inventada em um determinado lugar e com uma forma definitiva. A construção da democracia é contínua e penosa, é um processo conflituoso e sujeito a diferentes caminhos que levam muitas vezes à ampliação ou à retração da democracia.
Lefort, 1981, (filosofo francês)

Introdução

O governo Dilma, em 2011, começou com problemas políticos: uma chuva de denúncias, constantes demissões de ministros e muitas tensões na base aliada. Na economia, a inflação cresceu juntamente com a crise internacional. No Congresso, o governo Dilma tem uma frágil oposição, fazendo com que as maiores dores de cabeça do Governo, encontrem-se na base aliada e nas derrapagens de seus ministros. A crise internacional complicou a conjuntura econômica do Brasil, sendo o principal problema a baixa expectativa de crescimento econômico, diferente dos anos anteriores. Dilma mantém as mesmas políticas e programas do governo Lula para educação e saúde, com investimentos ainda insuficientes para colocar o Brasil nos patamares dignos da sua população. Para isso, é necessário mais investimentos e, também, transformar os programas em políticas públicas.

No segundo ano de mandato, as coisas não foram melhores. O "mensalão" voltou com força total, através dos julgamentos e condenações de alguns importantes fundadores do PT e de partidos da base aliada. Nas eleições de 2012, apesar de uma acirrada campanha eleitoral pelas cidades do Brasil, quando o "mensalão" foi tema recorrente, tivemos a grande vitória do PT, que ampliou sua base e conquistou a prefeitura da maior cidade da América Latina, São Paulo. Fernando Haddad ganhou a eleição e consagrou Lula como um grande articulador.

Em 2013, o fato marcante foi a manifestação pelo passe livre. Os estudantes foram às ruas em grandes manifestações para conquistar a gratuidade nos transportes públicos. Outras pautas se aglutinaram ao movimento, porém, sem bandeiras, não tiveram o mesmo êxito do Movimento Passe Livre.

O governo do PT

Não é possível fazer uma análise do governo Dilma sem antes analisar os oito anos de governo Lula. Dilma foi o braço direito de Lula nos últimos quatro anos de seu mandato.

O governo Lula caracterizou seu mandato pela estabilidade econômica, pela manutenção da balança comercial com superávit, em fase de crescimento, e intensas negociações com a Organização Mundial de Comércio (OMC).

Conseguiu diminuir em cerca de 168 bilhões de reais a dívida externa, mas não conseguiu diminuir a dívida interna, não mexeu na política fiscal e monetária, optando pela manutenção do estado tradicional, facultou ao Banco Central a autonomia política para manter a taxa de inflação sob controle, seguindo o objetivo determinado pelo governo.

O PIB (Produto Interno Bruto), que representa a soma de todas as riquezas de um país, teve um crescimento médio anual de 4,0% nos dois mandatos. O índice é quase o dobro do registrado no período de 1981 a 2002 (2,1%). Assim, o Brasil passou de 12º lugar para 8º no ranking das maiores economias do mundo.

O governo Lula deu prioridade à redistribuição de renda e aos programas sociais, como, por exemplo, o "Bolsa Família", expansão do crédito e do salário mínimo que era de R$ 200,00 em 2002 e chegou em 2010 em R$ 510,00, promovendo assim um pequeno acréscimo no poder de consumo entre as classes mais pobres.

Os sucessivos escândalos políticos foram os piores momentos do governo. O "mensalão" foi um

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

esquema de pagamento de propina aos parlamentares em troca de votos e apoio às propostas do Executivo. Foi o pior momento da avaliação do presidente; na época, Lula contava com apenas 31% de aprovação.

O incentivo às exportações e à diversificação dos investimentos feitos pelo BNDES estimulou o microcrédito e ampliou os investimentos na agricultura familiar através do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar). O emprego formal cresceu: em 2002, a taxa de desemprego era de 10,5% da População Economicamente Ativa (PEA); em fevereiro de 2008, o Brasil registrou a maior queda do nível de desemprego em 13 anos, chegando a 9,9%. E o governo Lula terminou o mandato em dezembro de 2010 com índice médio anual de desemprego em 6,7%.

As ações governamentais em relação ao desmatamento da Amazônia, tais como a fiscalização, a racionalização do uso do solo, a criação das reservas florestais e o controle de crédito para produtores irregulares, fizeram com que o desmatamento tivesse a menor taxa em 21 anos.

Houve uma forte expansão da rede federal de educação, com a entrega de 214 unidades de escola técnicas e 14 universidades entre 2003 e 2010.

No segundo mandato, ocorreram muitos problemas com os aeroportos e, também, a crise do uso de cartões corporativos. O governo Lula terminou seu mandato com 80% de aprovação.

O Brasil finalizou o ano de 2010 com a eleição de Dilma Rousseff à presidência do Brasil, com 56,05% dos votos válidos, contra 43,95% de seu adversário José Serra (PSDB).

Sem dúvida, foi um grande passo para um país machista e preconceituoso, eleger para ocupar o posto de comando mais alto do país uma mulher que participou dos movimentos de combate à ditadura e, como militante política, foi presa e torturada. A derrota do PSDB e a vitória do PT ainda não garantem que caminharemos para um país mais justo e democrático.

A educação, a saúde, os transportes e todos os direitos somente serão conquistados quando o povo brasileiro tiver consciência do seu papel na construção de uma outra sociedade, mais justa. De qualquer forma, o povo brasileiro elegeu Dilma Rousseff porque avaliou que, apesar dos partidos serem parecidos, no governo Lula houve avanços consideráveis, que melhoraram a sua condição de vida, muito diferente dos governos anteriores.

A eleição da Dilma teve, portanto, como significado a continuação do projeto político de Lula cuja marca foi, estrategicamente, através de vários programas, superar a miséria e a pobreza extrema e diminuir a desigualdade social. Apesar das tentativas, o governo Dilma tem problemas, dificuldades e também traços das políticas neoliberais, tais como a privatização dos aeroportos e as tentativas de reformas da Previdência.

Economia no governo Dilma

Dilma começou o governo com a inflação ameaçando sair do controle e, consequentemente, ameaçando a estabilidade econômica. O governo, desde o início, aplicou a política de isenções de IPI de carros e da linha branca para manter o consumo interno aquecido e, mesmo assim, o ano de 2011 terminou com a inflação na casa dos 6,30%, preocupando o governo e a nação.

O ano de 2012 também foi difícil na área econômica, fomentada pela crise econômica mundial. Para estimular o mercado interno, o governo continuou a baixar o IPI dos automóveis, eletrodomésticos da chamada linha branca e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cobrados sobre o financiamento ao consumo de 3% para 2,5%, e os juros tiveram queda em média 9,6% entre maio de 2011 e maio de 2012.

Crises políticas

Na área política, vários ministros caíram sucessivamente, começando com denúncias de que o ministro Palocci (PT), em quatro anos de governo, teve o seu patrimônio aumentado em 20 vezes, atuando em uma assessoria privada ao mesmo tempo em que cumpria mandato de deputado federal. O ministro do transporte, Alfredo Nascimento (PR), é acusado de um esquema de superfaturamento em obras públicas. Logo após, foi a vez de Wagner Rossi (PMDB), ministro da Agricultura, ser o alvo de uma série de acusações de corrupção na Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), incluindo pagamento de propinas em troca de financiamento de campanha. Pedro Novais (PMDB), do Turismo, foi o quinto ministro do governo Dilma a deixar o cargo, acusado de pagar com dinheiro público o salário de sua governanta por sete anos e usar um funcionário da Câmara dos Deputados como motorista particular de sua esposa. O ministro do Esporte, Orlando Silva (PCdoB), também não conseguiu escapar de sucessivas de-

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

núncias de fraudes em convênios do ministério dos Esportes. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT), também foi alvo de uma série de denúncias de irregularidades, dentre elas, o envolvimento em um esquema de cobrança de propina de ONGs, sindicatos e ainda foi acusado de ter feito uma viagem oficial em um avião fretado pelo dono de uma das ONGs que prestava serviços ao Ministério do Trabalho. Todas estas quedas ocorreram no primeiro ano de governo da presidente Dilma. A mídia chamou estas sucessivas quedas de ministros como a "faxina" da presidente Dilma. Após a depuração, a estabilidade na governança equilibrouse, retornando agora, com a queda do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que "resgatou" um senador boliviano, atravessando o país de táxi, gerando uma crise entre os dois países, que até o momento não se resolveu, tendo muitos aspectos a serem esclarecidos.

Em 2012, o fantasma do "Mensalão" voltou com força. O julgamento e a condenação de José Dirceu e Jose Genuíno, fundadores do PT, foram usados eleitoralmente. Em 2013 os "mensaleiros" têm as suas condenações confirmadas pelo STF, que também é alvo de críticas e investigações, tendo em vista o recente escândalo envolvendo o ministro Joaquim Barbosa, presidente do órgão.

O destaque de 2013 foram as grandes manifestações que explodiram em todo o Brasil, que começaram com a reivindicação do Movimento Passe Livre e foram, aos poucos, tendo a adesão de setores da população, na sua grande maioria estudantes. O movimento conseguiu reunir um milhão de pessoas em 60 cidades e chegou a dois milhões em 400 cidades. O combustível que aumentou as manifestações e colocou milhares de pessoas na rua e não mais somente jovens, veio com o repudio à repressão policial, a exigência de respeito à democracia, ao direito de livre expressão e manifestação.

A análise das grandes manifestações de junho tem várias vertentes. Algumas vitórias do movimento continuam frágeis.

As reivindicações se diversificaram em várias pautas, mas as principais ficaram entre o aumento de passagem de ônibus e a má qualidade dos serviços públicos prestados à população, a corrupção de políticos, mais verbas para a saúde e a educação, a PEC 37 (que diminui os poderes de investigação do Ministério Público) e o projeto de lei 4.330/2004 (regulamentação do serviço terceirizado, permitindo que categorias inteiras sejam substituídas por empresas terceirizadas, retirando direitos dos trabalhadores) e outras mais. Usaram a realização da Copa das Confederações para reforçar as manifestações contra os gastos feitos para a realização da Copa do Mundo.

A presidente Dilma veio a público em pronunciamento, valorizando a democracia e as manifestações populares pacíficas, mas condenou a violência de grupos isolados. Destacou a necessidade do dialogo. Propôs um pacto com governadores e prefeitos para melhorar os serviços públicos. Destacou quatro prioridades: elaboração de um plano nacional de mobilidade urbana; repasse de 100% dos recursos do petróleo para a educação; um programa de trazer milhares de médicos do exterior para atender no sistema público de saúde; e receber os líderes das manifestações pacíficas. E, principalmente, propôs um plebiscito para a reforma eleitoral. A popularidade da presidente despencou e, junto com ela, a de prefeitos e governadores, principalmente os do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. As pautas principais são o "fora, Cabral" (governador do Rio de Janeiro) e o "fora, Geraldo Alckmin" (governador de São Paulo) e aparece mais fortemente o movimento dos "Black Bloc", jovens encapuzados que partem para a violência e a depredação dos bancos, lojas, prédios públicos e do aparato policial.

O Movimento Passe Livre, após a conquista de sua reivindicação, retirou-se das manifestações, que já eram alvo de oportunistas, e a partir daí as manifestações perderam força.

As centrais sindicais também foram às ruas protestar em defesa dos trabalhadores, contra o PL 4330/2004, pela anulação a reforma da Previdência, por ter sido aprovada pelos "mensaleiros", 10% do PIB para a educação pública, mais verbas para a saúde, entre outras.

A análise dessas grandes manifestações tem várias vertentes, não existindo uma única resposta. Algumas vitórias do movimento continuam frágeis, por exemplo, a PEC 37 foi derrotada no Congresso, mas já exis-

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

tem promessas de retorno do projeto. Em São Paulo, especificamente, o deputado Campos Machado (PTB) ressuscitou-a como PEC O1/2013. A votação dos royalties do petróleo garantiu apenas 75% para a educação, quando a reivindicação era 100%.

Os 25% restantes ficaram para a saúde, o que não é de todo ruim, pois a saúde brasileira está indo de mal a pior, implicando na controversa deliberação do governo brasileiro na contratação de médicos estrangeiros. A reforma política nem chegou a ser discutida no Congresso, que tratou de tirá-la de cena rapidamente, e a corrupção, grande crítica dos movimentos, continua à solta em todos os níveis de governo e nos três poderes.

A política educacional

O Plano Nacional de Educação, após anos de discussão, foi votado em 2012 pela Câmara dos Deputados, mas trouxe muitas frustrações. O PNE aprovado não contém várias reivindicações da sociedade civil, que discutiu a educação brasileira em conferências municipais, estaduais e na Conferência Nacional – a CONAE de 2010. Na maioria, ao invés de políticas públicas, o PNE aprovado baseia-se em programas passageiros. Não será assim que alcançaremos a qualidade na educação pública brasileira.

Em 2013, para piorar, o relator do PNE no Senado (Pimentel) alterou a redação aprovada na Câmara dos Deputados, que previa 10% de investimento federal em educação pública, incluindo que este investimento será para a educação no geral, incluindo a educação privada em todas as suas ramificações.

Esta mudança resulta na inclusão da renúncia fiscal com o PROUNI, que concede bolsas em instituições privadas de ensino superior; os investimentos do 'Ciência sem Fronteiras', que envia estudantes brasileiros para estudar em faculdades fora do país; o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, e o Sisutec – Sistema de Seleção Unificada para Cursos Técnicos do Ensino, o que indica uma privatização da educação, pois além de não resolverem os problemas de qualidade, acesso e permanência, ainda se caracterizam em desvio dinheiro público, que deveria ser investido no setor.

OUTRAS POLÍTICAS

A crise ambiental

O Rio de Janeiro foi sede da "Rio+20", que é uma conferência que congrega quase todos os países do mundo, patrocinado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para discutir como o mundo irá crescer economicamente e como tirar as pessoas da pobreza extrema e, ainda, preservar o meio ambiente. A conferência tem sua importância, pois foi a primeira vez que trouxe à luz discussões, tais como: reciclagem do lixo, preocupação com a poluição, desmatamento da Amazônia e o incentivo à economia da água.

Não houve consenso e o documento apresentado e assinado pelas delegações foi duramente criticado pela sua redação pouco ambiciosa e a falta concreta de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

O caso da mulher. Programa Federal da Casa da Mulher

É o programa de combate à violência contra a mulher, que cria casas especializadas para atender mulheres em situação de violência em todos os estados e no Distrito Federal, contando com delegacias especializadas, juizados e varas, defensorias, promotorias, equipe para orientação ao emprego e renda, e também brinquedoteca e um espaço de convivência.

Recomendações aprovadas pelo Congresso

1 – Defender 10% do PIB para a educação pública;

2 – Defender o financiamento público para Educação Profissional Pública;

3 - Defender os serviços públicos;

4 – Ser contra a terceirização dos serviços públicos;

5 – Ser contra a corrupção, lutando pela punição dos corruptos e dos corruptores;

6 – Ser contra as propostas de retiradas de direito do trabalhador;

7 – Ser contra a exploração e violência contra a mulher, dos idosos, etnias e outras diversidades. Pela criminalização da homofobia. Abaixo o genocídio nos bairros pobres.

8 - Defender a Previdência Pública;

9 – Defender o fim do financiamento privado de campanhas eleitorais;

10 – Defender o passe livre para todos;

11 – Defender o estatuto dos idosos e aposentados.

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

TEMA III – CONJUNTURA ESTADUAL

(Autoria de Neusa Santana Alves)

REFLEXÃO do Prof. Dr. Mauri de Carvalho – Docente da Universidade Federal do Espírito Santo

O Estado capitalista é uma força especial de repressão da burguesia sobre a classe trabalhadora (operária). Na cidade do capital o Estado é o Estado da burguesia. Sua substituição pelo Estado operário ou "Estado de todo o povo", Estado a serviço dos trabalhadores é impossível sem uma drástica mudança de comportamento social. Infelizmente há ainda uma enorme quantidade de lideranças sindicais e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que insistem em falar sobre o Estado em geral, e não da sociedade que constrói o Estado do qual estamos a falar. Se a sociedade esta montada sobre duas classes sociais fundamentais: (1) operários, proletariados e camponeses pobres e (2) burgueses (industriais, fundiários e financeiros), que a questão do Estado não pode ser tratada para além da relação conflituosa entre duas classes. É um contra senso afirmar a existência ou a possibilidade nesta sociedade de um Estado de todo o povo ou Estado popular e democrático. O Estado servo de todas as classes indistintamente é o discurso da moda nos dias de hoje, com o qual, inclusive os políticos, procuram ocultar a condição do Estado brasileiro como guardião do capitalismo. O Estado não é um instrumento homogêneo, ele compreende uma estrutura que corresponde de perto à estrutura da sociedade burguesa, isto é, com uma hierarquia de classe e diferenças idênticas entre si. Exatamente por isso, consideramos necessário retomar o debate político e ideológico, marcadamente filosófico partidário, sobre o Estado contemporâneo a partir de algumas teses rigorosamente inexequíveis, para incrementar o debate sindical. Devemos retomar os Fóruns de estudo sobre que Estado queremos e compreendendo a lógica do texto, o Estado democrático, Estado popular livre, ou seja, de todo o povo e nos fortalecermos não só como categoria, mas como classe trabalhadora na união de todas as categorias na luta por um Estado que de fato representa os anseios da sua população, que a grande massa dos estudantes entenderam e foram as ruas, esses são mais recentes acontecimentos, transmitidos pelas diversas redes sociais, nos quais parte dos insatisfeitos do Brasil, não apenas como o reajuste para cima dos preços das passagens dos transportes rodoviários urbanos, mas, sobretudo, com os mais de R$ 50milhões destinados aos mega eventos esportivos para subsidiar o lucro de mega-empreiteiras amarradas as tetas do Estado desde o golpe militar de 01 de abril de 1964; o descaso a privatização dos hospitais universitários, precarização da vida das universidades públicas.

A conjuntura política e os trabalhadores do Centro

Os problemas que afligem os trabalhadores do Centro Paula Souza, como o arrocho salarial e as más condições de trabalho, são realidade para a boa parte da classe trabalhadora, seja na iniciativa privada, seja no serviço público.

Isto acontece porque vivemos numa sociedade dividida em classes. Do lado de cá, estamos nós, os trabalhadores. Do lado de lá, os grandes capitalistas, que sobrevivem da exploração do nosso trabalho. Ao seu lado, eles contam com um aliado poderoso: o governo. Tanto no estado de São Paulo, como em nível federal, temos governos que são comprometidos com os interesses dos empresários, dos banqueiros, dos latifundiários etc. E é a serviço destes interesses que o governo tucano arrocha os salários, cortando verbas da educação e da saúde, concedendo isenção de impostos aos empresários etc.

Só a organização e a luta dos trabalhadores podem virar esse jogo. A história da classe trabalhadora é rica

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

em greves, manifestações e outros mecanismos de resistência. Assim se deu nos últimos anos, assim será de agora em diante.

Programas de Estado para a educação pública

O ano de 2010 teve como debate as eleições, marcadas por uma disputa acirrada e desgastante do à presidência da República, entre Dilma e Serra, que foi derrotado. No governo do estado de São Paulo, foi eleito o atual governador Geraldo Alckmin, que chega ao Palácio dos Bandeirantes sinalizando a continuidade dos aspectos centrais da política de seus antecessores Covas/Serra. Pequenas diferenciações existem, é verdade, mas são apenas manifestações dos diferentes interesses que marcam os grupos que compõem o esquadrão tucano, trazendo no bojo as políticas de programas de governo e não de políticas públicas, tais como:

1) TELECURSO TEC: implantado em 2008, é um programa de formação técnica de nível médio, de qualificação. É composto por três cursos técnicos: Administração Empresarial, Gestão de Pequenas Empresas, Secretariado e Assessoria, oferecidos nas modalidades aberta, presencial e on-line. O curso é constituído por 800 horas-aulas, divididas em três módulos, cada um com duração de 16 semanas. É um programa exclusivamente do governo do Estado de São Paulo e estados conveniados.

2) Via Rápida Emprego: é um programa de qualificação profissional, do governo do estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Oferece cursos básicos de qualificação profissional de acordo com as demandas regionais. O objetivo é capacitar gratuitamente a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho ou que deseja ter seu próprio negócio. É um programa para pessoas maiores de 16 anos, alfabetizadas e que residem no estado de São Paulo; a prioridades é que estejam desempregados, embora atenda todos aqueles em busca de qualificação profissional e públicos específicos (jovens reeducandos em regime semiaberto e egressos do sistema penitenciário). Oferece mais de 150 modalidades de cursos gratuitos, com duração de até 90 dias, nas áreas da construção civil, na ETECs, FATECs, SENAI, SENAT, SENAC e outros, dando benefícios de bolsa-auxílio, auxílio deslocamento e auxílio alimentação (apenas para cursos presenciais).

3) VENCE: programa que une o ensino médio com o técnico, para atender às mais diversas necessidades dos alunos em duas modalidades:
Integrado – para concluintes do ensino fundamental e que cursarão a 1ª série do ensino médio na rede estadual. O aluno cursa ensino médio e o técnico em um único curso, oferecido em parceria entre o Centro Paula Souza e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
Concomitante – Para alunos da 2ª e 3ª séries do ensino médio e da EJA. O aluno frequenta o ensino médio na rede estadual em um período e faz o curso técnico em uma instituição credenciada em outro. Indicadores do VENCE – 85,9% das instituições credenciadas têm bibliotecas com acervo de qualidade, 85,5% têm laboratórios de informática acessados pelo aluno e excelente infraestrutura física, metade das instituições obteve uma pontuação acima de 9,65% (escala de 0 a 10).

Como podemos ver, essa é toda a política de investimento que o governo tem para oferecer à população do estado. Sabemos que na implantação do TELECURSO TEC foram repassados para a Fundação Roberto Marinho valores 'módicos' de R$ 18 milhões (apenas para a implantação). Mas não sabemos qual é o valor para a manutenção desse programa, assim como não sabemos qual é o custo do VENCE e do VIA RÁPIDA.

Enquanto isso, nossas escolas vão minguando na sua infraestrutura de laboratórios, na falta de investimentos em cursos de tecnologias e não apenas de gestão e serviços, sem contar a desvalorização dos trabalhadores públicos do estado. O governo vai fazendo sua campanha com programas, sem pensar numa verdadeira educação de formação dos jovens e adultos como direito à cidadania do saber fazer. E todos esses programas tiveram um crescimento após a LDB, que diz que a educação poderá ser realizada da forma que melhor atender ao cidadão, não se preocupando com o financiamento e, muito menos, com a qualidade dessa educação. Também sob esta argumentação, tivemos os ataques do PSDB na nossa instituição, quando fragmentou o ensino técnico com duração de 4 anos com a separação entre o ensino propedêutico e o profissio-

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

nal. O empobrecimento da formação obrigou o governo a criar o tal programa VENCE, como se fosse a descoberta da pólvora, tentando "mal e porcamente" unir, sem nenhuma qualidade, o que ele mesmo separou, sem qualquer debate com a sociedade e os educadores envolvidos. Ninguém sabe ao certo no que resultará este programa de formação.

No âmbito federal, muitos programas também são elaborados sem debate com a sociedade e educadores. Estes programas são aplicados largamente no estado de São Paulo, como o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que foi o mote da campanha eleitoral de José Serra, "dizendo ser o ProUni do ensino técnico". Infelizmente, mesmo Serra não ganhando, o governo eleito resolveu abraçar a ideia e anunciou a implantação em todas as unidades públicas federais e estaduais e privadas e na rede 'S' especificamente.

É um programa de financiamento para a formação profissional do trabalhador, que não passa de uma operação tapa-buracos, sem o devido compromisso público, ao mesmo tempo em que é um rearranjo do governo federal para a manutenção dos antigos R$ 5 bilhões destinados à rede 'S', que hoje chegam a R$ 16 bilhões, mantendo assim a lógica do dinheiro público para financiar a educação privada. É claro que o governo do estado abraçou a causa de imediato, por ser projeto do próprio PSDB, mantendo assim sua marca privatista.

Em 2013, o governo federal cria o SISUTEC, Sistema Informatizado do MEC, no qual instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica e universidades oferecem vagas em cursos técnicos para quem concluiu o ensino médio, realizou o ENEM e não conseguiu vaga no ensino superior. Pensamos que esse Sisutec é uma forma de induzir o estudante a utilizar o Pronatec. Isso para aumentar a utilização do financiamento por meio do Pronatec nas instituições privadas. Os estudantes agraciados com o programa escapam do vestibulinho, que é o gargalo para o ingresso nas escolas públicas.

Na tentativa de fugir de um debate sério sobre cotas e democratização nas universidades estaduais e no Ceeteps, o governo paulista tentou impor o PIMESP.

Para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza, a tentativa do governo estadual foi instituir o PIMESP - Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista, por meio de iniciativa do através do CRUESP – Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas. O manifesto a favor das cotas raciais e em defesa do PL 530/04 em São Paulo aconteceu após a divulgação do PIMESP. O fato é que o governo do estado de São Paulo, tentando fugir de um debate sério sobre cotas e democratização das universidades públicas paulistas (USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza), apresentou o programa, que em linhas gerais visava destinar, até 2016, 50% das vagas das universidades para estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública, das quais 35% (17,5% do total) seriam especificamente para negros, pardos e indígenas. Para isso, propunha dois instrumentos: 60% dos candidatos selecionados pelo Plano Institucional de Recrutamento, que buscaria ampliar o número de vagas por cotas nos vestibulares já existentes, e 40% dos candidatos passariam pelo Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES), inspirado nos community colleges americanos: um segundo empecilho para a entrada nas universidades e FATECs (dados do Jornal Gestão ViraMundo - "PIMESP, mais um projeto na contramão da democratização"). Os colleges seriam uma espécie de exame de competência, que tem duração de dois anos e, depois desse período, o estudante pode ou não ser aceito para cursar a universidade. Por isso, foi chamado de "golpe", uma manobra para não implantar o sistema de cotas raciais do governo federal.

O objetivo das cotas é igualar as oportunidades, superando as disparidades causadas pelas diferenças educacionais e pelo vestibular que, de forma discriminatória, favorece a elite branca, que ocupa a maioria das vagas, principalmente dos cursos mais concorridos.

As manifestações contra o PIMESP fizeram com que ele fosse retirado da pauta da discussão e cada universidade está criando seus próprios programas de inclusão social e racial.

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

A saúde da população e dos trabalhadores no governo Alckmin

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (SindSaúde), em 2013 o governo do estado fechou 400 leitos do Hospital do Servidor. Inclusive o pronto socorro foi fechado, para uma suposta reforma. Ao mesmo tempo, adquiriu 300 leitos em hospitais particulares. Os trabalhadores da área entraram em greve por terem a certeza de privatização, que o secretário da Saúde e o governador negam, dizendo ser "apenas uma ampliação dos serviços para as regiões mais afastadas da capital onde se encontra o hospital". Porém, o fato é que as Organizações Sociais já tomam conta da maioria dos leitos públicos paulistas e os trabalhadores da saúde tiveram acesso a documentos de proposta de imobiliárias apresentadas para o diretor do Hospital antes do fechamento dos leitos para a compra do terreno.

Os transportes públicos

Em 2012, os governos do estado e do município foram sistematicamente convocados a dar explicações sobre o colapso no sistema de trens/metrô. O secretário estadual dos Transportes colocou a culpa do colapso – admitindo-o, portanto - nos prefeitos dos municípios vizinhos, que não investiam em transporte público de qualidade sobre rodas (ônibus). Por isso, os transportes sobre trilhos estavam sobrecarregados e a rede de alta tensão não estava suportando.

Após empurrar o problema para outros, o governador e o consórcio de transporte do estado e do município de São Paulo decidiram desligar os acessos, como elevadores e escadas rolantes, e também aumentar o tempo de parada das composições nas estações. Moral da história: estações, trens e metrôs com superlotação; se os usuários levavam 45 a 50 minutos na viagem, este tempo passou para uma hora ou uma hora e meia.

Recentemente, veio a público o escândalo de corrupção e de práticas cartelistas (Siemens) para expandir as malhas rodoviárias e ferroviárias, trazendo novamente os trabalhadores para as ruas. O Sindicato dos Metroviários e o MPL (Movimento Passe Livre) exigiram a instalação de uma CPI para apurar os fatos. O governador, por sua vez, tenta inverter a situação a seu favor, dizendo que fará uma sindicância com rigor e exigindo o retorno do montante que foi desviado do cofre público (sic).

Outras recentes privatizações tucanas

Se não bastasse a tentativa de obstrução à instalação da CPI do metrô, o governador enviou para a casa legislativa de São Paulo o projeto de lei 249/2013, que trata da exploração de parques florestais e áreas de preservação permanente do estado de São Paulo, tais como: Cantareira, Jaraguá e Campos de Jordão. Mais um ataque dos tucanos, coerente com sua política de privatização e com a justificativa de "que essa exploração das empresas nos parques é apenas 30 anos".

Outra pérola, vinda do campo de sustentação da direita paulista, através do deputado Campos Machado (PTB), que deve ter ficado indignado com a derrubada da proposta de emenda à Constituição 37 (PEC 37), que pretendia tirar do Ministério Público a autorização para investigar crimes. Ele juntou um grupo de deputados para articular a aprovação de outra PEC, a de número 01/2013, exclusiva para o estado de São Paulo, que tenta proibir a promotoria de investigar denúncias de corrupção contra prefeitos, secretários, vereadores e deputados estaduais. Os promotores de São Paulo, que mal comemoram a derrubada da PEC 37, tiveram que travar outra luta, agora contra a Assembleia Legislativa de São Paulo.

Até o Poder Judiciário não escapou do rol de falcatruas. No início deste ano, a Polícia Civil fez um ato no vão do Masp para reivindicar melhores condições de trabalho e salários, que resultou na caça às bruxas: não muito tempo depois, veio uma operação de reestruturação do DENARC, após denúncia de corrupção, com o afastamento do secretário de Segurança Fernando Grella. Essa operação teve o nome de "processo de limpeza" para prender delegados e investigadores da polícia civil do estado.

Operação similar aconteceu com a chamada "higienização da cracolândia", em 2012, com a internação compulsória, que até hoje não se sabe onde, como e porque aconteceu. De uma hora pra outra, a polícia investiu sobre usuários de drogas no Largo do Arouche e na Praça da Sé. "Coincidentemente", no largo do Arouche estão instaladas a nova ETEC Santa Ifigênia e a nova pomposa sede do

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

Centro Paula Souza, inauguradas em 05/08/2013.

Opressão contra os movimentos sociais

A população está altamente insegura, por falta de ações concretas e investimentos na segurança pública, porque temos policiais militares despreparados e mal remunerados, o que só faz aumentar a corrupção e a baixa do contingente efetivo do sistema. Isso aumenta os crimes de latrocínio - roubo seguido de morte, homicídios e tantos outros. Também por falta de equipamentos de perícia, mais de 75% dos casos não são resolvidos, maquiando os dados divulgados pelo governo.

A pedido de grandes especuladores imobiliários, o governo do estado de São Paulo desapropriou a área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos, de forma cruel e desumana, passando tratores por cima das casas e de quem estivesse na frente, deixando famílias inteiras sem moradia. Ainda não satisfeitos, os policiais jogaram bombas de gás lacrimogêneo e atiraram balas de borracha, sem se importar de estar ferindo crianças, mulheres grávidas e pais de família. Esta ação novamente foi denominada pelo governador de "higienização".

Concordamos com o artigo de Bruno Boghossian e Carlos Lordelo, publicado no jornal "O Estado de São Paulo", em 23 de fevereiro de 2013. "Os fatos mais recentes ocorridos na cidade de São Paulo, com a brutal repressão de uma polícia herdeira do regime civil-militar a manifestantes desarmados e patentemente pacíficos, são o fecho da militarização crescente do estado de São Paulo e do tratamento das reivindicações e movimentos sociais como caso de polícia. Incêndios de favelas, invasão da USP pela tropa de choque, repressão a professores em luta, ocupações de terra e de edifícios abandonados que são despejados sob balas, enquanto pipocam esquadrões da morte e a juventude negra e pobre das periferias sofre nas mãos da Polícia Militar assassina e racista, a serviço de Geraldo Alckmin e das elites paulistas."

O governo usa e abusa do bom nome das ETECs, porém, financiou a expansão da rede com o sucateamento dos salários dos trabalhadores.

Piorando o quadro, o governo paulista inicia uma campanha pela 'menoridade', redução da idade penal - para justificar a falta de investimentos na educação, saúde e segurança, que são direitos inalienáveis dos cidadãos.

No início de 2013, houve o aumento das passagens dos ônibus municipais e intermunicipais de todo o Brasil, exceto na cidade de São Paulo, que atendeu ao pedido da Presidência da República para que o aumento fosse somente aplicado em junho, de modo a conter a alta da inflação. Então, em janeiro as passagens do ABCDMRR (que incluí o município de Mauá) tornaram-se as mais caras do Brasil. Junto com o Movimento Passe Livre, o Sinteps iniciou o movimento de repúdio em Mauá e em São Bernardo do Campo contra os prefeitos, que responderam com violência.

Aos poucos, o movimento foi criando corpo e, a partir de 06 de junho, tomaram as ruas de todo o Brasil, mesmo com toda a repressão e com a inabilidade do ministro da Justiça, que naquele momento ofereceu aos estados as forças armadas. Esta repressão fez fortalecer o movimento, levando os governos a recuarem um pouco. A mídia, por sua vez, começou a "separar o joio do trigo" e é nesse momento que há uma articulação política da ultradireita para se apoderar dos movimentos e preparar o "golpe" no governo federal ou nos governos estaduais. Neste momento, inteligentemente o Movimento Passe Livre fez a declaração para toda a imprensa da conquista da redução no valor das passagens, retornando ao valor do ano anterior, que era a pauta do movimento, mas deixou um alerta aos políticos brasileiros: "2014 é ano eleitoral e a população deve saber em quem votar, porque os políticos que estão aí não nos representam; o movimento das massas nas ruas do país é político e não partidário; o movimento não foi apenas por R$ 0,20, mas por políticas públicas de qualidade da educação, saúde, transportes, segurança e contra todo tipo de preconceitos e repressão aos movimentos sociais e respeitar os cidadãos paulistas."

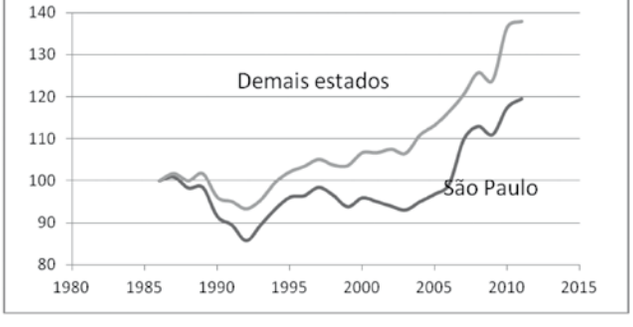
A TESE APROVADA | Resistência e Luta

A Educação Profissional Pública Paulista

Apesar da pujança associada ao estado, as estatísticas demonstram que nossa população levou o triplo do tempo para superar a crise econômica instalada nos anos 80, sem recuperar a renda per capita dos demais estados. Em termos educacionais, somos o estado mais privatizado na educação. Nenhum país apresenta taxas de privatização tão altas como as do estado de São Paulo, mantendo a lógica do neoliberalismo e do Estado mínimo, há anos implantada no estado paulista.

Cabe perguntar se o fato da crise econômica que se instalou após o final do período ditatorial ter sido, no estado de São Paulo, duas vezes mais intensa no que diz respeito à redução da renda per capita e três vezes mais longa do que nos demais estados, foi devido à má colocação em exames de avaliação. Os dados de exames nacionais colocam o estado de São Paulo em patamares nada louváveis.

Figura 1 - Evolução da renda per capita em São Paulo e nos demais estados



No caso da Educação Profissional e Tecnológica, onde se especializa a luta do Sinteps, o quadro é muito desolador, e somente não está pior pela resistência empreendida nas últimas décadas pelos trabalhadores e estudantes.

O governador faz política com o "chapéu alheio". Inaugura escolas e mais escolas, se autodenomina o "Governador das FATECs", usa e abusa do bom nome das ETECs, porém, financiou a expansão da rede com o sucateamento dos salários dos trabalhadores, que detêm o triste status de PIOR SALÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO BRASIL.

Inaugura escolas e mais escolas, sem o devido aporte financeiro; sem pessoal e sem equipamentos. A maior parte destas novas escolas é especializada na área da Gestão, evitando investimentos nas áreas tecnológicas, que tanto fazem falta para o desenvolvimento do país.

Usa o marketing e apresenta à população uma realidade de sucesso para os jovens, que, na prática, não se realiza.

Sem os movimentos sociais, os sindicatos de professores e funcionários da educação, em especial, do estado de São Paulo, estaria em situação muito pior do que se encontra hoje.

É por conta dos movimentos organizados que hoje os 10% do PIB para o financiamento da educação são debate central, porém, décadas foram necessárias para chegarmos ao patamar de hoje.

É o movimento organizado que conquistou a GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA, porém, o ASSÉDIO MORAL, o AUTORITARISMO e os DESMANDOS dos gestores ainda são uma realidade vivenciada pelos trabalhadores nas escolas públicas paulistas.

É, sem dúvida, conquista do movimento organizado a destinação das verbas do PRÉ-SAL ao financiamento da ESCOLA PÚBLICA, mas, todos sabemos que, sem a definição do financiamento através de cotas para cada segmento da educação pública, da creche à universidade, sempre haverá, pelos governos, a desculpa do COBERTOR CURTO, o marketing de que para um segmento progredir, outro terá que perder, ou pior, um segmento somente está ruim porque outro tem uma fatia maior.

As três universidades estaduais paulistas são um bom exemplo para nos espelharmos. A unificação da luta dos docentes, dos servidores e dos estudantes conquistou a autonomia universitária, com financiamento definido em função da cota parte do ICMS. E mais, conquistou o aumento deste percentual, dos iniciais 8,4 para os atuais 9,57%.

Ora, no estado de São Paulo a destinação de verbas para manutenção e desenvolvimento do ensino é 30% da receita corrente líquida. Será que não somos capazes de chegar a um denominador comum e dividir este percentual para os diversos segmentos que compõem a escola pública?

A luta do Fórum das Seis, entidade que congrega os sindicatos dos trabalhadores e as associações de docentes das três universidades estaduais paulistas e o Sinteps – Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza - é pela destinação de 33% da receita corrente

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

líquida para a educação pública paulista, aí incluídos 11,6% e 2,1% do ICMS quota parte estadual para as universidades e para o Ceeteps, respectivamente.

Negociação ou Acordo Coletivo

Vislumbramos poucos avanços para nós, trabalhadores do Ceeteps e o funcionalismo público do estado, com a regulamentação da Convenção 151, pois os servidores públicos têm uma organização diferenciada. Somos vítimas do estado patrimonialista: não temos contrato bilateral, temos somente adesão; podemos formar sindicatos, fazer greve, mas não podemos negociar. É um direito mal acabado e, por isso, os problemas são judicializados.

Desde 1988, somos tratados por similitude, por analogia. O direito de greve é um exemplo. Temos uma data-base instituída por lei pelo governo estadual e não respeitada por ele mesmo. Não há negociação: apresentamos nossas pautas, sendo uma específica e a outra econômica, que são as reivindicações mais prementes da nossa categoria, e o governo se limita a dizer sim ou não, na maioria das vezes não. Não discute os itens da pauta, ignorando a negociação e dizendo apenas o que se "dispõe a conceder" tem para nós aquele momento. Nossa resposta limita-se a entrarmos em greve ou não para aumentar as conquistas.

Por outro lado, o acordo coletivo, após a regulamentação, pode mudar este quadro. A legislação poderia garantir nosso direito de ter na data-base a efetiva negociação das reivindicações da categoria, discutindo as questões e como construir alternativas, respeitando os espaços conquistados, antes de qualquer medida unilateral.

A greve em questão

O ano de 2000 foi um marco da história de greves dos trabalhadores do Ceeteps. Havia uma disposição de luta crescente entre professores, funcionários e estudantes, em defesa da continuidade do vínculo entre o Ceeteps e Unesp, fundamental na luta contra qualquer tentativa de privatização do Centro Paula Souza. No bojo da greve, além da manutenção do vínculo, conquistamos um índice de 5%, que não estava previsto nos planos do governo. Em 2004, embora insistisse em nos negar qualquer reposição, o governo foi forçado a

conceder 10% por conta de outra greve histórica da categoria.

Em 2005, os funcionários receberam 11% e os docentes tiveram 20%, sem greve, por acordo firmado na greve do ano anterior. Em 2011, as conquistas econômicas que tivemos – o reajuste de 11%, a progressão automática das faixas iniciais dos docentes, a equivalência para algumas das funções administrativas – embora pequenas diante das perdas enormes da categoria, só vieram por conta da mobilização.

Em 2012, preocupado com a possibilidade de uma nova greve, o governo apressou-se a conceder 10,2% de reajuste aos trabalhadores do Centro.

Em março de 2013 foi dado o pontapé inicial da campanha salarial do ano, com o protocolo das pautas de reivindicações da categoria, tendo como centro da campanha a nova carreira dos trabalhadores e o reajuste salarial. O governo novamente se antecipou e anunciou 8,12%, para ser pago no salário de agosto, que acabou se tornando "a gosto de Deus" por conta da inabilidade da Superintendência do Ceeteps, que apenas enviou o projeto para a Alesp na véspera do recesso parlamentar, obrigando que a discussão somente acontecesse em agosto. O PL 22/2013 somente foi aprovado em 29 de agosto, véspera de um grande ato público da categoria e pela pressão constante dos diretores sindicais na Alesp.

O ato do dia 30 de agosto de 2013, além de incorporar a Pauta Nacional em Defesa da Educação e dos Trabalhadores, teve como eixo central a pressão para a tramitação do projeto de carreira, construído pela direção do Sinteps, com a participação da categoria, e pela tentativa de conquistar mais avanços na proposta.

A pressão deverá continuar mesmo após o encerramento desta tese, pois a carreira ainda estará em tramitação nas secretarias de governo e a categoria terá que se manter mobilizada.

"QUEREMOS A CARREIRA agora! Sem mobilização, será nunca mais!!!!"

A TESE APROVADA | Resistência e Luta

Recomendações aprovadas pelo Congresso

1) Ser contrário à ampliação de vagas públicas sem recursos financeiros que garantam a qualidade do ensino;

2) Ser favorável à realização de concurso público para a contratação de professores e funcionários para as escolas técnicas e tecnológicas do estado de São Paulo;

3) Lutar pela manutenção do vínculo e associação do Ceeteps à Unesp;

4) Ser favorável à implantação da Resolução 63/95 da Unesp, que cria a representação dos três segmentos (docentes, funcionários e estudantes) do Centro Paula Souza no Conselho Deliberativo;

5) Lutar pela redemocratização do Ceeteps, com eleições diretas para todos os cargos eletivos da instituição;

6) Defender a manutenção do regime jurídico de autarquia de regime especial para o Ceeteps;

7) Lutar pela manutenção do caráter público e gratuito da educação profissional e tecnológica do Ceeteps;

8) Participar das CONAES com propostas e emendas efetivas em todos os estados, por meio das entidades representativas nacionais, garantindo a reintegração da EPT nos níveis médio e superior da educação nacional;

9) Inserir os trabalhadores do Ceeteps no Fórum Estadual de Educação Profissional e Tecnológica do estado de São Paulo;

10) Exigir melhores condições de trabalho e salário, com respeito à política salarial do Cruesp;

11) Criar mecanismos para combater a terceirização e a precarização dos contratos de trabalho;

12) Lutar pela implantação da carreira proposta pelo Sinteps, aprovada pelos trabalhadores;

13) Exigir do governo estadual o cumprimento da lei que instituiu a data-base do funcionalismo público estadual;

14) Exigir do Ceeteps o cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a criação de CIPAS e a sua implantação em todas as unidades;

15) Criar uma agenda de formação e informação mais constante para os dirigentes sindicais;

16) Lutar por um Plano Estadual de Educação dentro do Fórum Permanente de Educação;

17) Reivindicar do Ceeteps a ampliação dos espaços para as reuniões sindicais;

18) Lutar por mais representação sindical nas instâncias de base e regionais para fortalecer a categoria;

19) Fortalecer as redes sociais do Sindicato, com mais visibilidade, por meio de debates e apresentações jurídicas e políticas e de interação com todas as áreas que compreendem a atuação do Sindicato;

20) Unificar a luta pela educação pública com as entidades estudantis e de trabalhadores;

21) Continuar a luta pela dotação orçamentária para o Ceeteps, de no mínimo 2,1% do ICMS – Quota parte estadual, a fim de garantir a manutenção digna da Educação Profissional e Tecnológica pública paulista, com a efetiva participação dos dirigentes sindicais;

22) Tornar transparente a aplicação dos recursos no ensino público, em especial na EPT pública paulista;

23) Lutar contra todas as formas de preconceito;

24) Criar um Fórum Permanente de debates sobre a educação e a diversidade;

25) Despender esforços para a orientação aos trabalhadores sobre o crime de assédio moral, a importância da denúncia e do testemunho dos trabalhadores, criando uma Comissão Permanente de Combate ao Assédio Moral, Orientação e Apoio às Vítimas deste crime;

26) Ser contra qualquer tipo de repressão aos movimentos sociais;

27) Lutar pela prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores;

28) Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Verba pública só para a educação pública!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADUSP – Revista da ADUSP – Associação dos Docentes da USP – Setembro de 2010, nº. 48.

_____. Processo Legislativo. São Paulo, disponível em <https://www.al.sp.gov.br/processolegislativo>. Acesso em: 06 out. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério do Planejamento. Disponível em <https: //www.planejamento.org.br/Orçamento e Gestão» Orçamento » Sistema Orçamentário » Histórico das Atividades Orçamentárias. Acesso em: 06 out. 2010.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em <https://www.mct.gov.br/index.php/content/view/21405.html. Acesso em: 06 out. 2010.

_____. Ministério da Educação. Disponível em <https://www.mec.org.br/setec. Acesso em: 06 out. 2010.

_____. Petrobrás. Pré - Sal e Marco Regulatório, de Exploração e Produção de Petróleo e Gás, outubro de 2009.

_____. Senado Federal. Disponível em <https://www.senado.org.br/ processo legislativo. Acesso em: 06 out. 2010.

FONTENELE, Alysson Maia. O orçamento público no Brasil: uma visão geral. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 62, fev. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3738>. Acesso em: 18 out. 2010.

SANTOS FILHO, Salvador dos; SANTOS FILHO, Clóvis Roberto dos; LIMA, Silvia Elena de. Os (des) caminhos da Educação Profissional e Tecnológica no Estado de São Paulo: Das raízes às reformas neoliberais. Aspectos históricos e reflexões políticas. São Paulo: SINTEPS, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Constituição (1989). Constituição do Estado de São Paulo. São Paulo, SP: Assembléia Legislativa, 1989.

_____. Secretaria da Fazenda. Prestando Contas. São Paulo, Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/prestando contas>. Acesso em: 01 out. 2010

Sites pesquisados:
www.aquecimentoglobal.com.br
http://www.greenpeace.org/brasil/energia/noticias/um-futuro-brilhante-e-multibil
http://www.nae.gov.br/missao.htm

ENCAMINHAMENTOS

O Plano de Lutas aprovado no VII Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps

Tendo como base as propostas apresentadas pela tese "Resistência e Luta", o plano de lutas aprovado ao final do VII Congresso recebeu várias contribuições advindas dos grupos de discussão e aprovadas na plenária final. Assim, sua autoria passa a ser do conjunto dos delegados do VII Congresso e tem a função de nortear as lutas da categoria nos anos que virão. Confira:

1) Intensificar o apoio aos movimentos dos trabalhadores do mundo. Em defesa dos seus direitos;

2) Defender um modelo econômico que garanta um mundo melhor para todos, sem discriminação de classe;

3) Ser contra a retirada dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo;

4) Ser contra a interferência dos países imperialistas na soberania de qualquer povo;

5) Ser contra os conflitos armados, que nada mais são do que o financiamento da indústria armamentista;

6) Defender formas limpas e renováveis de energia;

7) Ser contra o projeto neoliberal, lutando contra a precarização do trabalho, as privatizações e o Estado mínimo;

8) Ser contra a privatização e a internacionalização da Amazônia e da água do planeta;

PLANO DE LUTAS

9) Lutar pela preservação do planeta e do universo;

10) Defender o socialismo para a melhoria de vida da classe trabalhadora mundial. Por uma sociedade justa e igualitária;

11) Defender 10% do PIB para a educação pública;

12) Defender o financiamento público para a Educação Profissional Pública;

13) Defender os serviços públicos;

14) Ser contra a terceirização dos serviços públicos;

15) Ser contra a corrupção, lutando pela punição dos corruptos e dos corruptores;

16) Ser contra o trabalho escravo;

17) Ser contra a exploração e a violência contra a mulher, dos idosos, etnias e outras diversidades. Pela criminalização da homofobia. Abaixo o genocídio nos bairros pobres;

18) Defender a Previdência pública;

19) Defender o fim do financiamento privado de campanhas eleitorais;

20) Defender o passe livre para todos;

21) Defender o Estatuto do Idoso e os aposentados;

22) Ser contrário à ampliação de vagas públicas sem recursos financeiros que garantam a qualidade de ensino;

23) Ser favorável à realização de concurso público para a contratação de professores e funcionários para as Escolas Técnicas e Tecnológicas do estado de São Paulo, centralizado por região administrativa do estado;

24) Lutar pela manutenção do vínculo e associação do Ceeteps à Unesp;

25) Ser favorável à implantação da Resolução 63/95 da Unesp, que cria a representação dos três segmentos (docentes, funcionários e estudantes) do Centro Paula Souza no Conselho Deliberativo;

26) Lutar pela redemocratização do Ceeteps, com eleições diretas para todos os cargos eletivos da instituição;

27) Defender a manutenção do regime jurídico de autarquia de regime especial para o Ceeteps;

28) Lutar pela manutenção do caráter público e gratuito da Educação Profissional e Tecnológica do Ceeteps;

29) Participar das CONAES com propostas e emendas efetivas em todos os estados, por meio das entidades representativas nacionais, garantindo a reintegração da EPT nos níveis médio e superior da educação nacional;

30) Inserir os trabalhadores do Ceeteps no Fórum Estadual de Educação Profissional e Tecnológica do estado de São Paulo;

31) Exigir melhores condições de trabalho e salário, com respeito à política salarial do Cruesp;

32) Criar mecanismos para combater a terceirização e a precarização dos contratos de trabalho;

33) Exigir maior transparência e revisão das regras de atribuição de aulas;

34) Defender a formação continuada para os trabalhadores do Ceeteps nas universidades estaduais paulistas;

35) Ser contra a manipulação e perpetuação em cargos de chefia;

36) Exigir ampla divulgação da grade horária de todos trabalhadores do Ceeteps;

37) Exigir que o Portal da Transparência do Centro Paula Souza seja redesenhado, incluindo a tota-

PLANO DE LUTAS

lidade dos vencimentos de docentes e funcionários, por meio da FAT, pós-graduação e outros serviços pagos pelo Ceeteps;

38) Denunciar ao Ministério Público Federal os altos salários e possíveis abusos na máquina do Estado;

39) Lutar pela implantação da carreira proposta pelo Sinteps, aprovada pelos trabalhadores, com a implantação das jornadas de trabalho, evolução automática, política salarial do Cruesp e 1/3 de hora atividade;

40) Exigir do governo estadual o cumprimento da lei que instituiu a data-base do funcionalismo público estadual;

41) Exigir do Ceeteps o cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, com a criação de CIPAS e sua implantação em todas as unidades;

42) Criar uma agenda de formação e informação mais constante para os dirigentes sindicais;

43) Lutar por um Plano Estadual de Educação dentro do Fórum Permanente de Educação;

44) Reivindicar do Ceeteps a ampliação dos espaços para as reuniões sindicais;

45) Lutar por mais representação sindical nas instâncias de base e regionais, para fortalecer a categoria;

46) Fortalecer as redes sociais do Sinteps, com mais visibilidade, por meio de debate4s e apresentações jurídicas e políticas e de interação com todas as áreas que compreendem a atuação do Sindicato;

47) Lutar pela liberação dos dirigentes sindicais, a saber: todos os membros da Diretoria Executiva pelo tempo de duração do mandato; os membros da Diretoria Regional (um mês a cada seis meses) e os membros do Conselho de Diretores de Base (um dia a cada 15 dias);

48) Unificar a luta pela educação pública com as entidades estudantis e de trabalhadores;

49) Continuar a luta pela dotação orçamentária para o Ceeteps de, no mínimo, 2,1% do ICMS – Quota parte estadual, a fim de garantir a manutenção digna da Educação Profissional e Tecnológica pública paulista, com a efetiva participação dos dirigentes sindicais;

50) Tornar transparente a aplicação dos recursos no ensino público, em especial na EPT pública paulista;

51) Lutar contra todas as formas de preconceito;

52) Criar um fórum permanente de debate sobre educação e diversidade;

53) Despender esforços para a orientação dos trabalhadores sobre o crime de assédio moral, a importância da denúncia e do testemunho dos trabalhadores. Criar uma comissão permanente de combate ao assédio moral, orientação e apoio às vítimas deste crime, formada pela Diretoria Executiva e Diretoria Regional do Sinteps;

54) Ser contra qualquer tipo de repressão aos movimentos sociais;

55) Lutar pela prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores;

56) Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Verba pública somente para a escola pública;

57) Defender a escola pública, gratuita, laica, estatal e com qualidade para todos.

OUTROS ENCAMINHAMENTOS

As reformulações estatutárias

A íntegra do estatuto do Sinteps, já com as alterações aprovadas no VII Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps, está disponível no *site* da entidade (www.sinteps.org.br), no item específico do VII Congresso.

As moções aprovadas

O VII Congresso aprovou um conjunto de moções, que podem ser conferidas no site do Sinteps, no item VII Congresso. São elas:

- Em defesa dos direitos da mulher na mídia *(Neusa Santana Alves)*
- Contra o Estatuto do Nascituro *(Neusa Santana Alves)*
- Contra a repressão aos movimentos sociais *(Neusa Santana Alves)*
- Contra a terceirização *(Denise Rykala)*
- A favor dos 10% do PIB para a educação *(Denise Rykala)*
- Repúdio à corrupção *(Denise Rykala)*
- Repúdio ao Pronatec *(Silvia Elena de Lima)*
- Em defesa do financiamento público da Educação Profissional e Tecnológica do Estado de São Paulo *(Silvia Elena de Lima)*
- Repúdio aos leilões de privatização da Petrobrás *(Silvia Elena de Lima)*
- Defesa de Plano Nacional de Educação democrático e cidadão *(Silvia Elena de Lima)*
- Solidariedade aos profissionais da educação do Rio de Janeiro e repúdio a repressão do prefeito Eduardo Paes e do Governador Sergio Cabral *(Sirlene Maciel)*
- Solidariedade à greve dos trabalhadores da Educação do Rio de Janeiro *(Sirlene Maciel)*
- Apoio à greve dos professores de Terezina *(Sirlene Maciel)*
- Em defesa dos direitos dos trabalhadores do Centro Paula Souza *(Itamar Moll, Adalberto, Felipe e Láercio)*
- Repúdio ao assédio moral no Centro Paula Souza *(Salvador dos Santos Filho)*
- Moção à Assembleia Legislativa do Estado de SP *(José Ap. Sartori e Márcio José Dionísio)*
- Apoio à luta contra o assédio moral *(Felipe Dantas)*
- Repúdio aos diretores centralizadores do Ceeteps *(Adalberto Luís Oliveira)*
- Valorização docente *(Francisco Miraglia)*
- Ensino Médio e Educação Profissional - Modalidade EJA *(Francisco Miraglia)*
- Qualidade da educação básica *(Francisco Miraglia)*
- Qualidade da educação superior *(Francisco Miraglia)*
- Financiamento da Educação *(Francisco Miraglia)*
- Qualidade no Ensino Médio e na Educação Profissional *(Francisco Miraglia)*

Artigos

A Guerra: solução possível para a crise?

(Uma contribuição ao VII Congresso dos Trabalhadores do Centro Paula Souza)

Celso Luis Sá Carvalho [1]

Começo dizendo, em primeiro lugar, da importância da análise de conjuntura para a definição das políticas de um importante congresso como este. As trabalhadoras e trabalhadores do Centro Paula Souza têm um papel estratégico na luta geral do conjunto das classes trabalhadoras em face de importância vital no debate em torno da educação tecnológica. Quando estamos nos reportando à produção de conhecimento aplicado ao mundo da produção social, estamos olhando para um elemento estrutural da formação social capitalista que é a "inovação", sustentada sempre por novos e renovados padrões tecnológicos, que acabam por modificar a composição orgânica do capital[2].

O modo de produção capitalista apresenta em sua dinâmica uma racionalidade específica. A concorrência entre os detentores dos meios de produção tem a necessidade de produzir mercadorias com mais qualidade a menor custo, tornando-as competitivas.

Esta lógica exige um maior investimento em processos de inovação. É nesta dimensão em que a ciência moderna se torna instrumental[3]: conhecimento a serviço da reprodução do sistema. Eis a tecnologia. E com ela vem a necessidade do que denominamos de educação tecnológica.

Aqui reside uma contradição fatal ao sistema capitalista: o capitalista para ser competitivo precisa investir em trabalho morto, em tecnologia, materializada a partir da produção de ciência aplicada. Quanto mais tecnologia, menos necessidade de força de trabalho[4]. Por conseqüência, menor capacidade de produção de novas riquezas (menores taxas de lucro). A competição, inerente à reprodução capitalista, acaba por levar o capitalismo a um "beco sem saída"[5].

No interior desta contradição podemos avaliar a importância vital - para a produção e reprodução do capital - das trabalhadoras e trabalhadores do Centro Paula Souza. Qual seja: para a produção de mercadorias "competitivas" (melhor e mais barata) é necessário que o capitalista faça investimentos em máquinas cada vez mais complexas (trabalho morto) – ou em novos processos produtivos - que dispensam o capital variável (trabalho vivo)[6]. Para isso ele precisa da produção de tecnologia (para os processos de inovação) e "educar" a força de trabalho para o uso dessas novas

[1] Bacharel em Ciências Contábeis, Especialista em Gestão Ambiental em Município e Mestre em Ciências Sociais. Sindicalista do movimento dos técnicos administrativos em educação das universidades públicas brasileiras. Servidor público Federal da Universidade Federal do Rio Grande (RS)

[2] Na perspectiva marxiana, o capital é formado por capital constante (trabalho morto: máquinas, matéria primas, equipamento, prédios...) e capital variável (trabalho vivo: força de trabalho). O responsável pela produção de novas riquezas é o trabalho vivo, a força de trabalho. Somente o trabalho humano é capaz de gerar valores (riquezas). Quanto mais máquinas, equipamentos, etc. e menos força de trabalho, mais alta será a composição orgânica do capital, e por conseqüência menor será a taxa de lucro.

[3] Não é o caso aqui de desenvolver a dialética entre a ciência, como a concebemos hoje, e a modernidade capitalista.

[4] Lembremos que as décadas de 1980/1990 nos trouxeram a denominada "reestruturação produtiva", e com ela um imenso desemprego. Esta "reestruturação" estava baseada justamente na introdução de novos padrões tecnológicos.

[5] Entre aspas porque sempre existe uma saída. A barbárie é uma delas. As guerras demonstram isso nitidamente.

[6] Lembremos sempre que o trabalho vivo (a força de trabalho) é que produz novos valores (acumulação – o D' da equação D – M – D'). Sem ela o sistema não se amplia, não há criação de novas riquezas. Sem esta criação se estabelece uma crise estrutural no modo de produção capitalista.

tecnologias. Portanto, podemos avaliar o papel central da posição onde se encontra esta categoria no processo da reprodução social.

Percebem o papel estratégico reservado no mundo de hoje, a vocês, trabalhadoras e trabalhadores, que operam a educação tecnológica, seja no processo de formação de força de trabalho para o mercado capitalista, seja na própria produção da ciência aplicada?

Termino esta breve consideração - em larga medida, reducionista - dizendo que o problema não está na produção de novas tecnologias – que podem gerar processos de inovação revolucionários para a produção social – mas sim no seu uso para a obtenção de lucros, a serviço do processo de acumulação capitalista. Portanto, neste sentido, o debate sobre a educação tecnológica que está no cerne do trabalho que realizam pode adquirir contornos de profunda crítica ao modo de produção capitalista no Brasil, na América Latina e no mundo. A partir das reflexões que a categoria é capaz de fazer, a contribuição de vocês poderá ser de vital importância para o processo de transformação social. Na direção da construção de uma formação social solidária, sem exploração, onde de cada trabalhadora e trabalhador seja exigido, socialmente, segundo suas capacidades, e a cada uma destas trabalhadoras e a cada um destes trabalhadores será fornecido o necessário para o seu pleno desenvolvimento, como nos ensina o texto escrito a mais de 150 anos: uma formação social "... na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos..." (Manifesto Comunista).

Antes de entrar em minha leitura da conjuntura internacional, faço questão de me posicionar em relação a minha perspectiva. Neste sentido, então, exponho que minha leitura não é academicista, ou oriunda de uma abordagem resultante de anos de estudo. Ao contrário, me posiciono enquanto lutador social, com mais de duas décadas de movimento sindical no interior do Estado.

Dito isto, passo a focar a questão da conjuntura internacional que tem como elemento central a crise capitalista. Esta se estabeleceu a partir do final do ano de 2007 e durante o ano de 2008, com a quebra do mercado imobiliário nos Estados Unidos da América – EUA. Creio não interessar aqui os aspectos econômicos que levariam a uma análise mais profunda do ponto de vista da economia política – além do que me faltaria competência para tal abordagem. No entanto devo registrar que a apreensão da crise, do ponto de vista de suas causas primeiras, passa, necessariamente, pelo estudo do que se convencionou chamar de capital fictício (D – D')[7]. Para o presente texto, o que interessa são as conseqüências da crise para os diversos povos do mundo.

Para a construção de uma política sindical adequada para o período histórico atual e pela conjuntura posta – internacional e nacional – o que importa são os grandes contornos do atual momento histórico. Apanhado que nos obriga a revisitar a história das principais crises no sistema capitalista durante a sua existência. Lembremos que o atual momento é produto histórico de opções políticas passadas.

Quando estamos falando em crise capitalista, basicamente, estamos falando de mercadorias produzidas e não vendidas. A unidade primária do sistema capitalista, que a partir dela se constitui todo o modo de produção, é a mercadoria. Esta contém o denominado sobre-trabalho (trabalho realizado pela trabalhadora e/ou trabalhador, porém não pago), que precisa ser realizado – apropriado pelo capitalista – através da venda. Se esta não se realiza (a venda), todo o investimento e produção da mais-valia não vêm ao mundo, morre na mercadoria estocada e não vendida. Ou seja, cada mercadoria produzida e não vendida gera uma minúscula crise. Imaginado isto em larga escala, temos o que se chama crise de superprodução[8].

A humanidade – "modernizada" – conheceu três grandes crises: a do final do século XIX – último quartel -; a bem conhecida crise de 1929 e a atual crise. A primeira deveu-se ao que pode ser classificada de crise do próprio desenvolvimento capitalista em sua primeira fase (liberalismo econômico). O capitalismo do século XIX se estabeleceu desde o início do século através da livre concorrência – cada capitalista dava conta de sua posição no mercado – onde o mercado era o regulador das trocas através da lei da oferta e da procura. Adam Smith e Davi Ricardo foram os grandes pensadores desta fase.

O primeiro escreveu uma obra que influencia até hoje diversas escolas econômicas (a escola neoliberal está entre elas): "Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações". Nela deixou claro que a riqueza de uma nação deriva do esforço dos indivíduos em busca de seus interesses. Portanto, o funcionamento dos mercados deveria ter a premissa da liberdade total aos indivíduos, com a ausência de qualquer interferência do Estado. Assim a lei da oferta e procura regularia os preços e incentivaria a inovação tecnológica. Aqui se percebe o quanto este autor é contemporâneo, o quanto seu pensamento continua a incidir sobre o debate econômico atual.

David Ricardo, por sua vez, também um defensor do livre comér-

[7] (D-D'): dinheiro gerando dinheiro, sem passar pela produção de bens e serviços (D – M – D').

[8] Até o advento da modernidade, as sociedades conheciam a crise de subprodução – a falta de alimentos é um grande exemplo. A partir da modernidade, os meios de produção tiveram um brutal desenvolvimento, capacitando as sociedades a produzirem mais que o necessário para suprir as necessidades sociais. Ou seja, passou-se a conviver com um fenômeno social de graves conseqüências: a produção de bens e serviços para além do necessário em sociedades reguladas pelo mercado. Ou seja, como a produção social obedece, nas sociedades modernas, a lógica do lucro – os meios de produção são privados – cada capitalista quer produzir mais e mais – para vender mais e obter mais lucros – acarretando uma desordem no mercado, uma anarquia que só é controlada através das crises (através da produção de miséria, necessariamente).

cio. Sua principal obra foi "Princípios da economia política e tributação", que deveria ser leitura obrigatória para as lideranças sindicais, bem como a obra principal de Adam Smith – citada acima. Ambas ajudam sobremaneira a compreensão dos princípios básicos do liberalismo, o que ajuda muito na apreensão do que é o neoliberalismo[9].

Cito estes dois autores para afirmar que o período histórico onde se desenrolou a primeira grande crise capitalista[10] foi marcado pelo livre mercado, pelo livre câmbio entre os países e no interior destes. Este era o traço marcante do período histórico. É este traço que vai caracterizar, em certa medida, a crise do período e suas conseqüências. Importante registrar que o livre comércio deste período já se caracterizava pelo processo de constituição dos monopólios, a fase monopolista do capitalismo, tão bem apanhado por Vladimir Ilitch Lênin, em sua obra "O Estado e a Revolução"[11]. Ou seja, o mercado se caracterizava pela luta entre monopólios, distribuída nos diversos setores da economia.

A crise desvendou os limites do sistema no que tangia aos mercados. A contradição entre a necessidade de vender as mercadorias, por um lado, e a premissa de rebaixar salários de trabalhadoras e trabalhadores, para a otimização do lucro, por outro lado, levava a retração deste mesmo mercado. Esta contradição se mostrou estruturante da dinâmica capitalista. Na continuidade, a busca de novos mercados se fez necessário para a superação da contradição. Da crise nasceu o denominado neocolonialismo, a expansão em direção aos mercados asiático e africano. Uma partilha do mundo entre os detentores do grande capital.

Pode-se perceber desde o aparecimento da primeira crise capitalista, com notável nitidez, a porta de saída: a guerra, o caminhar da indústria bélica como propulsora do desenvolvimento capitalista. Ao aparecimento das primeiras contradições estruturais do sistema, a resposta foi o avanço (guerras) em direção aos continentes africano e asiático. Através da força, da violência, a conquista de novos mercados foi atingida.

Este é o elemento que quero problematizar: a saída da crise pela via da indústria da guerra. Este deslocamento (neodeslocamento) do capital em busca de novos mercados foi sustentado pela indústria da guerra. Esta como ramo da economia que se expandiu por conta da "guerra como solução". Ou seja, a busca de novos mercados, através da força bélica, impulsionou a retomada de novo ciclo de acumulação. No caso, através da abertura de novos mercados para os produtos estocados e do aumento da produção de armas – sendo a própria guerra um mercado para as mercadorias bélicas. Este elemento vai aparecer na constituição da hegemonia norte-americana no mundo pós-segunda guerra mundial.

As contradições geradas pela crise, e face à luta intestina entre as nações imperialistas por mercados para seus produtos (a tal mercadoria que precisa ser vendida para fazer rodar o ciclo da acumulação) levou à promoção do mais sangrento conflito bélico até então: a primeira guerra mundial. Percebe-se, portanto, que a crise buscou resolução pelo caminho da guerra, sem nenhuma sombra de dúvida.

A indústria da guerra aparece com força, ligada organicamente ao desenvolvimento do capitalismo. Nesta primeira grande crise (a primeira grande depressão) já apareceu este elemento, seja no momento da ampliação dos mercados em direção aos continentes africano e asiático, seja no deságue de um conflito bélico de proporções mundiais.

Entretanto a crise se arrastou gerando uma segunda crise, a quebra da bolsa de valores de Nova York. Esta guarda uma especificidade importante: a dinâmica do capitalismo fez um deslocamento no período entre guerras do centro europeu para o EUA. Este deslocamento é fundamentalmente de capitais financeiros, que vão gerar grandes investimentos no parque produtivo dos EUA, que já se apresentava com grande desenvolvimento no início do século XX. Entretanto, o EUA não se constituía como polo capitalista hegemônico.

Neste momento histórico podem-se apreender as premissas da atual crise e perceber as causas de seu grande impacto. O capitalismo vai sofrer uma lenta metamorfose, alterando sua composição de classe (melhor dito: sua composição de fração de classe) entre a primeira, a segunda e a terceira crise. A crise capitalista iniciada na década de 1870 se resolve parcialmente com a intervenção imperialista nos continentes africano e asiático e com a primeira guerra mundial. Um novo ciclo de acumulação se abre (ainda que parcial) com os novos mercados neocoloniais e com a migração de grandes volumes de capital para a economia norte-americana. Este processo é comandado pela fração de classe da burguesia ligada ao capital

[9] A compreensão do que seja o neoliberalismo – como programa e ideologia liberais – por parte de vários setores da esquerda, traz um inequívoco desconhecimento dos traços marcantes deste programa. A conseqüência desta "ignorância" é atribuir ao período atual (Lula/Dilma) uma continuidade da aplicação do neoliberalismo no Brasil. Isto trás outra conseqüência ruidosa: a impossibilidade de compreensão do modelo de Estado desenvolvimentista no Brasil e na América Latina, como um todo. Isto faz com que os traços específicos do modelo de desenvolvimento, em cada país, sejam observado e revelado, fazendo com que as lutas das trabalhadoras e trabalhadores no continente possam precisar melhores suas propostas alternativas (e aqui não se trata de fazer uma apologia ao modelo desenvolvimentista, mas de compreender que este modelo, ainda que adequado ao momento histórico, em nossa opinião, é ruim em longo prazo se for encarado como modelo pós-neoliberal)

[10] Importante registrar aqui que haveria uma outra crise, anterior a esta dita "primeira": a da década de 1830, que fez aparecer o período revolucionário em toda a Europa entre os anos de 1848 e 1850. Sem entrar neste debate, nos parece que esta crise ainda estava muito ligada a insipiente implantação do capitalismo nos países europeus (que convivia inclusive com Estados ainda não unificados, um pressuposto da modernidade). Mas certamente, pode ser considerada como a primeira crise, a depender da perspectiva. Que não é a do presente texto.

[11] Não é intenção do presente texto fazer o debate em torno da concepção de Estado em Lenin. Mas, tão somente, registrar que o período histórico, à época desta primeira crise, caracterizava-se já pela concentração da produção e centralização do capital. Este elemento foi analisado com maestria por Lênin.

industrial, ainda ligada a uma perspectiva de livre comércio[12].

Não tardou as contradições se revelarem novamente. Os países europeus se recuperaram economicamente, diminuindo drasticamente o volume de importações das indústrias americanas. Mais uma vez as mercadorias ficaram nos estoques, sem encontrar mercados. A crise se instalou com a quebra da bolsa de valores de Nova York, contaminando as economias reais. A crise do final do século XIX, que gerara uma nova partilha dos mercados internacionais e a primeira guerra mundial, deslocou seu centro gravitacional sem resolver as contradições. Acabou por gerar a segunda guerra mundial. Desta vez abriu-se novo ciclo de prosperidade, a custa de milhões de vidas e a completa destruição dos meios de produção do continente europeu e a derrota do império japonês após o uso da bomba atômica (resultado dos estudos das partículas subatômicas, que mais tarde irá revolucionar o padrão tecnológico dos anos 90).

A segunda grande crise vai estabelecer uma nova composição na relação de forças entre as frações de classe da burguesia. Para a solução econômica da brutal crise capitalista da década de 1930 vai aparecer a formulação de John Maynard Keynes que defenderá um Estado intervencionista, capaz de buscar o equilíbrio entre a produção e o consumo, para quebrar os ciclos de superprodução. Esta concepção vai durar até a crise da década de 1970 quando uma nova relação intraclasse se estabelecerá, fazendo surgir o neoliberalismo.

Da concepção de livre comércio – liberalismo clássico (Adam Smith) – presente até a segunda grande crise, passando pelo "Estado liberal intervencionista" (Keynes) e chegando ao neoliberalismo , os períodos históricos estabeleceram contornos diferenciados. Ora penderam a balança da luta de classes em prol das trabalhadoras e trabalhadores, ora em direção ao capital. Apreender estes traços é de vital importância para a intervenção sindical.

Vejamos: do ponto de vista da fração do capital – e isto se reveste de grande importância – a concepção do livre comércio articulava o capital industrial, como elemento hegemônico (ainda que o capital financeiro estive presente, até como necessário para o processo de financiamento da produção); a concepção intervencionista articulava também o capital industrial – mas um capital cujo movimento passava pela regulamentação estatal. Entretanto, a fase do neoliberalismo passou a articular a fração rentista do capital que adquiriu um poder quase ilimitado face às novas tecnologias da informação. A terceira crise tem a característica das denominadas "bolhas". O final do século XX e inicio do século XXI abriu uma fase capitalista onde dinheiro pode gerar dinheiro, dispensando a produção real de valores. O denominado capital especulativo (D – D').

O pós-guerra se caracterizou pela ascensão dos EUA como potência econômica/militar/política. De lá para cá foram seis décadas de hegemonia. As duas últimas foram dominadas de forma unipolar e com uma brutal mudança no padrão tecnológico, fortalecendo a fração rentista da burguesia mundial. Este dado se reveste de grande importância em face da capacidade do programa neoliberal exercer uma poderosa influência sobre os Estados nações através apenas do fluxo de capitais no sistema financeiro.

O projeto neoliberal, como programa proposto para a recuperação das taxas de acumulação (taxas de lucratividade), derrubadas a partir da crise dos anos 1970, se mostrou inviável. O projeto neoliberal, por exemplo, na América Latina só produziu miséria para os povos envolvidos. Do ponto de vista econômico se tornou um fracasso, abrindo um campo de disputa para a ascensão de diversos governos posicionados no centro do espectro político. Alguns com inclinações à direita, e outros à esquerda. No entanto todos com corte desenvolvimentista, ainda que com características bem diversas.

Para, além disso, os países asiáticos – como a China, sobretudo – mantiveram um controle sobre os seus fluxos financeiros e aumentaram brutalmente seus investimentos em produção real. Os dados em relação ao PIB demonstram claramente isso. Só a China vem crescendo nas duas últimas décadas a taxas médias da ordem de 7 a 9% ao ano. Na contramão, no centro capitalista – e como conseqüência das políticas neoliberais das décadas de 1980/1990 – monstruosos volumes de capitais financeiros criavam "bolhas" especulativas, produzindo "riquezas" sem lastro na economia real.

Não tardou para a crise no setor financeiro estourar e contaminar a economia planetária. E aqui é importante perceber a caracterização do período histórico que se abriu com o esgotamento do programa neoliberal na década 1990, e agudizada pela crise 2007/2008 no mercado imobiliário norte-americano. A partir de então se conformou dois contornos de grande importância: a) as frações da burguesia industrial e questionadoras da "farra" especulativa se fortaleceram e passaram a defender um capitalismo de Estado (a proposta de regulamentação dos fluxos de capitais financeiro e o aumento da venda da obra de

[12] Compreender estes movimentos de hegemonia no interior da classe burguesa é importante para se perceber as relações de forças no seu interior que podem abrir espaços de manobra importantes às classes trabalhadoras. Esta abordagem analítica ajuda a compreender o que Antônio Boito Junior diz sobre a constituição de um novo bloco de poder que caracterizaria o período Lula/Dilma, ou a compreensão do fenômeno "Lulismo" abordado por André Singer. Mas o presente texto não tem como foco o desenvolvimento deste aspecto, ficando apenas como sugestão de análise.

[13] Os dois grandes pensadores desta vertente liberal foram Frederich August von Hayek e Milton Friedman. O primeiro da chamada Escola Austríaca e o segundo da Escola de Chicago.

Marx, "O Capital", atestam este movimento de forma empírica)[14] ; b) a crise acabou por derrubar o Estado de bem estar social, na Europa, com praticamente a "falência" de alguns Estados, produzindo grande desemprego em massa, e sobre um ataque das políticas neoliberais por parte do FMI e Banco Mundial. Enquanto na América Latina abriu-se uma janela que vem propiciando uma tentativa de governos pós-neoliberais[15], e os países asiáticos vêm enfrentando a crise com crescimentos significativos em seus PIB's – a China se candidatando a primeira potencia mundial econômica, inclusive.

Ou seja, a crise de hegemonia do centro do capitalismo do atual período, ameaça produzir deslocamentos ainda mais radicais, alterando a correlação de forças entre os Estados nações. O futuro está em aberto do ponto de vista da hegemonia.

Entretanto, o império não cairá sem lutar. É preciso perceber que o atual período histórico demonstra claro o quanto a guerra está posta, novamente, para a resolução da crise capitalista. O inserto abaixo, encontrado no Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais, é revelador:

> O segundo traço que caracteriza o momento histórico é o crescimento dos conflitos bélicos em resistência à recolonização neoliberal e à presença militar dos EUA mundialmente. Os dados sobre os conflitos fornecidos pela ONU mostram que: de 1980 a 1990, houve 3 guerras; de 1990 a 2000, 5 guerras; de 2000 a 2008, já ocorreram 4 guerras. Dos 28 conflitos contemporâneos (últimas 3 décadas), 11 deles se iniciaram nos anos 90 e 5 a partir de 2000, sendo que 7 continuam se desenvolvendo. Em todos estes conflitos, se pode comprovar a presença direta ou indireta dos Estados Unidos. Um recente mapa animado publicado pela Revista Mother Jones sob o título Misson Creep: US Military Presence Worlwide4, utilizando dados do Pentágono sobre o envio e localização de tropas militares dos Estados Unidos em todo o planeta desde a metade da década de 1950 até 2007, indica o enorme poder militar estadunidense em todo o planeta. Desde 11 de setembro, os EUA aumentaram em mais de 20% sua presença militar no mundo - hoje mantêm cerca de 300 mil soldados em mais de 140 países. Seu orçamento militar entre 2001 e 2007 aumentou 59%, representando 45% de todos os gastos militares mundiais, segundo o Instituto Internacional de Pesquisa da Paz em Estocolmo (SIPRI), em estudo publicado em 10 de junho de 2008[16].

Os dados não deixam dúvidas sobre a tese de que diante das crises estruturais, a burguesia internacional, através do seu centro político/econômico/militar (no momento EUA), nunca teve dúvidas em propor o caminho da violência direta para a manutenção de seus interesses. Neste sentido, deve-se considerar que houve um aumento de 45% nos gastos militares mundiais nos últimos dez anos. Os gastos de 2007 foram da ordem de US$ 1,400 trilhão.

Se considerarmos que a indústria das armas é um setor da economia como qualquer outro[17] (lembrando que o mercado das armas é a guerra ou a possibilidade dela), com grande capacidade de abrir novos períodos de acumulação – como atestam a primeira e segunda guerra mundial -, e a economia dos EUA é depende organicamente desse setor econômico, a cogitação de ampliação de conflitos bélicos já existentes – caso da região do oriente médio – para outras regiões do planeta, passa a ser decorrente de um raciocínio dedutivo simples.

Por fim, então vos digo que o período histórico é de questionamento global do sistema capitalista. Portanto, um momento de afirmação do Estado como indutor do processo da produção social em uma perspectiva transitória. É o momento de radicalidade nas reivindicações, na disputa de projetos e, sobretudo, na afirmação de uma democracia direta, com o enfraquecimento do poder de Estado, através de sua horizontalização.

É preciso vencer o desafio de ter proposição. O Foro Social Mundial, por exemplo, tem que expressar, do ponto de vista real, qual o é "outro mundo possível". Defendo que na América Latina este esforço está sendo feito, ainda que à custa de profundas contradições (mas de contradições a vida é feita e é desta forma que vamos edificar uma nova sociedade). No Brasil não está posto um governo neoliberal, mas um governo desenvolvimentista que tenta dar contornos ao Estado sob esta perspectiva. As trabalhadoras e trabalhadores precisam apreender, afinal de contas, que tipo de Estado vai emergir deste período, no Brasil e na América Latina. Precisam apreender para fazer a disputa, para intervir na política, pois o período histórico é da disputa de uma nova hegemonia, que espero seja pós-neoliberal.

As trabalhadoras e os trabalhadores do Centro Paula Souza não só estão convocados para esta disputa, como estão no centro dela. Lembremos sempre: quem fará as grandes transformações históricas será a classe trabalhadora. Sua omissão nos levará à alternativa da guerra.

[14] É preciso ter cuidado com este movimento. Até o momento, em nome de salvar a economia real, através da intervenção estatal, o que se tem visto é uma brutal transferência de fundos públicos para a área privada, sobretudo para o saneamento do sistema financeiro mundial. Entretanto, este fato não nega o processo de fortalecimento das frações da burguesia que passaram a ter preocupações válidas em torno da possibilidade de ruptura estrutural do sistema. Os diversos governos nos países da América Latina, no que concerne aos contornos das alianças políticas, atestam esta mudança interna no interior da classe burguesa.

[15] Aqui o destaque é para países como o Equador, Bolívia e Venezuela. O Brasil também poderia ser referenciado em virtude de seu peso na economia do continente, bem como sua capacidade de manter esta janela aberta na medida em que pode manter um programa desenvolvimentista, ainda que com um desenvolvimento social muito aquém das possibilidades objetivas do período histórico.

[16] file:///C:/DOCUME~1/ADMINI~1/CONFIG~1/Temp/A%20Crise%20do%20Capital%20e%20o%20Fim%20da%20Hegemonia%20Mundial%20dos%20EUA%20%E2%80%94%20P%C3%A1gina%20do%20CEPPES.htm

[17] E lembremos que este setor é dependente de grandes investimentos. A composição orgânica do capital é muito alta. Isto significa dizer que não se produzem armas sem que se tenha pré-estabelecido onde vendê-las. O filme "O Senhor das Armas" é profundamente revelador da lógica que movimento a indústria das armas.

PNE e CONAEs - há lógica nas ações dos governos?

Lighia B. Horodynski-Matsushigue*
Otaviano Helene**

Para início de conversa

Todos fazemos planos, a curto, médio e longo prazos. Planos para as festas de fim-de-ano, para as férias, para acolher o bebê que vai chegar, para compra ou reforma de um imóvel, para a ocasião de nossa aposentadoria... Logo percebemos – e é bom que isso ocorra antes de assumirmos responsabilidades maiores – que a efetivação desses planos depende do correspondente aporte financeiro. O planejamento precisa, portanto, incluir providências de como angariar e distribuir o dinheiro necessário.

Bem, e o que dizer do planejamento para uma atividade socialmente tão importante quanto garantir a todos os jovens a Educação de qualidade que merecem, o que envolve praticamente um terço de toda a população do nosso país? Infelizmente, nesse quesito e em outros, o Brasil vem deixando muito a desejar. A trajetória do PNE (2001-2010), a ser brevemente recapitulada nesse texto, encerrada há três anos, tem muito a nos ensinar. Poderia ter sido diferente...

Sem a injeção planejada de recursos, suficientes para a realização das metas que se pretende atingir, qualquer novo Plano, quase certamente, terá o mesmo destino: ser um factoide de mídia, por época de seu lançamento, sem conseqüência positiva real. Como já calculado por diversas fontes, o investimento de, pelo menos, 10 % do PIB nacional, durante uma a duas décadas, é o necessário para tirar o país do atoleiro educacional em que se meteu.

O estado calamitoso de nossa Educação

A educação, além de ser um bem cultural, é também um requisito necessário para o desenvolvimento econômico, pois deve ser capaz de induzir a produção de novos conhecimentos e tecnologias que, ao serem empregados na produção, geram riquezas.

Contudo, se, no Brasil, a educação básica já deixa muito a desejar do ponto de vista quantitativo, ela é calamitosa do ponto de vista da qualidade que seria necessária para alavancar a sociedade até um patamar que lhe garantisse as condições necessárias para uma relação autônoma, soberana – portanto, não subserviente frente às demais nações - e que fosse capaz de exceder a simples exportação de matérias primas e agrícolas. Está cada vez mais evidente, aquilo que já se prenunciava nas últimas décadas: todo trabalho rotineiro e previsível está crescentemente sendo executado por máquinas, cada vez mais tendendo a robôs inteligentes. Nosso diferencial poderia ser a conhecida criatividade e originalidade do povo brasileiro, que tão bem se mostra em suas manifestações culturais e esportivas; podem ser tomados como ilustrativos os sucessos da música popular brasileira e de várias modalidades esportivas em que o Brasil, com um pouco de investimento, acaba por se distinguir.

* Lighia B. Horodynski-Matsushigue é professora do Instituto de Física da USP, diretora do Andes-Sindicato Nacional e da Associação dos Docentes da USP (Adusp).
** Otaviano Helene é professor do mesmo Instituto e ex-presidente da Adusp e do INEP/MEC.

E o que produz nosso sistema escolar atual?

Uma das características mais reveladoras da precariedade do nosso sistema educacional é a enorme evasão ao longo do ensino fundamental, a qual afeta uma em cada três ou quatro crianças, fazendo com que, a cada ano, quase um milhão de crianças e jovens atinja a idade adulta sem sequer completar os nove anos obrigatórios de escolarização.

Além dessa enorme evasão, muitos dos nossos jovens de 15 anos, após concluírem o ensino fundamental, são incapazes de decifrar o conteúdo de textos, mesmo não tão profundos assim – sabendo juntar apenas as palavras, sem dar ao conjunto lido o devido significado; são dependentes de calculadoras, mesmo para contas simples, e não se apercebem de eventuais enganos; apenas decoram fórmulas, ao invés de aprenderem a se deleitar com a beleza das revelações científicas. Infelizmente, é isso que os repetidos estudos comparativos PISA (programa internacional de avaliação estudantil) têm revelado. Na verdade, a pedra fundamental para tal estado de coisas foi lançada muito tempo antes. Na tenra idade na qual os devidos estímulos fazem toda diferença para o desenvolvimento cerebral, fato amplamente reconhecido hoje, nossas crianças foram privadas do convívio dos pais – que, afinal, precisam ambos trabalhar – e não encontraram lugar numa creche e escola infantil de qualidade. No fim e ao cabo, nossos jovens ingressam no ensino superior sem possibilidade de fazerem uma leitura mais acurada do mundo que os envolve. Será esse o objetivo real?

Faltou investimento, é claro: passamos décadas investindo, num sistema em expansão, menos de 5% do PIB. Só para se ter uma idéia, em países que se desenvolveram, valores usuais para os investimentos em educação básica situaram-se em cerca de 30% do PIB/capita no ensino fundamental e em montantes maiores nos ensinos médio e infantil. No caso brasileiro, isso corresponderia a quase 7 mil reais a valores do final de 2013 a serem destinados, por ano, a cada aluno, nesses níveis; mas, o país vem aplicando entre metade e um terço desse valor. Desse modo, a remuneração dos profissionais da educação básica é, também, cerca de metade da remuneração dos demais trabalhadores com mesmo nível de formação. Contudo, faltou algo mais fundamental e, a curto prazo, de difícil recuperação: a valorização do professor. E, isso, demanda várias outras condições, além de uma substancial melhoria salarial.

Citando um trecho de um artigo nosso, nesse mesmo veículo (Revista Sinteps, dez/2011, pág. 51):

"*Valorizar* significa, acima de tudo, reconhecer a dignidade da profissão docente e de quem a exerce. Sem professores competentes, motivados e ambientes escolares adequados não surgem estudantes com as qualidades necessárias para levar o país a uma posição soberana, rompendo as amarras da submissão e da dependência econômica, cultural e social frente a outros países.

Valorizar, na prática, significa instituir salário condizente com as amplas tarefas do professor e condições de trabalho dignas. É óbvio que satisfazer esses condicionantes depende do aporte de financiamento adequado; é também óbvio que, novamente, essa é uma condição necessária, mas não suficiente."

É trágico reconhecer que o Brasil vem delegando a formação de seus formadores, ou seja, dos professores da educação básica, a entes não comprometidos com a sociedade nacional: as Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES), ao contrário do que acontece na absoluta maioria dos países. E, isso, apesar de haver uma razão profunda para a Educação num regime republicano ser, majoritariamente, pública. Citando, novamente, trecho do mesmo artigo: " A Educação é um importante ingrediente para a formação de *coesão social* e do espírito de cidadania que propicia a adesão a regras de convivência comunitária, tanto mais necessárias quanto menos autoritário o país se pretenda. Ao contrário, instituições privadas, ainda mais se movidas pelo lucro, como o são boa parte das que se instalaram no setor do ensino superior no Brasil, necessariamente vão ser movidas por interesses particulares, de grupos ou, mesmo, de indivíduos."

As conseqüências estão aparecendo, aqui e alhures: está sendo reconhecida a falta de profissionais bem formados no Brasil, ou seja, não dispomos daqueles capacitados para, a partir de fundamentos científicos, tecnológicos e humanistas, prover soluções adequadas para problemas específicos. Nunca é demais lembrar também que, na perspectiva do trabalho como princípio educativo, a educação integrada entre ensino médio e profissional (técnico e tecnológico - na formação inicial e continuada) seria uma das modalidades que deveria ser incentivada, como o é em vários países. Em São Paulo, a atuação histórica do Centro Paula Souza nesse aspecto, ao contrário de receber os devidos incentivos, por meio de recursos adequados e da manutenção e ampliação de boas condições de trabalho, vem sofrendo reveses seguidos, como é notório para quem acompanha a vida dessa prestigiada instituição, nos últimos vinte anos, ilustrando o descaso do governo estadual paulista com a educação.

Como o Estado e os nossos governantes têm desempenhado suas funções?

A atuação do Estado – ou seja, o setor público – no desenvolvimento econômico e social sustentável de um país é imprescindível. Em princípio, é o Estado que reúne o ferramental jurídico - e/ ou a capacidade de produzi-lo - capaz de formular e implementar políticas públicas de caráter estruturante, e não somente políticas emergenciais e conjunturais. Em relação à Educação, em vários países, foi precisamente sua forte componente público-estatal, aquela capaz de produzir efeitos benéficos, a médio prazo, depois de desastres como guerras ou grandes catástrofes – basta lembrar a rápida reconstrução da Europa depois da devastadora guerra, em meados do século passado, ou do Japão, recente-

mente, após o grande terremoto.

O drama que se repete, no caso do Brasil, é o de que, ao contrário daquilo que seria essencial no planejamento para a Educação - área em que resultados aparecem vários anos após as mudanças - as políticas são sempre conjunturais. Em especial, causa espanto e desânimo a aparente necessidade de se jogar para a platéia, frente a assuntos tão sérios quanto a Educação e a Saúde – agindo de modo similar, mas ainda mais exacerbado, ao dos EUA –, ao invés de enfrentar os condicionantes da má situação observada. A maneira como os governos (municipais, estaduais e federal), para não contrariarem interesses de poderosos grupos econômicos, têm desviado a atenção do público quanto ao financiamento insuficiente, relacionando as mazelas verificadas a uma hipotética má gestão foi e continua sendo extremamente prejudicial. Alem disso, são fabricados, e anunciados com pompa, programas de grandes dimensões que raramente atingem a raiz dos problemas. Muitas vezes, ao contrário, acentuam a problemática já existente. Podem ser considerados exemplos nessa direção: o recente Pronatec para o ensino técnico e tecnológico, favorecendo instituições privadas; o ProUni para o ensino superior privado, que reavivou várias Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) à beira do colapso; e, mais recentemente, o FIES reformulado, que promoveu o capitalismo sem riscos na Educação. Essa última ação do governo federal resultou na maior invasão de grandes grupos atuantes em Bolsas de Valores, competindo pela compra de IPES no Brasil, situação inédita no nível mundial. A essas ações devemos somar outras dos estados e municípios cujo exemplo paulista é o "Projeto Bolsa Universidade do Programa Escola da Família", que paga até 100% das mensalidades cobradas pelas faculdades. Segundo o chamamento público para 2014, as "instituições interessadas deverão [...] realizar inscrição/atualização do cadastro de fornecedores" do governo estadual, linguagem bastante adequada quando se trata de fornecimento de mercadorias, no que, de fato, a educação brasileira está se convertendo.

É trágico reconhecer que o Brasil vem delegando a formação de seus professores de educação básica a entes não comprometidos com a sociedade nacional.

Um pouco de história...

As décadas de 80 e 90 do século passado foram tempos de muita efervescência social: na esteira da redemocratização, depois dos 20 anos de chumbo, reconstruíram-se movimentos, fundaram-se outros e foi possível conquistar uma Constituição Federal que parece garantir alguns direitos. Dentro desse caldo foi possível que movimentos em prol da Educação pública formassem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e seus congêneres em vários estados. Há tentativas, até os presentes dias, de reviver esse Fórum, porém sem muito sucesso na última década. O feito mais assombroso do Fórum foi conseguir organizar 5 grandes eventos nacionais – os Congressos Nacionais de Educação (Coned) e, sempre trabalhando por consenso entre entidades sindicais, movimentos estudantis e representantes de sociedades científicas, produzir um texto completo de PNE, aceito por todos. Nesse texto[1] constam um diagnóstico completo da Educação nacional, a partir de dados de meados da década de 90, e proposições para a resolução de suas maiores mazelas, num prazo de 10 anos. Apesar da década e meia decorrida, ainda hoje o texto é reconhecido como fundamental por muitos agentes envolvidos com a área, por ter, pela primeira vez, delineado um quadro mais abrangente da educação brasileira. Ele tomou o nome de PNE Proposta da Sociedade Brasileira (PNE-PSB) e foi encaminhado ao Congresso Nacional, na verdade, pouco antes do texto apresentado pelo poder executivo. É interessante ressaltar que durante essa construção coletiva surgiu, também pela primeira vez, a estimativa quanto à necessidade de investimentos da ordem de 10% do PIB na Educação. Contraposto, na época, ao projeto de lei apresentado pelo poder executivo federal, teve parte de seu diagnóstico copiado para o texto finalmente aprovado, embora, de resto, esse apresentasse soluções bem diversas das do PNE-PSB, tanto para os objetivos decenais como quanto às maneiras de atingi-los.

Mesmo longe daquilo que as entidades reunidas no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública haviam calculado como necessário, ou seja, que o investimento crescesse até atingir 10% do PIB ao término do Plano, o texto aprovado pelo Congresso Nacional previa que deveriam ser atingidos, no prazo de 10 anos, 7% do PIB; complementarmente, havia também várias metas de financiamento para etapas diversas da Educação, em particular também a Superior, que, ademais, deveria voltar a ser oferecida em 60 % pelo setor público. Todas essas determinações foram vetadas pelo então presidente, Fernando Henrique, vetos que não foram revertidos pelo ex-presidente Lula. A conseqüência da falta de previsão para o financiamento foi previsível: ao término, verificou-se que praticamente nenhuma das metas desse PNE havia sido cumprida. Houve, até mesmo, um afastamento maior em relação a algumas delas, como é o grave caso da evasão ao longo do ensino fundamental, mostrando, de um lado, que a falta de recursos é suficiente para

[1] O PNE/PSB, assim como outros textos relativos ao assunto, pode ser acessado no site da Adusp: www.adusp.org.br

bombardear um plano educacional e, de outro, o descompromisso de prefeitos e governadores.

A Proposta de novo Plano Nacional de Educação e a CONAE 2010

Vencidos os dez anos do PNE (2001-2010), seria mais do que hora de fazer uma análise oficial de seu desempenho e encaminhar, com a devida antecedência, proposta de novo texto de planejamento. Contudo, não foi isso que ocorreu. Não houve nenhuma análise do possível sucesso e dos muitos fracassos do PNE anterior.

Ao contrário, em 2009, o executivo federal, embalado por sucessos em outras áreas, em particular na das Comunicações, quando Conferências Nacionais haviam sacramentado políticas essencialmente idênticas às pretendidas pelo governo, iniciou o processo por meio da convocação de uma Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010). Como sempre, encaminhou junto extenso texto-base, que pretendia ver referendado, em suas linhas mais importantes. Entretanto, havia, nesse caso, um histórico anterior a confrontar: tanto o dos 5 Coned, de amplo sucesso, quanto a já sedimentada seqüência de conferências que caracteriza a área da Saúde (SUS), conquista de amplo movimento, por ocasião do processo constituinte.

Aconteceu, então, que o governo federal teve que se submeter à necessidade de propor uma pirâmide de conferências, desde municipais, passando a estaduais, até a etapa nacional, por intermédio de delegados eleitos em cada etapa. Esse formato depurou o processo, pois a comunidade da Educação manteve vários dos preceitos básicos que a haviam guiado em décadas anteriores. Partes importantes do texto-base, enviado pelo MEC, foram rejeitadas, contrariando as expectativas. Assim, o Documento Final da CONAE 2010 afirma, entre outros:

"[...] garantia dos **recursos públicos, exclusivamente para a educação pública** [...]",p.24;

"[..] na seqüência da construção da Conae, **faz-se necessário que o PNE esteja organicamente articulado com os acordos e consensos firmados**.", p.28;

"as políticas educacionais [..] promavam a **consolidação das bases da política de financiamento, acompanhamento e controle social da educação, por meio da ampliação dos atuais percentuais do PIB para a educação, de modo que, em 2014, sejam garantidos, no mínimo, 10% do PIB**;", p.38;

"Uma perspectiva ampla de **gestão democrática da educação básica e superior, capaz de envolver os sistemas e as instituições públicas e privadas,** deve considerar [..]" p.43;

"**A livre organização sindical e estudantil deve ser garantida**." p. 49;

"[...] garantia efetiva de laicidade, **da gratuidade e da universalização da educação pública em todos os níveis e modalidades**;" p.63;

"[...] a expansão **da educação superior pública [...], devendo ser ampliada para 60% nas IES públicas e 40% nas IES privadas**, [..]" p. 67;

"[...] **a ampliação da oferta de educação infantil pelo poder público, extinguindo progressivamente o atendimento por meio de instituições conveniadas**." p. 68;

"A **formação e valorização dos/das profissionais do magistério devem contemplar aspectos estruturais [..] e superar soluções emergenciais**, [...] p.80;

"A **formação inicial deverá se dar de forma presencial**, [...]" p.83.

Em **fins de dezembro de 2010**, já fora do prazo e desrespeitando os resultados da CONAE 2010 (que ele próprio havia convocado...), o Ministério da Educação (MEC) brindou o país com a proposta para um novo PNE, o **Projeto de Lei 8.035/2010**, que, enviado à Câmara dos Deputados, continua tramitando no Congresso Nacional. **Das importantes conclusões da CONAE 2010, acima destacadas, nenhuma foi contemplada por esse projeto de lei...!**

Para ilustrar como vem sendo a ação do governo - no caso o federal – em seus aspectos executivo e legislativo, vale a pena historiar o percurso desse novo Plano Nacional de Educação (PNE). Atualmente, novembro de 2013, portanto após 3 anos, o PNE, agora um Projeto de Lei da Câmara **(PLC) nº103/2012**, está passando pela última de três Comissões do Senado – a de Educação e Cultura. Se a pressão dos movimentos sociais conseguiu alguns progressos, na longa tramitação pela Câmara dos Deputados, esses estão sendo desconstruídos, ponto a ponto, na, agora rápida, jornada pelo Senado. Até a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por meio de seu relator, o senador José Pimentel (PT) achou por bem imiscuir-se, e de forma determinante, em assuntos de cunho educacional.

Tomando a **previsão de financiamento para as questões educacionais** como ponto de partida para a discussão – já que é determinante para praticamente todos os outros, conforme argumentado -, **analisaremos como, ao longo da tramitação do novo PNE, vem sendo alterado esse quesito**. A última das vinte metas desse PNE - a única que se refere aos recursos a serem investidos, e isso em relação a todos os níveis e modalidades da Educação - ao sair do MEC, apontava o insuficiente valor de 7% do PIB, a ser alcançado apenas ao fim do decênio de vigência. Nesse ponto, convém lembrar que referenciar os recursos ao Produto Interno Bruto (PIB) não era um mérito do projeto de lei, pois essa necessidade havia sido incluída na própria Constituição, CF/88, pela Emenda nº 59/2009. Apenas por meio de uma Planilha de detalhamento, que o MEC foi forçado a enviar à Comissão Especial – constituída, em 2011, na Câmara dos Deputados para a análise do PL8.035/2010 - acabou surgindo a informação sobre como o governo pretendia distribuir os 2% do PIB, que pretendia adicionar aos 5% que afirmava já investir, entre as muitas metas. Essa Planilha demonstrou à sociedade que, na visão do governo, **os importantes objetivos de expansão** (entre outros contidos no PL, havia a duplicação das matrículas tanto na Educação Superior

– Meta 12 – quanto no Ensino Profissionalizante - Meta 11) **deveriam ser alcançados por maiores aberturas ao setor privado, em todos os níveis**.

Nesse ponto e dentro do contexto, vale ressaltar que não faltam vagas no ensino superior privado, um dos grandes beneficiados pelo PNE em tramitação. Pelo contrário, o número de vagas de ingresso em cursos superiores presenciais é maior mesmo do que o número de concluintes do ensino médio, ilustrando, claramente, a estratégia de muitas das instituições privadas que, controlando essas vagas, têm um enorme poder de pressão sobre os governos e as usam de forma totalmente mercantil. No ano de 2011, a razão ingressante para cada vaga, no setor privado, estava em 0,46 - ou seja, há mais de 2 vagas disponíveis para cada ingressante - portanto não haveria sequer necessidade de vestibular. Vale lembrar que, se as vagas oferecidas em cursos a distância (por EAD) fossem incluídas, o número total de vagas para ingresso no ensino superior excederia o dobro do número de concluintes do ensino médio, ilustrando as consequências da privatização mercantilizada da educação superior no Brasil.

Percebendo o engodo, a sociedade civil, orientada pela publicação de análises sobre o real conteúdo do PL, se fez presente no Congresso e, após quase dois anos de tramitação, a **Meta 20** foi reescrita pelo Relator da matéria na Câmara, deputado Ângelo Vanhoni (PT). Assim, o relatório final da Comissão Especial foi aprovado no dia 28 de outubro do ano passado, contendo, na Meta 20, a determinação da destinação de **7%, ao fim de 5 anos, e 10% do PIB, ao final do decênio**, para a educação, com um importantíssimo acréscimo: para a **educação pública**!

Houve ainda, no texto final da Câmara, um acréscimo importante para a adequada formação de profissionais, para o qual o texto do relatório do deputado Vanhoni dá a seguinte explicação:

> "A **Meta 12**, que previa a elevação das taxas bruta e líquida de matrícula na educação superior para 50% e 33% respectivamente, **foi acrescida da previsão de que 40% das novas vagas a serem criadas devem ficar a cargo do setor público**."

Parecia que havíamos vencido, pelo menos parcialmente! Mas...

O texto do novo PNE, conforme aprovado na Câmara, começou sua tramitação na CAE do Senado ainda em fins de outubro de 2012, retomando, contudo, o trâmite conclusivo apenas após a apresentação do primeiro relatório pelo senador José Pimentel (PT), em 9/05/2013. O texto introdutório, de mais de 70 páginas, dá as dicas de qual seria o direcionamento das muitas modificações apresentadas nessa comissão para o PNE. Destacamos alguns trechos, como ilustração:

> "Particularmente, entendemos que o mais importante aqui é o alcance do objetivo de atender aos segmentos mais vulneráveis, com gratuidade e qualidade. Desse modo, **entendemos ser pertinente substituir a previsão de oferta pública pela de oferta gratuita**. Com isso, não abrimos mão do caráter público e republicano do Plano, mas optamos por caminho já aberto e que pode ser menos oneroso ao Estado."

> "Todavia, tendo em conta o acúmulo de experiências bem sucedidas como o Programa Universidades para Todos **(PROUNI), entendemos que essa previsão de oferta pública seria substituível pela de gratuidade, sem qualquer prejuízo aos objetivos do Plano**. Para esse fim, apresentamos nova redação, com implicação de mérito, para a meta[...] Com relação ao Prouni, vale mencionar o seu caráter republicano e os efeitos positivos, a um custo exemplar para a sociedade."

Nesse contexto, pode ser motivo de muita reflexão a afirmação, de cunho do senador Pimentel e contida no relatório final aprovado pela CAE, que, contrapondo-se ao texto produzido pela Câmara, declara:

> "Na Meta 12, retiramos a menção à meta **de expansão de vagas no setor público, restabelecendo**, de certo modo [...] **a proposta original do Poder Executivo**[...]."

Há mais declarações, nos relatórios da CAE, que podem causar preocupação, por exemplo:

> "A estratégia 12.3 envolve **indicadores gerenciais de eficiência e eficácia** a serem alcançados durante o Plano: a relação de alunos por professor (dezoito para um), a taxa média de conclusão em cursos presenciais (90%) e a proporção da oferta noturna no âmbito das IFES[2] (30%)."

Nessa batida, além de retirar o qualificativo **público**, depois de "educação", na Meta 20, em outros trechos do PNE nos quais ainda não havia indicação de direcionamento de dinheiro público para fins privados, ele começou a aparecer. Exemplo disso é a nova redação, aprovada na CAE, para uma parte do artigo 5, no corpo do PL:

> "**Art. 5 § 5º** O investimento público em educação a que se refere o art. 214, inciso VI, da Constituição Federal, engloba o **dispêndio total** em educação pública, os recursos aplicados na forma do art. 213 da Constituição Federal, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, **inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, e os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil para garantir o acesso à educação.**"

Na continuidade da tramitação no Senado, o relatório do senador Vital do Rego (PMDB), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deixou esse assunto ainda mais explícito ao modificar, ainda mais, o texto:

> **"Art.5 § 5º** O investimento público em educação a que se refere o art. 214, inciso VI, da Constituição Federal, **e a meta 20 do anexo desta Lei**, engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Fe-

[2] IFES é sigla para Instituições Federais de Educação Superior.

deral e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, **inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal**."

São ilustrativos, ainda, os comentários inseridos no relatório da CCJ, quando tentam justificar a rejeição de emendas e, emitindo juízo de valor sobre assuntos educacionais, dão mais uma referência de onde provêem as orientações:

> "A Emenda nº46 acrescenta Estratégia 20.11 ao anexo ao Projeto de Lei da Câmara nº103, de 2012, com a redação dada pela Emenda nº1 – CCJ (Substitutivo), com o objetivo de prever a complementação federal aos entes federados que não atingirem os valores fixados para o CAQi e para o CAQ[3]. Não há óbices de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou de técnica legislativa na emenda. Quanto ao mérito, cremos que a aceitação desta emenda romperia a organicidade e lógica da definição e implementação do CAQi e do CAQ previstas nas estratégias 20.6, 20.7 e 20.8, após longas e exaustivas negociações com o Ministério da Educação. Nesse sentido, posicionamo-nos pela rejeição da Emenda."

Além disso, pelo menos três modificações nos textos das estratégias para o cumprimento de metas, aprovadas na CCJ, podem ser tomadas como preocupantes:

> **"12.7)** assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;"
>
> **"12.8)** admitir que a **prestação de serviço voluntário**, amparada na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, desde que simultânea aos estudos e acompanhada pela instituição de ensino, seja utilizada para obtenção de créditos curriculares exigidos para a graduação, conforme os critérios estabelecidos pelas instituições de ensino superior;"
>
> **"18.4)** considerar, **para fins de pontuação em prova de títulos de concurso público para ingresso na carreira do magistério público**, o tempo de **serviço voluntário** prestado sob a forma de monitoria em instituição pública de educação básica ao amparo da Lei nº9.608, de 18 de fevereiro de 1998;"

Pode haver esperança fundamentada de que a Comissão de Educação (CE), onde o texto começou a tramitar no dia 25/09/2013, pretenda restabelecer algum parâmetro mais favorável à educação pública? O relator, nessa comissão é o senador Álvaro Dias (PSDB), que não tem histórico expressivo na área, mas, ao apresentar seu relatório à CE no dia 18/11, declara explicitamente querer retomar resoluções da Câmara dos Deputados. Veremos o teor de sua sinceridade acompanhando o desenrolar das votações, tanto na CE, quanto no Plenário do Senado, quanto, posteriormente, na reavaliação do texto pela Câmara.

Em seu Relatório, defendendo o ponto de vista declarado, afirma, entre outros:

> "Nas metas e estratégias, recuperamos outros pontos importantes do PLC original. Nas **metas 11 e 12**, que tratam da expansão das matrículas da educação profissional e da educação superior, respectivamente, **retomamos a previsão de que 50% das novas vagas sejam criadas no segmento público, no primeiro caso, e 40%, no segundo**."

Por outro lado, dando testemunho de sua pouca familiaridade com temas educacionais, resolve introduzir mudanças incompatíveis com a realidade nacional e não praticadas em outros países na meta sobre alfabetização:

> **"Meta 5**: alfabetizar todas as crianças até os sete anos de idade ou até o segundo ano do ensino fundamental, a partir do segundo ano de vigência deste plano; e **até os seis anos de idade ou até o primeiro ano** do ensino fundamental, a partir do quinto ano de vigência do plano."

Quanto ao financiamento, após comentário explícito na Introdução ao Relatório:

> **"Foi praticamente consensual o entendimento nas audiências públicas de que o investimento educacional público só pode ter como destinatário principal o setor público."**

Resolve retomar a formulação da Comissão Especial da Câmara, com acréscimos, em particular, em detalhamentos e nas estratégias. Os importantes parágrafos do artigo 5 do corpo da Lei ficaram assim redigidos:

> **"Art. 5 § 3º** Durante a vigência deste PNE, o investimento público em **educação pública** será ampliado progressivamente, de forma a atingir, no mínimo, o percentual de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB no quinto ano e de 10% (dez por cento) do PIB ao fim do decênio."
>
> **"Art. 5 § 5º** O investimento público em educação, a que se referem o art. 214, inciso VI, da Constituição Federal, **e a meta 20 do Anexo** desta Lei, engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e **demais fontes** reservadas à manutenção e desenvolvimento do ensino."

Deixa, porém margem para situação explicitamente rejeitada pela CONAE 2010, ao acrescentar outro parágrafo:

> **"Art. 5 § 6º** Para a **aferição da meta 20 do Anexo** desta Lei, serão admitidos o cômputo do financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial, na forma do art. 213 da Constituição Federal, e, até o final da vigência deste Plano, **em caráter excepcional**, o cômputo dos recursos diretamente aplicados, inclusive na forma de subsídio, incentivo e isenção fiscal, nos programas de expansão da educação profissional e superior de que tratam as Leis nºs10.260,

[3] A sigla CAQ significa Custo Aluno Qualidade e corresponde aos recursos necessários para prover educação de qualidade para cada aluno; CAQi é valor mínimo, inicial.

de 12 de julho de 2001; 11.096, de 13 de janeiro de 2005; e 12.513, de 26 de outubro de 2011; assim como as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, destinadas a alunos de graduação e de pós-graduação, profissionais da educação básica e superior, e pesquisadores."

"Art. 5 § 8º Os **Tribunais de Contas** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **publicarão relatórios anuais** sobre a ampliação do investimento público em educação pública, de que trata a Meta 20 do Anexo desta Lei, relativos a suas respectivas esferas de competência."

"Art. 5 § 9º A evolução das metas previstas no Anexo desta Lei **constará da prestação de contas anual do Presidente da República** ao Congresso Nacional, de que trata o art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal."

E, finalmente:

"Meta 20: ampliar progressivamente o **investimento público em educação pública**, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no quinto ano de vigência deste PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, **observado o disposto nos §§ 5º e 6º do art. 5º desta Lei e assegurados mecanismos de gestão e critérios de repartição que visem a combater a ineficiência e as desigualdades educacionais.**"

"20.2) aprovar, no prazo de um ano da publicação deste PNE, lei que defina a participação percentual mínima da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no incremento de verbas destinadas à educação para o alcance da meta de ampliação progressiva do investimento público em educação pública."

"20.4) destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e aos recursos previstos no § 7º do art. 5º desta Lei, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, das compensações financeiras auferidas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios decorrentes da exploração mineral e da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica."

Interessante reproduzir um comentário do relator:

As "estratégias, **renumeradas como 20.7 - 20.10** no substitutivo, constituem, a nosso ver, **a espinha dorsal do PNE**. Adotamos, por incorporar oportuna referência a dispositivos da LDB e à participação da sociedade civil, a redação sugerida pelas Emendas nºs18 e 40, sendo integralmente aprovadas também as Emendas nºs3 e 48."

"20.7) implantar, no prazo de dois anos da vigência deste PNE, no âmbito do Ministério da Educação e em parceria com a sociedade civil, o Custo Aluno - Qualidade Inicial CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino - aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ."

"20.8) implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ como parâmetro para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático - escolar, alimentação e transporte escolar."

"20.9) definir o CAQ, no prazo de 3 (três) anos, e ajustá-lo continuamente, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação – MEC, mediante acompanhamento pelo Fórum Nacional de Educação – FNE, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal."

"20.10) garantir, no âmbito da União, na forma da lei e em observância ao inciso IX do art. 4º e ao § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, complementação de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios quando não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ."

"20.13) prorrogar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamentos que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do art. 211 da Constituição Federal."

"20.14) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei."

Ao finalizar esse pequeno artigo, dia 19/11/2013, temos notícia de que o Pleno da CE interpôs 40 novas emendas ao Relatório, acima analisado, sendo 29 do senador Cristovam Buarque. Algumas dessas emendas pretendem modificar o texto em pontos muito importantes e, nem sempre, no sentido advogado pelo FNDEP.

Além disso, e como já afirmado, temos o histórico anterior dos governos do PSDB, partido do senador que produziu o Relatório, a nos alertar contra demasiado otimismo, tanto na esfera federal (onde as universidades federais têm lembranças nada confortáveis do período FHC), quanto estaduais (vários foram os embates do Fórum das Seis com esses governos, em São Paulo). Devemos acompanhar de perto os próximos passos da tramitação do novo PNE pelo Congresso e intervir com energia contra qualquer retrocesso adicional.

Um Campeonato indesejado e uma Conferência sem propósito

E, pior, o panorama nesse setor está se modificando de forma explosiva desde meados da década passada, assumindo contornos que, ainda mais, prejudicam o futuro do país. Trata-se da avalanche de aquisições e fusões das menores IES por conglomerados cada vez maiores, tão concentrados no lucro que comercializam suas ações em Bolsas de Valores. Exemplos assus-

tadores são os casos da **Anhanguera**, que "abriu seu capital" em 2007, quando 70% do seu capital social já haviam sido comprados pelo **Fundo de Investimento em Participações (FEBR); e da Kroton Educacional S.A**, da qual, em 2009, a **Advent International, Fundo de private equity,** adquiriu participação societária. Tais entidades são "fundos que investem diretamente em empresas, com o intuito de geri-las, e realizar o 'desinvestimento' em um período de longo prazo", segundo alguns economistas mais sinceros. **Kroton e Anhanguera**, ainda por cima, estão para se fundir, dependendo de uma decisão do órgão nacional de regulação do mercado, o CADE. Em dezembro de 2011, a Anhanguera era o maior grupo de educação do Brasil e o segundo maior grupo do mundo, em número de alunos e valor de mercado e a Kroton não ficava muito atrás.

Segundo o jornal Valor Econômico (19/11/2013), "desde o ano passado, o setor de educação vem apresentando uma ótima performance, principalmente, **por conta dos incentivos do governo**." Exemplifica: "O melhor desempenho coube mais uma vez à **Kroton** que apurou um **aumento de 110% no lucro líquido** e ainda teve um ganho de margem operacional de 7,4 pontos percentuais para 35%." E continua, apresentando citações de um analista do banco Santander: "O setor vive um bom momento e ainda deve continuar assim. Há um grande mercado em potencial devido à baixa penetração de brasileiros no ensino superior e **o governo criou condições para atender esse mercado** com incentivos como Fies e ProUni". Vale lembrar outro trecho do mesmo texto: "Na Kroton, por exemplo, mais de 40% da receita é proveniente do Fies." Por fim, segundo o jornal: "Além disso, há expectativa de que o MEC **estenda o Fies para os cursos de ensino superior a distância**."

Nessa conjuntura, além dos males já conhecidos – concentrar sua atuação em cursos de baixo investimento (por exemplo, Administração e Educação), criar e fechar cursos e vagas ao sabor das modas, e não manter um corpo docente bem qualificado e estável – imagine-se o que um "crash" na Bolsa de um gigante destes não poderá causar, do ponto de vista social e financeiro. É impensável que o governo não intervenha numa situação dessa gravidade.

O Brasil vem arcando, nas últimas décadas, com as sequelas da enorme queda do salário dos professores, em especial os da educação básica pública

Contudo, parece que alheio a isso, em 2013, a prioridade do MEC foi chamar uma nova CONAE, para fevereiro de 2014. As correspondentes Conferências Municipais e Estaduais já aconteceram, principalmente nesse segundo semestre de 2013, e mostraram-se, em geral, pouco preparadas. Praticamente nada do que é mais relevante na situação caótica da educação nacional foi tocado no texto-base encaminhado pelo MEC e os participantes se esforçavam para, dentro das regras bastante restritivas, incluírem tópicos mais cruciais para uma melhoria da situação...

Agora, antes e acima de tudo, há uma pergunta que não quer calar. Segundo tanto o PNE vencido, quanto o novo, ainda em tramitação, as CONAEs servem para acompanhar e avaliar os resultados e o desenvolvimento da aplicação do respectivo PNE em todos os níveis da Educação, no país. Então, podemos perguntar, já que não há plano em vigor, para ser julgado:

"qual é, mesmo, a finalidade dessa CONAE 2014??"

Conclusão

Pelo acima relatado, temos outros problemas na área educacional, além do financiamento insuficiente. Já há algumas décadas as iniciativas governamentais contradizem o que a Constituição federal de 1988 nos parecia garantir: uma boa educação, como nosso **direito social.** Voltando ao nosso breve texto introdutório, nenhum planejamento financeiro correto vai nos livrar de uma furada em nossas férias se não incluirmos outros passos, como decidir o que realmente queremos usufruir e se nosso destino nos proporcionará as condições para tanto. De fato, os recursos são condição necessária, mas não suficiente, para termos êxito em nosso intento.

Este artigo está sendo escrito em novembro de 2013. O PNE, uma vez concluída sua tramitação no Senado, deve voltar para a Câmara, onde será novamente examinado e debatido. Portanto, muita água ainda pode rolar, não de forma suave, mas, provavelmente, com muita turbulência, pois as discussões e votações podem se prolongar até as vésperas das próximas eleições.

Um prenúncio disso, como já dito, o relator na CE do Senado, pertencendo a um dos partidos que mais lutaram contra a Lei do Piso Salarial dos professores, inclusive argüindo sua constitucionalidade junto ao STF, propôs uma alteração no PNE que coincide com aquilo que sempre defendemos: 10% do PIB, na forma de recursos públicos para a educação também pública. A posição desse senador seria sincera ou seria apenas a preparação de uma estratégia eleitoreira, visando, de um lado, jogar areia nas engrenagens do executivo federal e, de outro lado, tentar se colocar como bravo defensor da educação pública e, assim, angariar alguns votos entre os educadores?

Serão essas as águas turbulentas para as quais teremos que levar nossas propostas, propostas essas que visam tirar o Brasil de sua posição de atraso em relação à maioria dos países da América do Sul. Nessa travessia, encontraremos dificuldades, pois não apenas o poder executivo nacional, mas também, e talvez em especial, prefeitos e governadores, em última instância os responsáveis pela oferta da educação básica, em nada nos ajudarão. Não

podemos, também, contar com o poder judiciário, pois este nada fez durante a vigência do PNE 2001/2011, afinal uma lei nacional descumprida à luz do dia. Os Conselhos de Educação não estarão do nosso lado, apesar de suas responsabilidades, inclusive quanto ao PNE, pois vários de seus membros, tendo sido indicados por interesses alheios aos propósitos da Educação, nada farão para melhorar a educação básica pública, muito menos se preocuparão com a mercantilização escandalosa da educação superior.

As elites brasileiras, por meio da grande (ou pequena?) mídia, porta-voz que jamais as abandona, estarão contra, pois, como regra e por coerência frente ao projeto que defendem e impõem ao país, são contra qualquer coisa que possa ser realmente republicana e que implique em maior presença do setor público.

Assim, as vitórias dependerão apenas de nossa capacidade de luta e organização, clareza de propósito e lucidez nas análises. O objetivo – dar ao país as necessárias condições para exercer sua soberania, e às pessoas, uma formação pessoal e social que transcenda o treinamento estrito para sua atuação como força de trabalho, num mundo de capitalismo cada vez mais selvagem.

Nessa luta, contaremos com forças sociais ainda não totalmente alienadas, presentes nas escolas, nos sindicatos, em organizações científicas e outras. Que isso, além de necessário, é possível, mostrou a exitosa construção do PNE/PSB, além de seu similar, o Plano Estadual[4], PEE/PSP.

As prioridades são conhecidas e foram expostas, mais uma vez, em campanha durante a etapa paulista da "CONAE 2014". Acima de tudo: **a educação, em todos os níveis e modalidades não pode prescindir de docentes motivados e bem formados**. Os docentes são essenciais no processo educacional. Um docente sem autonomia intelectual, sem valorização, submetido a contingências alheias ao seu fazer, num ambiente de coerção, não consegue levar a bom termo seu papel de guia e incentivador do crescimento pessoal e profissional de seus estudantes. O Brasil vem arcando, nas últimas décadas, com as sequelas da enorme queda do salário dos professores, em especial os da educação básica pública que, partindo de um *status* profissional equiparável ao de outras profissões de igual nível de formação, amargam remunerações totalmente inaceitáveis. Portanto, é preciso reconhecer a urgência de serem revertidas as causas da situação calamitosa da Educação brasileira e, isso, além do financiamento adequado, demanda a atuação quanto a, pelo menos, os seguintes pontos:

(1) A valorização docente implica condições de trabalho condizentes com seu importante papel social, alunos materialmente assistidos e um salário digno.
(2) O docente precisa ter um vínculo permanente com a respectiva instituição, pública ou privada, eliminando-se o regime precário de contratação por "hora-aula", inadequado aos objetivos da educação, ou a atuação simultânea em várias escolas ou a responsabilidade por um número excessivo de estudantes, que impeça o necessário e intenso contato inter-pessoal.
(3) A utilização do **Ensino à Distância (EàD) deve ser vedada na formação inicial**, em todos os níveis.
(4) É necessário que o setor público, com o devido financiamento, se torne predominante também na educação superior, no prazo de, no máximo, uma década; o setor privado deve ser submetido a rigoroso controle quanto às condições de trabalho de seus docentes e de estudo, permanência e desenvolvimento, intelectual e pessoal, de seu corpo estudantil;
(5) A oligopolização do ensino precisa ser vedada, especialmente aquela, atualmente em curso, que acontece por meio de grandes corporações que atuam em bolsas de valores.
(6) A **gestão democrática** precisa ser garantida nas instituições educacionais, públicas e privadas.
(7) O **direito à livre-associação** dos estudantes em grêmios, centros e diretórios estudantis, bem como ao exercício da liberdade sindical e associativa pelos trabalhadores precisa ser respeitado.
(8) Recursos públicos, mesmo sob forma de empréstimo financiado ou bolsas para estudantes, não podem ser aplicados em IES que não respeitem os direitos associativos e trabalhistas ou que não mantenham um padrão mínimo de qualidade, aferido anualmente.

Lembrando a história, sem um acompanhamento ativo dos movimentos políticos empreendidos por nossos governantes, pela sociedade civil organizada em prol de uma boa Educação, não há perspectivas positivas, nem para um Plano de Educação, nem para o país.

Sugestões de leitura

1- **Sobre a origem do PNE 2001/2010**: "PNE: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO OU CARTA DE INTENÇÃO?", Ivan Valente e Roberto Romano, Educ. Soc. v.23 n.80 Campinas set. 2002.

2- Sobre o financiamento do PNE e suas possibilidades: "Necessidades e possibilidades para o financiamento da educação brasileira no plano nacional de educação", Jorge Abrahão de Castro; Cristina Helena Almeida de Carvalho, Educ. Soc. vol.34 no.124 Campinas jul./set. 2013.

3- Sobre o que deveríamos aprender com PNE 2001/2010 e aproveitar para a elaboração de um próximo Plano: "Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira", Maria da Graça Nóbrega Bollman, Educ. Soc. vol. 31 no. 112, Campinas, jul./set. 2010.

4- Sobre a situação atual da educação brasileira: "Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento", Otaviano Helene, Editora Autores Associados, 2013.

[4] Também disponível no site da Adusp.

A carreira dos trabalhadores do Ceeteps, luta central da categoria depois da greve de 2011

Um pouco de história, informações e perspectivas

Silvia Elena de Lima*

Não é de hoje que a carreira dos trabalhadores do Ceeteps é tema central das discussões do Sinteps. Em 1998 a primeira proposta do sindicato foi apresentada no II Congresso da categoria e, de lá para cá, as discussões nunca saíram de cena.

A única proposta concreta do Ceeteps nestes anos todos foi a carreira de 2008, cuja "discussão" teve início também em 1998. A finalização desta carreira, em vigor até os dias de hoje, deu-se apenas em maio de 2008, com a edição da Lei Complementar 1044/2008. O projeto foi alvo de críticas pelo Sindicato visto que, além de não contemplar o amplo debate com a categoria, não atendia qualquer das reivindicações salariais e ainda trazia em seu bojo a perda de direitos e a implantação da meritocracia nos processos de evolução funcional.

A carreira foi implantada sem qualquer discussão e a greve da categoria, chamada para mudar o texto da proposta de lei, não se concretizou. Uma possível explicação para isso é que, na véspera do ato de lançamento da

greve, o governo fez publicar matérias na maioria dos jornais, dizendo que a carreira traria "até 102% de reajuste salarial". Foi uma hábil propaganda do governo, que não mentiu, pois 8 professores de FATEC, cujo enquadramento estava completamente defasado, tiveram o tal reajuste de 102%. Mas a imensa maioria da categoria teve muito pouca recomposição salarial e os funcionários não tiveram qualquer recomposição salarial.

Em 2011, na revista comemorativa dos 18 anos da entidade, um artigo tratava do assunto e das discussões, daquele ano, referentes às propostas de carreiras para os trabalhadores do Ceeteps. Resgataremos o final daquele artigo, a fim de relembrar o processo que se desenrola até hoje, sem ainda uma definição concreta.

Devemos lembrar que 2011 foi um ano de greve. A categoria se uniu e, em 13 de maio de 2011, aniversário do Plano de Cargos e Salários de 2008, a LC 1.044/2008, entrou em greve.

Foram exatos 30 dias em greve, que trouxeram a conquista do reajuste salarial de 11%; a reclassificação dos pisos salariais, a revisão de tabelas de alguns cargos administrativos e a promessa de um novo plano de cargos e salários.

Com a greve da categoria deflagrada em maio de 2011, o governo se apressou em informar que um novo plano de carreira estava em estudos e que, em breve, seria apresentado à categoria. A pressão dos trabalhadores em greve fez o governo comprometer-se com datas e, finalmente, no início de agosto, o primeiro modelo da proposta do novo plano de carreira foi apresentadao pela Fundação Instituto de Adminis-

* Silvia Elena de Lima é presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps)

Ato público em 22/5/2012: Mobilização por carreira e reajuste salarial

tração (FIA), organismo contratado a peso de ouro pelo Ceeteps para o desenvolvimento da nova carreira.

Durante as reuniões que os membros do Comando de Greve do Sinteps tiveram com a Superintendência do Ceeteps, com a Secretaria de Gestão Pública e com a FIA para a apresentação das premissas que norteariam a elaboração da proposta, as intervenções dos integrantes do Comando sempre foram no sentido de excluir a meritocracia, valorizar os trabalhadores por sua experiência profissional e por sua capacitação profissional; recuperar a perda salarial imposta à categoria (que já ultrapassa a casa dos 70%) e incluir a definição de uma política salarial para evitar futuras perdas salariais. No caso dos docentes, foi proposto pelo Comando de Greve o estabelecimento de jornada de trabalho.

Nenhuma das propostas apresentadas pelos representantes dos trabalhadores foi aceita. As propostas do governo em relação às reivindicações da categoria durante a greve foram transformadas na Lei Complementar 1.148, de 15 de setembro de 2011, que reclassificou os salários dos trabalhadores do Ceeteps.

Também a promessa de apresentação de nova proposta de carreira foi concretizada em agosto, com a publicação, pelo Ceeteps, do documento "Proposta de Características e Estrutura Geral de Novo Plano de Carreira, Salários e Empregos Públicos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza- Ceeteps".

O modelo que está em debate nas unidades do Ceeteps prevê, justamente, o contrário do reivindicado pela categoria, de forma que o Sinteps organizou, em 25 de outubro, um seminário virtual para discutir ambos os modelos e solicitar propostas da categoria, o que aconteceu até o dia de 30 de novembro de 2011.

O debate buscou esclarecer as diferenças entre os modelos do Ceeteps e do Sinteps:

- Progressão e promoção apenas por avaliação de desempenho;
- Não há tabelas para saber os valores salariais propostos;
- Não há perspectiva de implantação de política salarial;
- Não há jornada para os docentes.

A partir do seminário, o debate entre os trabalhadores foi estimulado pelo Sinteps. Com base nas propostas discutidas em vários congressos da categoria, fóruns específicos de discussão e as sugestões encaminhadas pelos trabalhadores durante e após a greve, no final de 2011 o Sinteps lançou proposta alternativa para a nova carreira, analisando as 16 propostas contidas no texto apresentado pelo Ceeteps, opinando sobre elas e, na maior parte dos itens, apresentando alternativas diferenciadas que deveriam ser debatidas pelos trabalhadores. (ver jornal do Sinteps nº 61, de outubro de 2011, disponível no item "Publicações", em www.sinteps.org.br).

Em dezembro de 2011 a proposta com a contribuição dos trabalhadores foi protocolada junto à Secretaria de Desenvolvimento e à Superintendência do Ceeteps.

Já no início de 2012, organizando as bases para a campanha salarial daquele ano, a direção do Sinteps lançou os eixos da mobilização para a categoria, destacando a redemocratização do Ceeteps, a luta pela manutenção do vínculo do Centro à Unesp; reajuste salarial e carreira digna para os trabalhadores.

A pauta da data-base de 2012, protocolada em março, reivindicou um cronograma de reuniões entre o Sinteps, a equipe de trabalho do Centro e a equipe de trabalho do governo, responsável pela elaboração da proposta institucional, a fim de esclarecer as propostas dos trabalhadores, bem como tentar elaborar um projeto final que atendesse aos anseios da categoria, antes da propositura do plano à Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em 25 de abril, com o anúncio do reajuste salarial de 10,2% para a categoria, a vigorar a partir de 1º de julho, a greve, uma das estratégias da campanha salarial de 2012, não foi aprovada pela categoria. Logo adiante, porém, em 22 de maio, a realização de um ato público no campus da FATEC São Paulo, onde ainda ficava o gabinete da Superintendência, conquistou o compromisso do Ceeteps em divulgar a proposta para a nova carreira, que era discutida apenas entre as instâncias de governo e a FIA, Fundação Instituto de Administração, órgão contratado, com altos custos, pelo Centro para desenvolver o plano de cargos, empregos e salários da instituição (PCES). Adiada duas vezes, finalmente em 18 de julho a Superintendência realizou reunião com

o Sinteps para apresentar a proposta de carreira para os trabalhadores da instituição (primeira versão, sem tabelas salariais).

A partir da divulgação do plano, as análises do Sinteps impulsionaram os debates entre os trabalhadores que, de forma muito positiva , participaram ativamente e enviaram muitas sugestões. Na maioria dos casos, tais sugestões vinham ao encontro das análises e propostas da direção do Sinteps.

Assim, o segundo semestre de 2012 foi o período de construção das bases para o Projeto de Carreira do Sinteps, com as contribuições dos trabalhadores – agora a partir do documento base do governo.

No início de 2013, a organização da data-base da categoria definiu os itens de reivindicação, incluindo a carreira como eixo central, visto que, se aprovada como proposta pelo Sinteps, resolveria grande parte dos problemas salariais e de condições de trabalho da categoria.

A proposta final dos trabalhadores foi protocolada pelo Sinteps, em fevereiro de 2013, junto à Superintendência do Ceeteps; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (à qual o Ceeteps se submete); Secretaria de Gestão Pública (à qual cabe encaminhar todas as propostas de carreiras e salários da administração pública estadual) e ao governador do Estado, a quem cabe decidir, em última instância, se haverá ou não a implantação da carreira.

As mobilizações da data-base começaram a tomar corpo em abril e, no dia 17, às vésperas do primeiro ato público da categoria, o Sinteps foi chamado para reunião na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia para anúncio do reajuste salarial do ano: 8,12% a partir de 1º de julho, para pagamento nos salários de agosto.

Em relação à nova carreira, a superintendente disse que, até o final de abril a Fundação Instituto de Administração (FIA) iria apresentar a proposta de PCES, na forma de minuta de anteprojeto de lei, analisando o projeto elaborado pelo Sinteps.

Ato público em 19/4/2013, na FATEC/SP

Naquele momento, a expectativa da superintendente era que o projeto final do Centro seria enviado ao governo até o fim de maio, para chegar à Assembleia Legislativa e ser aprovada no segundo semestre de 2013.

No dia 19 de abril, foi realizado o primeiro ato público da data-base, na praça em frente ao prédio da Administração do Ceeteps. Uma comissão formada por diretores do Sindicato e de trabalhadores das caravanas presentes ao ato foi recebida pela Superintendência . Todos questionaram a demora do Ceeteps na implantação do novo plano de carreiras e o não atendimento aos itens da data-base.

A diretora superintendente reafirmou as colocações da reunião do dia 17/4, na Secretaria de Desenvolvimento, e um cronograma de discussões foi estabelecido entre as partes.

Em 8 de maio, aconteceu a primeira reunião técnica. A direção do Sinteps reuniu-se com Frederico Rozanski e Élio Lourenço Bolzani, representantes do Ceeteps, e Dulce Xavier, representante da FIA, para discussão das propostas apresentadas pelo Sinteps e possíveis alterações na proposta do Ceeteps, elaborada pela FIA.

Foi uma reunião técnica, preparatória à reunião política que aconteceu com a Superintendência do Ceeteps no dia 09/05/13, e todos os pontos divergentes em ambas as propostas foram discutidos. Entendemos importante resgatar neste artigo o detalhamento das discussões dos dias 8 e 9 de maio:

1) Denominação das Carreiras

a) Sinteps propõe carreira única para docentes de ETECs e FATECs

Ceeteps explica que a carreira única obrigaria a entrada dos docentes de FATEC no nível inicial (D1) em função da legislação vigente, o que traria prejuízo aos mesmos, de forma que continuarão a existir duas carreiras, uma para docente de ETEC e uma para docente de FATEC. Porém, o Ceeteps aceita o quadro único, o que possibilita a ascensão dos docentes de ETEC até o nível D6, trazendo assim vantagens para todos.

Obs: Para isso, é necessário alterar os artigos 6º e 7º da proposta da FIA, colocando o mesmo anexo para ambas as carreiras.

b) Sinteps propõe carreira de Apoio ao Ensino e à Pesquisa, que inclui os Auxiliares de Docentes, Bibliotecários e Orientadores Educacionais.

Ceeteps concorda com a denominação, mas entende que a existência de dois níveis de escolaridade na mesma carreira esbarra na atual legislação (entrada apenas no nível inicial), o que traria complicações para a contratação do pessoal de nível superior. Assim, o Ceeteps propõe que na carreira em questão fiquem apenas os Auxiliares de Docente, com exigência de contratação no nível técnico, e dispõe-se a estudar a adoção de três níveis para a promoção.

c) Sinteps propõe carreira única para os Servidores da Educação Profissional e Tecnológica.

Ceeteps alega não ser possível pelos motivos de ingresso (níveis de escolaridade diferentes), já explicados, e não concorda com o nome da carreira.

A proposta é dar novas denominações às carreiras – separadas por níveis de escolaridade, e estudar a adoção de três níveis para a promoção.

2) Definição de Jornada

a) O Sinteps propõe o regime de jornada para todos os docentes

O Ceeteps não concorda com a jornada por motivos financeiros. Portanto, mantém a forma de contratação por hora aula, propondo aumento da hora atividade para 30% para os docentes de ETEC (explicitado no artigo 22 de sua proposta), concordando em estudar o percentual de 33%. Sobre a jornada, a discussão não foi terminativa, propondo-se o estabelecimento de um Fórum Permanente de Discussão.

3) Definição das carreiras do pessoal administrativo

a) Sinteps propõe uma carreira para os empregos públicos permanentes com três níveis para a promoção; funções de comando apenas ocupadas por integrantes do quadro de pessoal concursado e gratificação de 25% sobre o salário do trabalhador que as ocupam.

Ceeteps propõe cinco carreiras de acordo com o nível de escolaridade, concorda em estudar a adoção de três níveis para a promoção e propõe a limitação em 50% do quadro de comando ocupado por trabalhadores do quadro, com gratificação de acordo com tabela de complexidade das funções.

4) Definição da política salarial

a) Sinteps propõe o índice de reajuste do Cruesp para a correção anual dos salários.

Ceeteps não concorda com o Cruesp, mas concorda que haverá um índice de correção e estuda qual propor.

5) Definição do ingresso

a) O Sinteps propõe o cumprimento legal de ingresso no primeiro nível; a identificação do rol de atividades pela CBO e horário de prestação do serviço em edital

O Ceeteps propõe excepcionalidade na contratação, acima do nível inicial e rol proposto pelo Conselho Deliberativo do Ceeteps. Ainda não houve uma proposta intermediaria, mas a discussão continua.

6) Definição da Evolução Funcional

a) O Sinteps propõe evolução por progressão (horizontal) e por promoção (vertical) SEM AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, na horizontal por tempo de serviço, a cada dois anos e na vertical por obtenção de titulação.

O Ceeeps propõe também a progressão e a promoção, ambas dependentes de AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, porém, aceita que a PROGRESSÃO (horizontal) seja por tempo de serviço – sendo avaliada a assiduidade do trabalhadores e a PROMOÇÃO (vertical) com critérios objetivos (titulação, frequência, publicações – itens mensuráveis), mas, a cada seis anos, porém concorda em estudar a diminuição deste tempo .

No início de 2013, a organização da data-base da categoria definiu os itens de reivindicação, incluindo a carreira como eixo central.

Também inclui a obrigatoriedade da experiência de mercado, mas concorda em melhorar a redação para descaracterizar a obrigatoriedade.

Pontos a serem rediscutidos em próxima reunião.

b) O Sinteps propõe que o impedimento para a evolução funcional apenas aconteça em casos de suspensão. O Ceeteps propôs em qualquer penalidade, mas aceita que seja somente quando houver reincidência.

7) Definição de Vantagens Pecuniárias e demais vantagens

a) O Sinteps propõe acrescer o auxilio alimentação, o auxílio funeral, plano de saúde, plano odontológico, licença maternidade e adoção de 180 dias, licença paternidade de 10 dias.

O Ceeteps aceita o plano de saúde, estuda o plano odontológico, aceita a licença maternidade e estuda a licença adoção de 180 dias. Não aceita a licença paternidade de 10 dias e não acredita que conseguirá o auxílio alimentação solicitado pelo Sinteps (R$ 700,00) em função de não haver disponibilidade financeira.

8) Gratificações

a) O Sinteps propõe uma gratificação única de 25% sobre o valor do salário do trabalhador para todos os casos em que ela exista.

O Ceeteps propõe gratificações de valores diferenciados, como é hoje.

b) O Sinteps propõe que a incorporação se dê de acordo com a lei e o Ceeteps propõe que o Conselho Deliberativo regulamente critérios complementares, mas aceita rediscutir a inclusão do CD neste item.

9) Gratificação de Localização

a) O Sinteps propõe 25% e o Ceeteps propõe até 25%, dependendo do índice da localização.

10) Da Bonificação de Resultados

a) O Sinteps propõe que também os trabalhadores aposentados (que constem da folha do Ceeteps) recebam. O Ceeteps não concorda.

11) Atribuição dos Empregos Públicos

a) O Sinteps propõe a CBO para a definição das atribuições dos empregos públicos.

O Ceeteps propõe regulamentação pelo Conselho Deliberativo. A discussão continua.

12) Contratação sem concurso

a) O Sinteps propõe a contratação por tempo determinado em casos específicos, sempre dando ensejo à realização de concurso público.

O Ceeteps propõe a contratação de Instrutor, sem concurso, por quatro anos, mas irá rever, pois entende não haver amparo legal para a sua proposta.

13) Previdência Privada

a) O Sinteps propõe que seja facultativo ao trabalhador que queira. O Ceeteps não estabeleceu parâmetros, mas aceita que seja facultativo.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
- Do enquadramento dos atuais trabalhadores

a) O Sinteps propõe a redação alternativa, que considera a titulação e o tempo de serviço para enquadramento nas novas carreiras.

O Ceeteps não decidiu ainda, mas, em primeira análise, aceita a proposta do Sinteps.

A direção do Sinteps presente às duas reuniões avaliou que houve um diálogo franco e a que discussão ocorria de forma respeitosa e produtiva. Registramos que esta foi a primeira vez na história da instituição que um plano de cargos, salários e empregos públicos foi discutido item a item, considerando-se no estudo as propostas do Sindicato.

A ideia central da negociação sempre foi tentar fazer uma carreira

apoiada pela categoria, a fim de minimizar os entraves que ela poderá sofrer nos demais órgãos pelos quais teria de passar antes de entrar em vigor.

Avaliando a conjuntura daquele momento, a direção do Sindicato propôs à categoria a discussão das propostas apresentadas e apontamento dos itens inegociáveis.

As reuniões técnicas realizadas no mês de maio foram muito produtivas e avançaram em muitos pontos, mas, a partir de junho, quando a discussão envolveu divulgar as tabelas de vencimentos, o Ceeteps recuou e mostrou-se muito moroso.

O pessoal envolvido na discussão da carreira pelo Ceeteps argumentou por diversas vezes que a posição da Superintendência do Centro era pela apresentação de um projeto "sem idas e vindas" pelas diversas instâncias do governo pelas quais ainda teria que tramitar após sua saída do Centro. Assim, preferiam atrasar o cronograma inicial para o encaminhamento de um plano "perfeito".

A proposta inicial da Superintendência de que o plano saísse do Ceeteps em maio foi alterada, durante as negociações, para junho. Em junho, em nome da "proposta ideal" e em função da troca de secretários na pasta da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (saiu Quadreli, entrou Rodrigo Garcia), o cronograma de trabalho do Ceeteps se atrasou. Novamente, as negociações entre o Centro e a pasta tiveram que ser explicadas ao novo secretário.

Assim, as tabelas, tão aguardadas pela categoria, estavam, no final de junho, em processo de revisão. As propostas iniciais apresentadas pelo Ceeteps estouraram o limite imposto pela Assessoria de Assuntos Estratégicos do Governo, e o cálculo passou a ser refeito do fim para o começo, ou seja, a partir da limitação dos R$ 350 milhões, chegando aos pisos das carreiras docentes, administrativas e técnicas. Neste momento da negociação, nada estava pronto, mas a análise era que, como o novo cronograma do Ceeteps era terminar em julho, para enviar o projeto em agosto para a apreciação das Secretarias envolvidas na discussão (Desenvolvimento, Gestão Pública, Planejamento e Fazenda), acreditando que as duas primeiras já estariam contempladas na discussão quando do recebimento do plano, fala insistentemente repetida pela superintendência em todas as reuniões, seria perfeitamente possível o projeto ser votado pela Assembleia Legislativa de São Paulo no segundo semestre e ter sua implantação em 2014.

O novo cronograma do Ceeteps não atrapalhava a mobilização da categoria. Isso porque, em agosto, os trabalhadores poderiam analisar se a proposta do Centro contemplava ou não os seus anseios e aí deliberar por apoiá-la ou entrar em greve para conquistar um projeto melhor.

Em todos os momentos da discussão do plano, a deliberação sempre esteve nas mãos da categoria. Até então, os trabalhadores indicaram negociações e, assim, a direção do Sinteps veio cumprindo sua parte, defendendo propostas dignas, que recuperavam as perdas históricas dos trabalhadores e traziam melhores condições de trabalho.

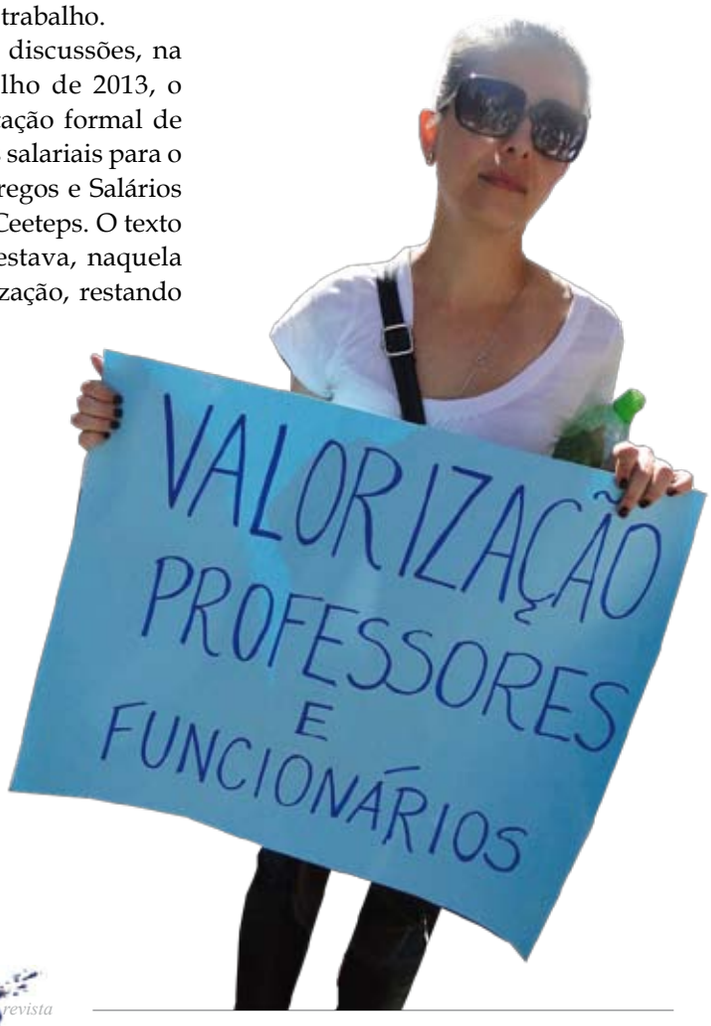
Retomando as discussões, na tarde do dia 10 de julho de 2013, o Ceeteps fez a apresentação formal de sua proposta de tabelas salariais para o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Trabalhadores do Ceeteps. O texto do anteprojeto de lei estava, naquela data, em fase de finalização, restando algumas adequações jurídicas, sendo entregue ao Sinteps na semana seguinte. Porém, uma análise preliminar já poderia ser lançada aos trabalhadores e assim fez a direção do Sinteps. Das discussões anteriores, quase nada do que o Ceeteps concordou em avaliar foi aceito na proposta:

1) Quadro único para docentes de ETECs e FATECs – não foi criado. Explicação do Ceeteps/FIA: Para criar um quadro único, dentro do patamar de impacto fixado, os salários das FATECS teriam que ser achatados, devido à diferença gritante ente os valores das carreiras.

2) Os três níveis para promoção de todos os trabalhadores proposto pelo Sinteps não foi aceito. Explicação do Ceeteps/FIA: pressupõe-se que a titulação em nível de mestrado e doutorado seja característica da carreira docente. Para as carreiras administrativas e técnicas, a especialização é o mais habitual, de forma que criar o terceiro nível seria inócuo....e, no caso dos trabalhadores braçais, nesta linha de raciocínio, o segundo nível é inócuo...

3) A carreira de Apoio ao Ensino e à Pesquisa não foi criada, os Auxiliares de Docente continuam na carreira de Auxiliar de Docente, mas os Bibliotecários passam à função de Analista de Gestão Escolar. Explicação do Ceeteps/FIA: O quadro de Apoio ao Ensino e à Pesquisa pressupõe que haja ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, que não é a meta do Ceeteps para as ETECs e FATECs.

4) A implantação do regime de jornada não entrará neste PCS. Somente numa futura revisão. Explicação do Ceeteps FIA: Não há interesse do Centro pelo regime de jornada. Continuamos com a proposta de estabele-



cimento de um Fórum Permanente de Discussão sobre a implantação das jornadas de trabalho para os docentes, uma vez que esta é a reivindicação mais antiga da categoria. O Plano Nacional de Educação (PNE), inclusive, prevê a jornada dos docentes numa única escola, e as carreiras que estiverem em desacordo terão que ser revistas na implantação do Plano. Sugerimos incorporar este dispositivo ao texto da lei.

5) A hora atividade das ETECs continua em 20% até janeiro de 2016, desrespeitando totalmente a Lei do Piso Nacional, outro item que criticamos de pronto e insistiremos que seja cumprido, no mínimo, na 2ª fase de enquadramento, em julho de 2014. Explicação do Ceeteps/FIA: A proposta inicial do Centro era 30% já, mas recuou na proposta porque "teme" a falta de docentes nas ETECs;

6) Não há inclusão de Política Salarial no projeto. Explicação do Ceeteps/FIA: não passa pelas instâncias do governo que ainda analisarão a proposta. O Sinteps insiste na retomada do índice do Cruesp, objeto das ações de Isonomia Salarial

7) A evolução se dará em dois níveis, a cada dois anos na horizontal e a cada seis anos na horizontal, ambas condicionadas à Avaliação de Desempenho, que ainda será definida pelo Conselho Deliberativo do Ceeteps, depois que o PCS entrar em vigor.

O Sinteps propõe evolução por progressão (horizontal) e por promoção (vertical) SEM AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. Na horizontal, por tempo de serviço, a cada dois anos; e na vertical por obtenção de titulação.

- Progressão a cada dois anos, sendo avaliada a assiduidade dos trabalhadores e quando não houver reincidência de aplicação de penalidades e
- Comparando com outras redes, em especial com a Rede Federal de Educação Tecnológica, o Sinteps mantém sua proposta de promoção (vertical) com critérios objetivos (titulação, frequência, publicações – itens mensuráveis), a partir da obtenção do título ou da pontuação mínima para cada nível, sem a fixação de tempo em anos para a promoção.

8) Os benefícios previstos no PCS são: licença maternidade de 180 dias; ATS (quinquênios); retorno da Sexta Parte; Auxílio Saúde (Plano de Saúde) e Previdência Complementar (facultativa). O Sinteps entende que o Auxílio Alimentação e o Auxílio Criança são duas reivindicações a serem mantidas.

9) Quanto às tabelas:

a) O enquadramento dos atuais trabalhadores se dará em duas etapas, a primeira retroativa a julho de 2013 e a segunda em julho de 2014;

b) As tabelas trazem uma recuperação salarial a ser estudada caso a caso, mas, em primeira análise, a recuperação salarial é da ordem de 20% para os pisos;

c) Para os docentes, o enquadramento se dará, na segunda fase, por tempo de serviço no Ceeteps;

d) Para os Auxiliares de Docente o enquadramento se dará, na primeira fase por tempo de serviço no Ceeteps;

Para o pessoal administrativo, o tempo de serviço não será computado!!!
Já na reunião discordamos de pronto desta diferenciação de critérios e encaminhamos proposta da contagem de tempo para o pessoal administrativo, tal e qual será para os auxiliares de docente, contando o tempo de serviço no primeiro enquadramento.

Diante do quadro, a direção do Sindicato convocou assembleias setoriais para o debate e deliberação pela greve geral a partir de 15 de agosto, caso a categoria não aceitasse a proposta do Ceeteps.

Na sequência, uma reunião entre a Superintendência e o Sinteps foi chamada. No dia 31/7, houve uma reunião com a área técnica, que demosntrou disposição em acatar boa parte das reivindicações do Sinteps e, no dia 8 de agosto, a reunião política aconteceu, como seguinte resultado:

A seguir, confira quais foram as reivindicações de melhoria e a posição do Centro durante a reunião de 8/8/2013 (Sinteps Jornal, agosto/2013, pág. 8):

1) Revisão das tabelas, com os pisos reivindicados pelo Sinteps, de forma a recuperar a perda salarial dos trabalhadores, bem como possibilitar à instituição a contratação de novos. Há que se considerar que os pisos apresentados na minuta ainda estão muito abaixo dos valores de mercado.
Posição do Ceeteps: A superintendente afirma que haverá uma revisão nas tabelas em 10%.

2) Adoção de três níveis para todos os trabalhadores, de modo a estimular o aperfeiçoamento e a evolução do itinerário escolar dos profissionais do Ceeteps.
Posição do Ceeteps: Aceita.

3) Para não banalizar a formação técnica, a carreira de Técnico de Gestão Escolar deve ser denominada Carreira de Suporte Técnico e Administrativo. Da mesma forma, reconhecer os profissionais que formamos e incluir os tecnólogos das áreas em questão na carreira de especialistas.
Posição do Ceeteps: Aceita.

4) Quanto à evolução dos trabalhadores, deve acontecer por tempo de serviço e titulação, porém, em todas as discussões a alegação da área técnica foi sobre a impossibilidade do governo aceitar a reivindicação e, como proposta intermediária, ficaria mais viável se os critérios das avaliações de desempenho forem objetivos: na horizontal, por tempo de serviço, assiduidade e que o trabalhador não tenha reincidência de penalidades. Na vertical, pontos para cada titulação e também para a avaliação, esta com uma pontuação menor.
Posição do Ceeteps: Não aceita retirar a Avaliação de Desempenho, mas acei-

ta discutir critérios objetivos.

5) Nos impedimentos para a evolução, excluir as faltas médicas, pois nenhum trabalhador adoece porque quer e, no caso de penalidades, apenas no caso de reincidência.
Posição do Ceeteps: Aceita.

6) A ascensão dos trabalhadores deve ser possível para todos. Então, para assumir os cargos de direção, seja de unidades, seja do Ceeteps, incluir também o pessoal administrativo que tenha a titulação e as exigências para o cargo.
Posição do Ceeteps: Aceita.

7) Na duração das aulas, estabelecer, como a legislação já prevê, que a aula no diurno dure 50 minutos e no noturno seja de 45 minutos. Além disso, não remeter para a deliberação do Conselho Deliberativo, justamente porque já há legislação sobre o assunto.
Posição do Ceeteps: Após discussão, a opção da direção do Sinteps foi manter o texto como está, devido à legislação que ampara a minutagem.

8) Na questão do RJI, não estabelecer em lei o limite de 10% e, sim, remeter ao Conselho Deliberativo a porcentagem, de acordo com o PDI de cada FATEC.
Posição do Ceeteps: Aceita.

9) Nos benefícios, incluir o vale transporte e o auxílio transporte. Neste último, incluir o auxílio combustível, com o mesmo valor do auxílio transporte.
Posição do Ceeteps: Aceita.

A avaliação da paralisação de 30/8/2013 é que a mobilização garantiu o respeito às negociações e a inclusão de mais benefícios.

10) Tendo em vista que os Diretores de Serviço e os Diretores Administrativos são os responsáveis pela tramitação da documentação das unidades, conceder a eles também a gratificação prevista no § 1º do artigo 32.
Posição do Ceeteps: Não aceita.

11) Tendo em vista que se mantém a proposta de contratação de instrutores, sem exigência de escolaridade e de concurso público, os valores a serem pagos a eles não podem ser iguais ao dos docentes, que se submetem a regras rígidas, ao concurso público e a exigências de titulação. Assim, deve-se limitar a 60% do valor hora aula dos professores de ETEC ou FATEC, conforme o caso, e incluir no texto que a contratação será precária.
Posição do Ceeteps: A opção do Centro foi por extinguir a figura do instrutor.

12) Quanto às disposições transitórias, estabelecer que o enquadramento do Pessoal Administrativo seja idêntico ao dos Auxiliares de Docentes, ou seja, contando o tempo de efetivo exercício no Ceeteps, já na primeira fase.
Posição do Ceeteps: Aceita, da forma aplicada aos docentes, ou seja, em duas etapas.

13) Implantar, no máximo em 2014, a proposta de 30% de hora atividade para os docentes de ETEC, porque é uma justa reivindicação, baseada na Lei do Piso Nacional, e também para que o projeto não gere encargos para a próxima gestão de governo.
Posição do Ceeteps: Não aceita. Concorda apenas em reduzir uma etapa, ou seja, implantar os 30% a partir de 2015.

14) Por fim, retirar do texto do § 3º do artigo 4º das Disposições Transitórias a exigência dos anos, considerando a titulação a maior do trabalhador, na segunda etapa de enquadramento, como

Em 2013, foram vários os atos pela carreira

reconhecimento do esforço pessoal de cada um. Ou seja, fazer o enquadramento como previsto no início do artigo 4º e, terminada a segunda etapa, se o trabalhador possuir titulação maior do que a exigida para o nível alcançado, ser simultaneamente reenquadrado no nível correspondente à sua titulação, no grau imediatamente superior à alcançada no final da segunda etapa.
Posição do Ceeteps: Aceita.

15) Incluir no projeto o apostilamento dos títulos do pessoal CLT aposentado, em complementação de aposentadoria.
Posição do Ceeteps: Aceita.

16) Retirar as exigências de publicação para os professores de FATEC (pelos critérios da CAPES, A1, A2, B1, B2).
Posição do Ceeteps: Aceita.

A divulgação da aceitação do Ceeteps em tantos itens talvez tenha influenciado a decisão da categoria, que, novamente não aceitou a proposta de greve, mesmo sendo alertada de que "o fato de termos uma proposta por parte do Centro considerada interessante, não é garantia de nada. A proposta terá que ser aprovada no âmbito do governo, que tem prerrogativa de mexer no que quiser. Além disso, mesmo que a proposta permaneça intacta, nada garante que será aprovada este ano. Por isso é fundamental a pressão da categoria..." (Sinteps Jornal, agosto de 2013, pág. 2)

Assim, mesmo sem a greve, a categoria fez um dia de paralisação e um ato público no dia 30/8, data limite estabelecida pela Superintendência para envio do projeto à Secretaria de Desenvolvimento.

O ato realizado teve como eixo central a cobrança de uma tramitação rápida para o plano de carreira. A concentração foi na nova sede do Ceeteps e, dali, os trabalhadores seguiram para a avenida Paulista, com os demais trabalhadores da educação, pois 30/8 era também o Dia Nacional de Paralisação, convocado pelas centrais sindicais, com um conjunto de reivindicações, dentre elas, 10% do PIB para a educação pública.

Se queremos uma carreira digna, que valorize os trabalhadores, o caminho é a greve geral da categoria no início de 2014.

A repercussão foi muito boa e, em 12/9, na reunião do CDB, a Diretoria Executiva anunciou que todos os pontos negociados com o Sindicato foram mantidos pelo Ceeteps na sua proposta enviada às secretarias de governo, com uma revisão de 10% nas tabelas divulgadas anteriormente e a inclusão de um prêmio anual aos trabalhadores do Centro, a exemplo do que acontece em outras secretarias.

A avaliação da paralisação do dia 30/8 não poderia ser outra, de que a mobilização garantiu o respeito às negociações e a inclusão de mais benefícios.

Assim, outra mobilização foi marcada para o dia 2 de outubro, reivindicando mais melhorias, como o fim da avaliação de desempenho, a inclusão de política salarial e a jornada de trabalho, reivindicações históricas da categoria. Também foi incluída a reivindicação do fim da hora relógio.

Este ato já não foi tão significativo quanto o primeiro, mas contou com uma boa participação de unidades em paralisação, mas que não estiveram presentes ao ato. O ato consistiu em uma passeata pela avenida Paulista em direção à Secretaria de Desenvolvimento. Até aquele momento, o Desenvolvimento ainda não havia marcado reunião com o Sindicato.

Dias antes (30/09), a Secretaria de Gestão realizara reunião com o Sindicato, informando que o projeto estava na Secretaria de Desenvolvimento e que, tão logo o projeto lá chegasse, teria prioridade e rapidamente seria liberado para tramitação em outros órgãos. Mais adiante, veríamos que a realidade não foi bem esta.

A Secretaria de Desenvolvimento recebeu uma comissão de trabalhadores das caravanas presentes no dia ato de 2/10 e informou que até o dia 11/11 o projeto seria analisado e encaminhado à próxima secretaria, no caso, a Gestão Pública.

O prazo foi cumprido. Enquanto isso, a direção do Sinteps reuniu-se com o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Barros Munhoz, preparando o caminho para a agilização da tramitação do projeto naquela casa.

No entanto, a carreira empacou na Secretaria de Gestão Pública. Análises dos técnicos da secretaria solicitaram mudanças significativas na proposta negociada entre o Ceeteps e o Sinteps, dentre elas: a retirada da Sexta Parte; da licença maternidade de 180 dias para as celetistas e atraso no cronograma de implantação do plano, passando a 1ª fase, que inicialmente era retroativa a julho de 2013 , para janeiro de 2014, e as fases seguintes para janeiro de 2015 e janeiro de 2016.

As alterações propostas pela Secretaria de Gestão foram um balde de água fria nas negociações. Assim, com tantas alterações significativas e prejudiciais ao texto original, nova greve da categoria foi chamada para o dia 26/11, com ato na Secretaria de Gestão.

Novamente, face à pressão do movimento, a Superintendência do Ceeteps realizou reunião com o Sindicato, a fim de discutir as alterações. Da reunião, ficou estabelecido que o Centro manteria a Sexta Parte e a licença maternidade.

O atraso no cronograma de implantação, que depois descobrimos ser oriundo da Secretaria de Desenvolvimento e não da Gestão, não poderia ser alterado pela Superintendência, que

argumentou: "Não conseguiremos os recursos necessários para a implantação como proposto inicialmente".

A proposta de greve foi novamente rejeitada pela categoria, mas a paralisação no dia 26/11 foi mantida. A participação foi pequena, não suficiente para pressionar o governo a liberar o projeto como acordado entre o Ceeteps e o Sinteps, e a carreira continua tramitando pelos obscuros caminhos da burocracia do governo, sem que saibamos quais alterações vigoram e qual texto será apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo.

Entendendo que a mobilização e a pressão sempre foram decisivas para as conquistas durante o processo de negociação, uma parcela da direção sindical (CDB, Regional e Executiva) continuou o trabalho de mobilização, atuando em várias frentes, tentando levar o projeto de carreira para a Assembelia Legislativa até o final do ano legislativo, que se encerra em 20 de dezembro.

Na data de fechamento deste artigo, dia 03 de dezembro de 2013, a informação é que o projeto de carreira ainda se encontra na Secretaria de Gestão. Sem uma forte greve da categoria, a carreira corre o risco de ser apenas mais uma proposta, como muitas outras que dormem na Assembleia Legislativa há anos.

Nesta Revista Sinteps 20 anos, publicamos as discussões do VII Congresso da Categoria, realizado em outubro de 2013, e repetimos a chamada:

Se queremos uma carreira digna, que valorize os trabalhadores, que garanta condições de trabalho e salários decentes, o caminho é a GREVE GERAL DA CATEGORIA NO INÍCIO DE 2014.

Nossa história é rica em exemplos a nos provar que o caminho da mobilização é o único que conduz às conquistas.

Ato público em frente à nova administração do Ceeteps, em 30/8/2013

http://www.facebook.com/sindicatodostrabalhadores.sinteps
https://twitter.com/SINTEPS1993

Sinteps, 10 anos de história e de lutas
ZERALDO ALCKMIN
FAZ MAL À SAÚDE E À EDUCAÇÃO
OS (des)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Jornal SINTEPS
Sinal de alerta no Centro Paula Souza!!
VI CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO CEETEPS
ETECS e FATECS de OLHO no governo!
NEGOCIAÇÃO PARA VALER! CONQUISTAS PARA TODOS!
SINTEPS
18 anos de história e de lutas
Assembleia geral lança as bases para as lutas em 2012
Jornal SINTEPS
VOCÊ GANHA ISTO
DEVERIA ESTAR GANHANDO ISTO
A resposta está na
MOBILIZAÇÃO!
Jornal do SINTEPS
CARREIRA DIGNA
VII CONGRESSO
SINTEPS